



Melissa Barros de Brito

O Bode expiatório de José Saramago: leitura
dos dois *ensaios* à luz da teoria de René
Girard

Campinas,
2014.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

MELISSA BARROS DE BRITO

**O Bode expiatório de José Saramago: leitura dos
dois *ensaios* à luz da teoria de René Girard**

Dissertação de mestrado
apresentada ao Instituto de
Estudos da Linguagem da
Universidade Estadual de
Campinas para obtenção do título
de mestra em Teoria e História
Literária na área de Teoria e
Crítica Literária.

Orientador: Prof. Dr. Mário Luiz Frungillo

Campinas,

2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Teresinha de Jesus Jacintho - CRB 8/6879

B777b Brito, Melissa Barros, 1983-
O bode expiatório de José Saramago : leitura dos dois ensaios à luz da teoria de René Girard / Melissa Barros de Brito. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Mário Luiz Frungillo.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Saramago, José, 1922-2010 - Crítica e interpretação. 2. Girard, René, 1923- - Crítica e interpretação. 3. Bode expiatório. 4. Mulheres na literatura. 5. Ficção portuguesa - História e crítica. I. Frungillo, Mário Luiz, 1960-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The scapegoat of José Saramago : reading of two essays in the light of the theory of René Girard

Palavras-chave em inglês:

Saramago, José, 1922-2010 - Criticism and interpretation

Girard, René, 1923- - Criticism and interpretation

Scapegoat

Women in literature

Portuguese fiction - History and criticism

Área de concentração: Teoria e Crítica Literária

Titulação: Mestra em Teoria e História Literária

Banca examinadora:

Mário Luiz Frungillo [Orientador]

Marcos Aparecido Lopes

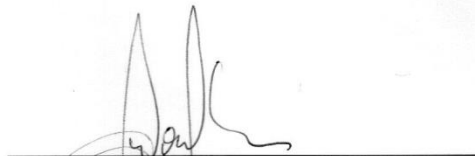
Suzana Yolanda Lenhardt Machado Cánovas

Data de defesa: 27-02-2014

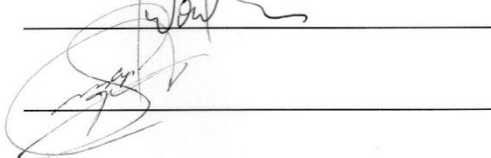
Programa de Pós-Graduação: Teoria e História Literária

BANCA EXAMINADORA:

Mário Luiz Frungillo



Marcos Aparecido Lopes



Suzana Yolanda Lenhardt Machado Cánovas

Suzana Machado Cánovas

Alexandre Soares Carneiro

Solange Fiuza Cardoso Yokozawa

IEL/UNICAMP
2014

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a construção do bode expiatório de José Saramago à luz das teorias de René Girard. Para estudar a construção de Saramago, foram eleitos dois de seus romances: *Ensaio sobre a cegueira* (1995) e *Ensaio sobre a lucidez* (2004), livros que mantêm entre si uma continuação. O foco desta dissertação está voltado para a personagem *mulher do médico*, que divide o espaço da narrativa com outros que serão de fundamental importância para o desenvolvimento da trama. É essa personagem quem faz o papel de bode expiatório nas tramas de Saramago. A leitura dos romances de Saramago sob esse viés é possível em razão das teorias e estudos elaborados por René Girard, que procura compreender e teorizar o desejo mimético, a violência fundadora e a escolha (construção) do bode expiatório. As teorias defendidas por René Girard acerca da escolha do bode expiatório – desde o seu surgimento até o seu sacrifício para o surgimento de uma nova sociedade – nos ajuda a compreender os movimentos criados por José Saramago no decorrer dos dois romances e a importância que a personagem *mulher do médico* tem para ajudar a discutir as relações de poder e, principalmente, para revelar a crítica de José Saramago aos estados tidos como democráticos.

Neste trabalho nos interessa, sobretudo, observar o percurso desta personagem no primeiro romance, em que aparece como uma espécie de heroína abnegada e, no segundo quando se torna vítima do sistema – portanto o bode expiatório –, até a sua execução, e quais são as questões que estão envolvidas na construção criada por Saramago para melhor compreender a crítica aos estados democráticos em suas obras.

Abstract:

This work aims to analyse the construction of José Saramago's scapegoat with the help of René Girard's theoretical writings. In order to do it, two novels written by Saramago were selected: *Ensaio sobre a Cegueira* (*Blindness*, 1995) and *Ensaio sobre a Lucidez* (*Seeing*, 2004), whose themes derive one from another. The focus is put on the main character, named simply as *doctor's wife*, who shares the narrative space with other characters

responsible for the developing of the plot. It's doctor's wife who plays the role of the scapegoat in Saramago's novels. The reading of both books from the point of view of Girard's works is possible because there are a sort of resemblances between the novels and the theory: the mimetic desire, the founding violence e the choosing of the scapegoat are all themes and subjects that belong both to Saramago's literature and Girard's thought.

Finally, the work also wants to understand the trajectory of doctor's wife from the first novel, where she shows herself as some sort of unselfish heroine, to the second novel, when she becomes a victim of the political system – therefore, the scapegoat – until her execution. The goal is to reveal what is behind the construction of the character in order to be able to comprehend the critics that Saramago draws to the democratic system in his literary works.

Sumário

Introdução	p.17
Capítulo 1: José Saramago: a temática de seus romances e as particularidades de sua escrita.	p. 21
Capítulo 2: René Girard e o desejo mimético: da má reciprocidade ao sacrifício do bode expiatório.	p. 41
Capítulo 3: Da crítica à democracia de José Saramago às crises fundadoras do bode expiatório de René Girard.	p. 59
Capítulo 4: A construção do bode expiatório de José Saramago à luz das teorias de René Girard.	p.95
Conclusões	p.135
Referências Bibliográficas	p. 143

*A minha mãe, ao Vagner, ao Junior...
amor, companheirismo, inspiração.*

*As minhas sobrinhas,
o desejo de que se apaixonem pela literatura.*

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, à minha família. Aos meus pais Antonio e Adenir pelo apoio e amor de sempre. Aos meus irmãos Cristiano e Juliana que sempre me apoiaram mesmo sem compreender muito bem o tema do meu projeto. Agradeço, principalmente, ao meu irmão Junior (Antonio) pela referência como pessoa, pelas conversas sobre literatura e Saramago, pela inspiração e incentivo quando começava a desanimar. As minhas sobrinhas Ana Giulia, Giovanna e Manuela, que precisavam entender quando a tia não podia dar atenção, brincar, levar para passear porque estava no computador “estudando de novo”.

Agradeço ao Vagner pelo amor e companheirismo, desde a aprovação do mestrado até a conclusão da dissertação. Por todo o apoio, compreensão e estrutura que me permitiram continuar.

Agradeço aos meus amigos, sobretudo aqueles que compreenderam o meu afastamento e que, mesmo assim, não deixaram de estar presentes. Em especial a Paola, pelas conversas, pelo incentivo, pelo ânimo. Ao Guga, ao Fernando, a Luciana pelo carinho.

Agradeço ao professor Mário, pela parceria de tantos anos, desde a iniciação científica até a orientação da dissertação de mestrado.

Agradeço a CNPq, por acreditar no projeto e financiar meus estudos desde a iniciação científica.

A todos aqueles que diretamente, ou indiretamente fizeram parte desse processo.

A injustiça é um dos motores da minha obra, o abuso da autoridade sobre o indivíduo.

Saramago, 2008

Introdução

Esta dissertação de mestrado propõe um estudo de dois romances de José Saramago, *Ensaio sobre a cegueira* (1995) e *Ensaio sobre a lucidez* (2004). Ele sucede um projeto de iniciação científica, financiado pelo CNPq, no qual procuramos estabelecer a relação entre as representações criadas por Saramago e as teorias filosóficas do estado de natureza e estado de exceção. O objetivo da iniciação era demonstrar como, em razão da construção dos elementos desencadeadores do enredo, cegueira branca no primeiro e voto em branco no segundo romance, o emprego desses conceitos se justificavam. Os objetos de estudo desta dissertação são os mesmos romances do autor português, mas os objetivos agora são outros: examinar como o conceito de bode expiatório de René Girard ajuda a elucidar os romances. Compreender, ainda, como José Saramago, a partir da crítica que faz às instituições democráticas, cria o seu próprio bode expiatório, a *mulher do médico*.

A construção desse bode expiatório somente é possível porque os romances são claramente uma continuação. *Ensaio sobre a lucidez* não apenas retoma os fatos ocorridos durante o primeiro romance, como também as mesmas personagens centrais estão presentes. Entretanto, neste trabalho, o foco está voltado para a personagem *mulher do médico*, que divide o espaço da narrativa com outros que são de igual importância para o desenvolvimento da trama.

Ao analisarmos os romances observamos a forte presença da personagem *mulher do médico*, perguntamo-nos sobre o papel dela nas duas obras. O modo como ela é assassinada a mando de um dos representantes do governo faz pensar na teoria do bode expiatório de Girard que procura compreender o desejo mimético, a violência fundadora e a escolha do bode expiatório na sociedade, desenvolvendo sua teoria a partir de obras literárias. Sua teoria é desenvolvida em livros como: *Mentira romântica e verdade romanesca*, *A violência e o sagrado*, *O bode expiatório* e *Aquele por quem o escândalo vem*. Eles servirão como base para este trabalho, e permitirão uma aproximação entre os dois romances de José Saramago, tanto na construção das personagens quanto dos eventos ficcionalizados.

Podemos dizer que a construção do bode expiatório de Saramago se dá da seguinte forma: em *Ensaio sobre a cegueira*, a *mulher do médico* desempenha papel fundamental, pois, diante de uma cegueira “epidêmica”, é a única a não cegar e acaba se tornando uma

espécie de guia, mentora dos cegos que fazem parte do seu grupo. Essa personagem é a única testemunha ocular de todos os desmandos cometidos pelas personagens que representavam o governo e da miséria a que chegaram as personagens que cegaram. Da mesma forma, no segundo romance, *Ensaio sobre a lucidez*, outra vez ela se torna a personagem central, uma vez que é eleita a culpada pelo voto em branco, que se torna o grande problema com o qual as mesmas personagens que representam o governo têm de lidar.

Os fatos ocorrem em meio a uma sociedade tomada pela desordem – no primeiro romance – e pela crise – no segundo. Para Girard, é, sobretudo nos tempos de crise que as relações sociais se desconfiguram e que surge a necessidade de um bode expiatório para apaziguar e trazer a normalidade de volta (2004, p. 12). Diante de uma massa de eleitores votando em branco, revelando o descontentamento com o governo que está no poder, se dá a crise – desencadeada exclusivamente pelos governantes que se incomodam com a possibilidade de não terem mais o que ou quem governar. A configuração da *mulher do médico* como bode expiatório se dá neste momento, quando há a necessidade de se restabelecer a ordem e de explicar as atitudes cometidas pelo próprio governo.

As teorias de Girard acerca da escolha do bode expiatório – desde o seu surgimento até o seu sacrifício para o nascimento de uma nova sociedade – nos ajuda a compreender os movimentos criados por José Saramago nos dois romances e a importância que a personagem *mulher do médico* tem para ajudar a discutir as relações de poder e, principalmente, para revelar a crítica de José Saramago aos estados democráticos.

Neste trabalho nos interessa, sobretudo, observar o percurso dessa personagem desde *Ensaio sobre a cegueira*, quando aparece como uma de heroína abnegada, responsável por cuidar do marido e do seu grupo de amigos, até a sua escolha como bode expiatório do governo em *Ensaio sobre a lucidez*. A construção dessa personagem enquanto bode expiatório nos romances do Saramago é importante, ainda, para compreender a crítica que o autor faz à democracia, mais detidamente aos governantes que a representam, uma vez que ficcionaliza as falhas e jogos de interesses que existem entre esses representantes.

O modo como Saramago ficcionaliza a postura desses governantes na manutenção do poder permite, ainda mais, a aproximação com as teorias de Girard. A forma como os

governantes se relacionam com os demais personagens nos romances desvenda a teoria do desejo mimético e as disputas que dela decorrem. O desejo mimético, por sua vez, será o responsável por desencadear a má reciprocidade entre cidadãos e governantes que ocasionará as crises de ordem governamental.

Em *Ensaio sobre a cegueira*, por exemplo, o desejo mimético se revelará na disputa simbólica pela visão que, na verdade, camufla o desejo pelo poder; em *Ensaio sobre a lucidez*, por outro lado, será escancarada a disputa pelo poder entre eleitores e governantes e entre os próprios representantes do poder. A partir das disputas e da configuração de uma crise, todo o mecanismo persecutório que Girard nos apresenta poderá ser lido nos romances de José Saramago.

O primeiro capítulo desta dissertação é destinado a apresentar os principais aspectos das obras de José Saramago. O objetivo é fazer um breve percurso sobre a carreira literária do autor para compreender como se dividem as suas obras e as suas escolhas temáticas. Apresentamos, também, uma síntese dos dois romances apontando para os aspectos e fatos importantes que revelam características literárias do autor.

Já o segundo capítulo propõe-se a discutir as teorias acerca do bode expiatório, tomando por base as principais obras de Girard sobre o assunto. O objetivo é compreender a teoria de Girard para, posteriormente, observar como os romances de Saramago podem ser lidos à luz dela e de que modo o autor português constrói o seu próprio bode expiatório.

No terceiro capítulo, nos interessa analisar a crítica que Saramago faz à democracia, mais precisamente aos governantes que a representam. Discutir, ainda, a maneira pela qual as crises apresentadas por Saramago em seus livros, que culminam na escolha do bode expiatório, podem ser análogas aos casos tratados por Girard, uma vez que ambos os autores tratam de momentos de crise.

No quarto e último capítulo desta dissertação centra-se o ponto principal deste trabalho que discute a importância da personagem *mulher do médico* nas duas obras, bem como o seu percurso nos dois romances. Esse capítulo discute, também, a relação existente entre a construção do bode expiatório em função da crítica que o autor faz aos representantes dos estados democráticos.

Capítulo 1: José Saramago: a temática de seus romances e as particularidades de sua escrita

José Saramago (1922 – 2010) foi premiado com o Nobel de Literatura em 1998 e teve um de seus romances, *Ensaio sobre a cegueira* (1995), adaptado para o cinema em 2008, dois anos antes de sua morte, fato que corroborou para a sua notoriedade junto ao público. Desde então, nota-se um considerável aumento no interesse do meio acadêmico em observar e estudar as suas obras, sendo que hoje é possível encontrar numerosos trabalhos que procuram analisar seus romances.

Para os estudiosos de José Saramago, existem dois períodos caracterizados por temáticas e maneiras de escrever superficialmente distintas. A primeira fase vai do início de suas publicações até a primeira metade da década de 1990. Nessa etapa, o autor preocupava-se em estudar mais detidamente a história de Portugal, retratando o percurso do país em livros como *Levantado do Chão* (1980) e *Memorial do Convento* (1982), obras em que o autor buscava dar outro contorno à história do país:

Quando digo corrigir, corrigir os factos da História, pois essa nunca poderia ser tarefa de romancista, mas, sim, de introduzir nela pequenos cartuchos que façam explodir o que então parecia ser indiscutível: por outras palavras, substituir o que foi pelo que poderia ter sido” (Apud PAVAN, 2010, p18).

Procurando, ainda, discutir fatos e atos que fazem parte da vida em sociedade, a segunda metade de sua produção literária inicia-se logo que termina esse primeiro ciclo, mais precisamente no ano de 1995, com a publicação de *Ensaio sobre a cegueira*, quando o autor inaugura uma nova temática: a crítica declarada aos estados democráticos e ao papel desempenhado pela sociedade diante dos mesmos. Consideramos como nova essa temática pelo fato de tratar mais explicitamente dos governos e da organização da sociedade. Contudo, agora Saramago não parte mais de acontecimentos históricos para criar as suas narrativas: ele passa a ficcionalizar fatos extraordinários que servem de ponto de partida para a sua discussão sobre a política e a democracia.

Essa nova fase de José Saramago é marcada não apenas por uma temática declaradamente mais politizada, mas sobretudo por uma nova forma de escrever. O autor não mais nomeia as personagens que cria, eles passam a ser representados por lugares sociais, ou seja, pela atividade que desempenham, ou pela relação que existe entre eles.

Os locais onde se passam as histórias que o autor português cria igualmente não são especificados, permitindo maior identificação por parte de seus leitores, uma vez que suas histórias poderiam acontecer em qualquer lugar e com qualquer pessoa. Nessa mesma corrente, Saramago publica *Ensaio sobre a lucidez* em 2004, livro que é uma continuação de *Ensaio sobre a cegueira*. Ainda que com quase dez anos de diferença entre o primeiro e o segundo romance, Saramago traz de volta os mesmas personagens e o mesmo lugar representados no romance anterior:

(...) falemos abertamente sobre o que foi a nossa vida, se era a vida aquilo, durante o tempo em que estivemos cegos, que os jornais recordem, que os escritores escrevam, que a televisão mostre as imagens da cidade tomadas depois de termos recuperado a visão, convençam-se as pessoas a falar dos males de toda espécie que tiveram de suportar, falem dos mortos, dos desaparecidos, das ruínas, dos incêndios, do lixo, da podridão, e depois, quando tivermos arrancado os farrapos de falsa normalidade com que temos andado a querer tapar a chaga, diremos que a cegueira desses dias regressou sob uma nova forma, chamaremos a atenção da gente para o paralelo entre a brancura da cegueira de há quatro anos e o voto branco de agora. (2004, p.175)

Não é possível para nós atestarmos a intenção do autor quanto a dar sequência à primeira obra, ou seja, não sabemos de fato se quando escreveu o primeiro livro já tinha a intenção de escrever o segundo. O próprio escritor, no decorrer da narrativa de *Ensaio sobre a lucidez*, parece vacilar quanto a sua intenção:

Se esta acerba discussão não tivesse acontecido, se o manifesto presidencial e os mais papéis volantes tivessem, por desnecessários, terminado no lixo a sua breve vida, a história que estamos a contar seria,

daqui para diante, completamente diferente. Não imaginamos com precisão como e em quê, só sabemos que seria diferente. Claro está que um leitor atento aos meandros do relato, um leitor daqueles analíticos que de tudo esperam uma explicação cabal, não deixaria de perguntar se a conversação entre o primeiro-ministro e o presidente da república foi metida aqui à última hora para dar pé à anunciada mudança de rumo, ou se, tendo que suceder porque esse era o seu destino e dela havendo resultado as consequências que não tardarão a conhecer-se, o narrador não teria tido outro remédio que pôr de lado a história que trazia pensada para seguir a nova rota que de repente lhe apareceu traçada na sua carta de navegação. É difícil dar a um tal isto ou aquilo uma resposta capaz de satisfazer totalmente esse leitor. Salvo se o narrador tivesse tido a insólita franqueza de confessar que nunca esteve muito seguro de como levar a bom termo esta nunca vista história de uma cidade que decidiu votar em branco (SARAMAGO, 2004, p. 184).

O autor insinua que a narrativa pode ter mudado de rumo porque o narrador, na verdade, não sabia muito bem como ela terminaria. No entanto, ainda que não seja possível afirmar que enquanto escrevia *Ensaio sobre a cegueira* o autor pensava em dar sequência ao romance, é possível contestar o trecho transcrito, pois durante a narração do segundo romance, Saramago fornece pistas de que estabelecerá alguma relação entre as obras, primeiro pela simbologia do voto branco, depois porque, diversas vezes, relaciona o ato de votar em branco à cegueira. Porém, o fato que atesta a nossa afirmação é que Saramago, setenta e duas páginas antes, faz referência à figura de “uma mulher seguida por um cão” (p. 112), o que imediatamente remete o leitor atento à figura da *mulher do médico* que esteve, desde o momento em que saíram do manicômio, atrelada à do cão.

Ademais das intenções de continuação, em *Ensaio sobre a cegueira* José Saramago parte de um acontecimento-chave (a cegueira branca que acomete gradativamente toda a população de determinada sociedade) e que é considerado fantasioso, para corrigir ou discutir os fatos históricos, principalmente injustiças já cometidas tantas vezes nas mais diversas sociedades.

O mesmo acontece com o evento-chave que desencadeia a narrativa do segundo romance aqui analisado: o voto em branco praticado por 80% da população, que também

pode ser classificado como improvável, mas ainda menos impossível do que o primeiro, principalmente se levarmos em consideração o panorama político-social atual: “Os acontecimentos nas ficções de Saramago, por mais improváveis que possam parecer vai permitir-nos sondar outras razões da nossa sempre fugidia verdade.” (SEIXO, 1987, p.50).

Tanto em *Ensaio sobre a cegueira* quanto em *Ensaio sobre a lucidez* Saramago utiliza dois eventos fantasiosos (cegueira e voto em branco) que, atrelados à representação de uma sociedade semelhante a que conhecemos por meio da experiência, vão, justamente, sondar as razões de determinadas atitudes quando os indivíduos estão expostos às crises. E, por meio da ficcionalização, o autor procura discutir o papel da democracia, mais propriamente dos governos democráticos que, por não agirem consoante à ideologia que professam, tornam-se, para ele, questionáveis.

A democracia está aí, como se fosse uma espécie de santa no altar, de quem já não se espera milagres, mas de quem está aí como uma referência. Uma referência é a democracia. E não se repara que a democracia em que vivemos é uma democracia sequestrada, condicionada, amputada. (SARAMAGO, 2005, p. 11)

Para discutir a amputação da democracia e a maneira como os governantes a representam, Saramago constrói, nesses dois livros, eventos que são inusitados do ponto de vista da realidade empírica, mas que, ao mesmo tempo, conseguem captar, de maneira clara e crítica, a condição à qual o ser humano chega quando se trata de defender seus interesses que, nestes casos, são representados pela manutenção de poderes por parte do Estado. É por meio da representação de ações cotidianas dos indivíduos que fazem parte de uma determinada sociedade que Saramago consegue, ainda que utilizando elementos insólitos, fazer crível a sua narrativa e ocasionar uma reflexão sobre a postura democrática de determinados países. A forma como ficcionaliza os acontecimentos reflete sobretudo a maneira alegórica pela qual Saramago escreve, ela está presente de tal forma que chega a aproximar os romances do autor de uma parábola, pois o autor ficcionaliza pessoas que vivendo em determinadas situações transmitem uma lição de moral, a partir dos quais os leitores são levados a refletir sobre a própria maneira de agir. Saramago

(...) trabalha com uma espécie de simulação, pois após ou ao mesmo tempo em que apresenta e utiliza questão, pessoas, elementos reais (cotidianos) infiltra ou cria uma atmosfera fantástica irreal que se funde ao possível e aceito e cria um mundo “real multiforme” – que perturba de certa forma o “conjunto harmônico” (SEIXO, 1987, p.43)

O trabalho que Saramago faz com essa espécie de simulação inicia-se na abertura de *Ensaio sobre a cegueira*. Em um dia qualquer, um homem que guia o seu carro, para diante do sinal vermelho e cega, no momento em que observa as pessoas trafegando, e espera o sinal abrir para que tenha passagem. Contudo, não se trata de uma cegueira qualquer, mas sim de uma cegueira branca, “tão luminosa, tão total, que devorava, mais do que absorvia, não só as cores, mas as próprias coisas e seres, tornando-os, por essa maneira, duplamente invisíveis” (SARAMAGO, 1995, p.16). Essa cegueira, pelo fato de ser branca e capaz de “absorver coisas e seres”, revela-se mais como um instrumento para que os indivíduos daquela sociedade, diante das dificuldades às quais serão submetidos, passem a ter maior clareza de sua situação, predizendo, assim, um estado de possível lucidez. A cegueira branca relaciona-se, pois, diretamente, com o voto em branco do segundo romance aqui analisado, uma vez que, sendo os dois eventos-chave desencadeados, por fatalidade no primeiro romance, e por atitude no segundo, eles permitem entender a relação direta estabelecida pelas palavras (e conseqüentemente pelos nomes) das duas obras: “cegueira” e “lucidez”, uma sendo, dessa forma, conseqüência da outra.

Tratando-se de uma casualidade, é a partir do primeiro caso de cegueira branca que a narrativa se desencadeia. Ela é construída de tal forma que permitirá a Saramago discutir a respeito não só do sistema de governo praticado dentro da capital de um país que – como explicitado anteriormente – não é nomeado, mas também a maneira pela qual aquela sociedade imaginária se comporta dentro desse falho e falido sistema de governo. Dessa forma, a cegueira passa a acometer toda a população, como uma espécie de epidemia que não poupa nenhuma classe, sendo que a única pessoa a se manter ilesa – sem que tivesse feito algum esforço ou procurado se poupar de alguma forma – é a personagem chamada simplesmente de *mulher do médico*.

Ainda que não poupe os indivíduos daquela determinada sociedade, a cegueira começa a se alastrar primeiro entre as personagens principais de *Ensaio sobre a cegueira*: o médico oftalmologista, o menino estrábico, a rapariga de óculos escuros, o primeiro cego, a mulher do primeiro cego, o ladrão de carros e o velho da venda preta. Faz parte desse núcleo de personagens principais a já referida *mulher do médico*, mencionada separadamente por não fazer parte dos cegos. Esse núcleo se torna próximo porque são as primeiras pessoas a perderem a visão, e as que entraram em contato, no consultório do oftalmologista, na sala de espera, com o primeiro homem que cegou. Contudo, há outro núcleo igualmente importante no livro e que torna possível a construção e a representação dual daquela sociedade; trata-se dos representantes do governo que não possuem suas características psicológicas individualmente construídas e desenvolvidas, ao contrário do outro grupo mencionado, cujos componentes serão caracterizados por suas ações e emoções individuais. Vale ressaltar, ainda, em relação à diferença na construção desses dois núcleos, que ambos representam categorias sociais – fato comprovado pela falta de nome próprio desses personagens. Contudo, aqueles que representam os governantes acabam por se tornar uma massa disforme, mas que é marcada, sobretudo pelas ações e pelo ímpeto político fortes e posicionados. Força política essa que será caracterizada no decorrer do romance por traços ditatoriais desencadeados, justamente, diante da cegueira eminente.

Após o primeiro cego ir ao consultório do oftalmologista, e constatada a cegueira sem motivo aparente, o próximo personagem a cegar é o próprio oftalmologista. Diante da coincidência do fato, representando o seu papel enquanto médico, ele decide avisar a agência sanitária e, conseqüentemente, o governo daquela capital, para que tome as devidas providências no sentido de proteger a população e saber como agir diante do caso de uma possível epidemia. Tal atitude é tomada, uma vez que é dever dos governantes eleitos por qualquer sociedade democrática proteger e zelar pela comunidade. Os leitores do romance esperam, assim, que essa seja a atitude tomada pelas personagens que representam esse grupo. Contudo, não é o que ocorre. Diante da possibilidade de uma aparente epidemia, o governo opta por confinar os cegos e contaminados em um manicômio desativado.

As atitudes que se seguem por parte desses representantes e a maneira como as personagens se comportam serão o foco principal dessa narrativa (que discutiremos mais detidamente em outro capítulo) e culminarão em uma série de medidas autoritárias tomadas

por parte dos governantes e a visão – ou a esperada cura para a cegueira “epidêmica” – somente será reestabelecida ao final do livro, depois de diversas privações e superações por parte das personagens.

Quando se analisa as obras de Saramago é importante atentar para a figura do narrador e a maneira como ele conduz a história. Isso porque, no caso de José Saramago, é difícil desvincular as duas figuras (autor e narrador). Academicamente, discutimos o papel do narrador desvinculando-o do autor das obras, ou seja, considerando-os distintivamente. Porém, quando se estuda José Saramago, conhecendo a sua postura e analisando as suas obras, compreende-se que, na maioria das vezes, as duas personalidades se confundem.

Dessa forma, nas obras de José Saramago, podemos afirmar que o escritor empresta a voz ao narrador das obras, permitindo que Saramago exponha sutilmente algumas de suas opiniões e reflexões acerca dos temas sobre os quais escreve. No caso dos dois romances aqui estudados, seria o papel desempenhado e as atitudes tomadas pelos governos democráticos que, muitas vezes, não se comportam como tal. Acerca do papel do narrador, Walter Benjamin afirma que:

O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência de seus ouvintes. O romancista segrega-se. A origem do romance é o indivíduo isolado, que não pode mais falar exemplarmente sobre as suas preocupações mais importantes e que não recebe conselhos nem sabe dá-los (1936, p.3).

Ao considerar a ótica de Benjamin sobre a postura do romancista, pode-se afirmar que Saramago faz exatamente o oposto. O escritor português explicita em seus romances as suas preocupações com a postura adotada pelos indivíduos que representam o poder e, por meio de sua alegoria, aconselha leitores e personagens. Comporta-se, pois, como um narrador.

E justamente a forma de construir esse narrador que caracteriza a personalidade literária desse autor, que é marcada por intervenções nas obras, por mudar a ordem cronológica dos fatos no momento em que está narrando, por opinar sobre as atitudes das personagens e interpelar os leitores da obra.

Mesmo aqui, no mais modesto se bem que amplo escritório do presidente da câmara municipal, com varanda para a praça e uma grande vista aérea da cidade na parede maior, não faltaria com que encher de substanciais descrições uma página ou duas, aproveitando ao mesmo tempo a dadivosa pausa para respirar fundo antes de enfrentarmos os desastres que aí vêm. (SARAMAGO, 2004, p. 112).

Esse trecho revela que o narrador de Saramago interpela seu leitor sobre o próprio ato de narrar, tomando para ele o poder de contar a história da forma que lhe for conveniente, podendo optar por estender-se ou apressar-se de acordo com o seu desejo. Além disso, adverte o leitor para os acontecimentos posteriores, procurando chamar a sua atenção para a narrativa. Essa maneira de narrar invertendo fatos, fazendo digressões, acaba sendo fruto de reflexão por parte do narrador dentro da própria narrativa. Como se Saramago, ao mesmo tempo em que narra os acontecimentos, acabasse por refletir sobre a sua maneira de contar suas histórias.

Em relação à posição do narrador, Saramago tinha opinião contundente e costumava se posicionar – defendendo a sua opinião e postura enquanto narrador – em entrevistas que concedeu a jornais e revistas:

O narrador não existe, é uma invenção acadêmica graças à qual se escrevem milhares de páginas em teses doutorais (...). O autor usa o narrador assim como usa as personagens, o põe ali para dizer o que se passa. Mas tudo está dentro da história, até o autor. A minha forma de narrar não coincide com os cânones. Eu sou aquele que escreve, e isso significa mais do que parece, que estou ali e sou o único que tem que inventariar tudo (...). E, se para tudo o que se expressa precisa-se de um narrador (...) O narrador sou eu, e eu sou os personagens no sentido de que eu sou o senhor desse universo. E, se calhar, o leitor não lê o romance, mas lê o romancista. E no fundo, é isso o que interessa saber: quem é esse senhor que escreveu aquilo. (SARAMAGO, 2010, p.224)

Saramago, então, não anula a existência do narrador. Mas o que ele revela com sua opinião é que, em seu caso, ele não dissocia o narrador de sua própria figura. Admite, dessa forma que a sua maneira de narrar é diversa da canonizada (ainda que ele seja um autor canônico – reconhecido – da literatura portuguesa). Por outro lado, é possível identificar por meio de seus textos que o autor não só cria a figura de um narrador em seus livros, como manipula-o dentro da sua narrativa:

O inconveniente destas digressões narrativas, ocupados como estivemos com intrometidos excursos, é acabar por descobrir, porém demasiado tarde, que, mal nos tínhamos precatado, os acontecimentos não esperaram por nós, que já lá vão adiante, e que, em lugar de havermos anunciado, como é elementar obrigação de qualquer contador de histórias que saiba do seu ofício, o que iria suceder, não nos resta agora outro remédio que confessar, contritos, que já sucedeu. (SARAMAGO, 2004, p. 135).

Além de admitir que sua forma de narrar possa consistir em uma perda para o encadeamento da história, Saramago revela que a história acontece ao mesmo tempo em que ele a narra. Insinua, também, qual seria o papel do narrador segundo a sua visão.

A postura declarada por Saramago sobre a sua criação literária e a fusão que ele faz entre o narrador e sua própria figura, escrevendo e se posicionando sobre assuntos relacionados ao campo político, nos levam a questionar por que um homem filho de camponeses analfabetos, sendo ele próprio autodidata, enveredaria pelo campo político demonstrando ser um cidadão consciente do seu papel e que opinava sobre o tema. Após analisar detidamente a sua biografia e as entrevistas concedidas pelo escritor, encontramos uma resposta a esse questionamento: acreditamos que a atividade que, possivelmente, levou José Saramago ao terreno das críticas políticas foi a de editorialista no *Diário de Lisboa*, fase de sua carreira em que entrou em contato com os problemas enfrentados por Portugal na época, e quando se filiou ao partido comunista português. A partir de então, pode-se perceber que a trajetória do escritor foi marcada por atitudes politizadas, sendo uma das mais conhecidas a opção pelo autoexílio em Lanzarote, quando, após a publicação de seu livro *O Evangelho segundo Jesus Cristo* – no qual Saramago conta a história de Jesus sob

outro viés, atribuindo a Deus uma figura tirânica –, torna-se alvo de críticas duras por parte da Igreja Católica, uma de maiores forças de oposição à sua literatura.

A literatura de Saramago não deixa de estar “contaminada” por esse período ativamente político de sua vida. Um exemplo é a obra aqui analisada *Ensaio sobre a lucidez*, na qual sua postura política e seu pensamento crítico ficam ainda mais evidentes.

Nesse segundo romance, a votação em branco por grande parte da população abre espaço, novamente, para a discussão sobre o papel do governo e de seus eleitores. Mais uma vez os representantes do governo se deparam com uma situação que precisa ser resolvida para não prejudicar o seu poder. Contudo, se no momento de cegueira a solução encontrada foi confinar os cegos e contaminados em um manicômio desativado, abandonados à própria sorte, neste caso, como poderiam agir se a atitude dos eleitores não passava, justamente, de uma postura assegurada pela própria democracia? Ou seja, os eleitores que votaram em branco (80% da população) tinham o direito de fazê-lo para demonstrarem o seu descontentamento diante da forma de governo ou dos próprios políticos eleitos para representá-los. A solução encontrada por aqueles governantes foi, a princípio, convocar uma nova eleição. Contudo, o resultado obtido foi o mesmo, e, diante disso, passam novamente a optar por medidas antidemocráticas que prejudicavam apenas a população e que tinham o objetivo de mantê-los no poder. Mais uma vez, os leitores se deparam com a representação de um governo que, apesar de democrático, passa a tomar atitudes ditatoriais e descabidas para assegurar sua permanência.

A comissão agiu com rapidez e eficácia. Antes que anoitecesse já tinham sido recolhidos todos os cegos de que havia notícia, e também um certo número de presumíveis contagiados, pelo menos aqueles que fora possível identificar e localizar numa rápida operação de rastreio exercida sobretudo nos meios familiar e profissional dos atingidos pela perda da visão. Os primeiros a serem transportados para o manicômio desocupado foram o médico e a mulher. Havia soldados de guarda. O portão foi aberto à justa para eles passarem, e logo fechado (1994, p. 47).

a consciência da gravidade da situação não tardou a fazer baixar o tom às manifestações de alegria, havia mesmo quem se perguntasse, Alegres,

porquê, se nos isolaram aqui como se fôssemos pestíferos em quarentena, com um exército de armas aperradas, prontas a disparar contra quem pretenda sair da cidade, façam-me o favor de dizer onde estão as razões para alegrias. (2004, p. 101).

Pelas duas citações, nota-se que o governo, quando se depara com o voto em branco, age à semelhança de quando os cidadãos começaram a cegar. Trata-se, pois, de um governo que, ao invés de lidar com o problema, opta por isolar os indivíduos sempre que surge uma ameaça a sua governabilidade. Na primeira vez, confinaram os cegos em um manicômio com a desculpa da quarentena, na segunda, contudo, sem poder justificar um confinamento no mesmo molde, acaba por confiná-los dentro da própria cidade, transferindo a capital do país para outro sítio. O voto em branco foi encarado pelos representantes do governo da mesma forma que a cegueira, como uma epidemia que poderia contaminar a todos, podendo expandir-se por todo o país, atravessando as fronteiras da capital.

A semelhança entre as duas obras reside na presença de um evento-chave (cegueira e voto em branco, respectivamente) para desencadear os acontecimentos e as atitudes tanto do grupo de personagens que representam o governo, quanto por parte das personagens que representam os indivíduos que fazem parte da sociedade. Entretanto, em *Ensaio sobre a cegueira*, ainda que haja a participação e a presença desses representantes, há uma imagem um tanto difusa quando o narrador-autor narra as ações dos governantes, sendo que a participação maior e mais detalhada é a do grupo de personagens principais que compõe a narrativa. Já *Ensaio sobre a lucidez* não possui um enredo uniforme como o primeiro romance; ele é dividido em duas partes: a primeira refere-se ao momento da votação – o voto em branco – e todas as consequências que dele decorrem: a implantação de um estado de exceção, os boicotes aos cidadãos, a manobra de mudar a capital do país para outra cidade; a segunda parte retoma as personagens principais da primeira obra: o médico, a *mulher do médico*, a rapariga dos óculos escuros, o velho da venda preta, o primeiro cego e a mulher do primeiro cego. Mas agora, não são todos as personagens desse núcleo que participarão de forma representativa nessa segunda obra, ou seja, nem todos agirão diretamente nos acontecimentos que serão foco da segunda parte: a carta que denuncia a *mulher do médico* como principal culpada pelo “motim” do voto em branco e a perseguição

do governo que desencadeara atitudes descabidas por parte do mesmo. Assim, as personagens centrais dessa segunda parte da narrativa são: o médico, a *mulher do médico*, o primeiro cego e ainda, um comissário (funcionário enviado pelo governo para investigar a *mulher do médico*). A participação desses personagens na construção do enredo será mais bem abordada posteriormente.

Existe, ainda, outra particularidade que une as obras de Saramago no que se refere ao seu jeito de narrar: a riqueza descritiva do autor. A forma como ele descreve os acontecimentos permite ao leitor uma visão ampla e detalhada dos acontecimentos, e a concepção de uma atmosfera descritiva permite ao leitor recriar com uma riqueza maior de detalhes a narrativa que está lendo:

Passava das três da madrugada. Adiante, muito lentamente, apoiando-se nos cotovelos, o ladrão do carro soergueu o tronco. Não sentia a perna, só a dor estava lá, o resto deixara de pertencer-lhe. Estava rígida a articulação do joelho. Rolou o corpo para o lado da perna sã, que deixou pender para fora da cama, depois, com as mãos juntas por debaixo da coxa, tentou mover no mesmo sentido a perna ferida. Como uma matilha de lobos acordados subitamente, as dores correram em todas as direcções para logo a seguir voltarem à cratera soturna em que se alimentavam. (SARAMAGO, 1995, p. 70).

Além da descrição minuciosa, Saramago ainda faz o uso de metáforas que ajudam o leitor a entrar na cena e visualiza-la com os olhos de quem estava presente nos acontecimentos criados pelo autor.

Outro traço marcante na obra do escritor e que ainda se relaciona com suas características literárias, particularmente nos dois romances estudados, é a concessão de voz aos oprimidos. Tanto em *Ensaio sobre a cegueira*, quanto em *Ensaio sobre a lucidez*, ainda que haja forte participação e representação dos governantes – indispensáveis pela própria temática abordada pelo autor –, percebe-se que o autor pretende revelar o sentimento das personagens que fazem parte do grupo dos oprimidos: cegos, no primeiro romance, e eleitores, no segundo.

Tal preferência – se é que assim podemos classificar – aliada à descrição pormenorizada, tanto dos acontecimentos, quanto das ações que envolvem suas personagens, propicia uma reflexão ainda maior nos leitores de José Saramago, uma vez que permite considerar, por outro lado, as realidades que são ficcionalizadas pelo autor. Trata-se de mostrar, principalmente em obras como *Ensaio sobre a cegueira* e *Ensaio sobre a lucidez*, o ângulo dos indivíduos que representam a sociedade que estão sendo excluídos ou massacrados pelos governantes que, mesmo tendo como forma de governo a democracia, agem de maneira autoritária. Sob essa ótica Saramago revela, em suas obras, aversão à mediocridade presente nas instituições que regem as sociedades. Sobre as obras de Saramago, Pavam afirma que “sua perspectiva é a do excluído, daquele que não teve voz na narração histórica estabelecida pelo poder dos que venceram” (2010, p. 14).

Ainda que as duas obras aqui analisadas não sejam propriamente narrativas históricas como é o caso da maioria das obras que fazem parte da primeira metade de seus escritos, que tinham por objetivo corrigir ou recriar parte da história como o próprio autor costumava declarar, há a representação de poderes que se utilizam da força para instituírem uma forma de poder arbitrária, que exclui o direito das personagens que representam os cidadãos. E, implicitamente, pode-se considerar como uma espécie de recriação, uma vez que, historicamente, a maioria das sociedades já sofreu os desmandos de governos despóticos, sendo obrigada a se reestruturar para sobreviver, seja durante, seja ao final de determinados regimes.

Em *Ensaio sobre a cegueira*, José Saramago procura mostrar detalhadamente como se comportam as personagens que cegam quando são enviados ao manicômio, as mazelas que sofreram em razão das arbitrariedades cometidas por aqueles que representavam o governo e que optaram por enclausurar, cerceando os direitos daqueles que consideravam perigosos para a manutenção do seu poder, ou seja, do *status quo*. Diversas vezes, por meio da voz do narrador-autor, ou da personagem principal da narrativa, a *mulher do médico*, os leitores entram em contato com os sentimentos e angústias das personagens que sofrem, evidenciando o que tiveram de suportar para se adaptar ou readaptar ao que estavam vivendo:

(...) aqui ninguém nos virá atacar, podíamos ter roubado e assassinado lá fora que não nos viriam prender, nunca aquele que roubou o carro esteve tão seguro da sua liberdade, tão longe estamos do mundo que não tarde que comecemos a não saber quem somos... (SARAMAGO, 1995, p.63,64)

Nessa passagem, nota-se por parte da *mulher do médico* a preocupação e angústia com o isolamento que, conseqüentemente, acaba causando a perda de identidade de cada um das personagens. Saramago revela, assim, não apenas a condição daqueles personagens que foram submetidos à clausura, mas também fornece voz para que eles expressem suas preocupações e descontentamentos em razão da crise e da situação estabelecida pelo governo.

As atitudes atribuídas ao núcleo que compõe o governo podem ser lidas por meio do conceito de estado de exceção, pois, ao enclausurar os cegos e contaminados dentro do velho manicômio, esses perdem os seus direitos constitucionais, ficam isolados da sociedade sem o direito de escolha, alheios ao que se passa no mundo exterior, com a sua liberdade cerceada, o direito à alimentação e saúde fica nas mãos dos governantes que deviam prover o mínimo para a sobrevivência daquelas pessoas, e nas mãos dos soldados, responsáveis por fazer a segurança do manicômio – segurança não contra uma possível invasão externa, mas contra uma provável rebelião por parte daqueles que lá estavam confinados. Assim, para agir diante de uma situação de crise, o governo se vê no direito de enclausurá-las, ainda que seja necessário desrespeitar o direito daqueles civis que vivem em um estado democrático.

Enquanto configuração de um estado de exceção, dentro dessa obra de José Saramago, ocorre na medida em que cegos e contaminados são submetidos a um vazio de direito ao serem isolados. Entretanto, fora do manicômio, a estrutura governamental para os civis que ainda não cegaram conserva-se a mesma. Há, então, para os confinados no manicômio, a presença de um vazio de direito, segundo a definição de Agamben (2004, p.17), que se torna mais evidente por meio do comunicado que revela as regras às quais terão de se submeter aquelas pessoas.

Todos esses eventos configurados pelas atitudes das personagens, a forma como se comportam diante dos abusos do governo pela qual se organizam, nos permitem ler a

condição a que chegam por meio do conceito de estado de natureza. A questão da comida é uma das principais leis que regem a lei da natureza, sendo que os indivíduos devem, acima de tudo, zelar pela sua própria preservação e, posteriormente, pela do grupo. Contudo, o que causa o desentendimento entre aquelas personagens que estão na mesma condição? Primeiro que, vivendo sob a herança de um governo tido como democrático, mas que, notadamente, não propaga a democracia, antes a corrompe e torna os seus indivíduos cada vez mais egoístas, aquelas pessoas, ainda que sem regulamentação, não sabem viver e agir de outra forma. Procuram, então, acumular a única riqueza que pode ser usada como moeda de troca dentro daquele local: a comida. Um segundo problema que configura uma ação do estado de natureza, mas que, ao mesmo tempo, o fere, é o zelo pela sobrevivência dos outros indivíduos que vivem dentro daquela comunidade: a questão da separação das camaratas entre cegos e contaminados não permite uma identificação total entre os indivíduos, o que impossibilita o instinto de sobrevivência coletivo. Assim, a única personagem dentro da obra que tem uma atitude de conservação de seu grupo é a *mulher do médico*, que zela pela sobrevivência do núcleo principal, ajudando-os e conservando a segurança de acordo com suas possibilidades.

Ao passo que os cegos que detêm a comida passam a cobrar por ela, eles ferem a lei de sobrevivência dos outros cegos, entrando, assim, em estado de guerra, de acordo com a definição proposta por Locke (1983, p.36). Dessa forma, podem e devem ser punidos para que não sirvam de modelo para outros indivíduos e é o que o faz a *mulher do médico* quando decide matar o líder do grupo.

Contudo, como julgar esses crimes em um lugar no qual impera o vazio de direito desprovido do controle da lei? Como julgar a própria atitude do governo para com aquelas pessoas, deixando-as em um total estado de abandono? É cabível a punição dessas pessoas? Dentro do cenário representado na obra de José Saramago, em um estado de natureza não seria possível julgar esses crimes, uma vez que imperava o vazio de direito agravado pelo isolamento e por estarem cegos, o que impedia os cidadãos de testemunhar as atitudes do governo, bem como os crimes que foram cometidos dentro do manicômio. É retomando essas questões que se baseia parte do enredo de *Ensaio sobre a lucidez*.

Em *Ensaio sobre a lucidez*, percebemos a preocupação do autor em dar voz aos oprimidos. Contudo, nesse romance há uma situação diversa, pois as personagens, ainda

que não estejam sofrendo com o confinamento explícito e de fato, são oprimidos pelo estado de exceção implantado na capital e, conseqüentemente, por todos os acontecimentos que advêm dessa implantação. Há, em certo momento da narrativa, o abandono daquela capital por parte dos governantes, que optam por se instalar em outra região daquele determinado país como maneira de punir os seus eleitores. Os governantes acabam, ainda, tomando outras atitudes que configurarão uma espécie de confinamento daqueles cidadãos dentro da capital do país onde vivem.

Nesse momento, os leitores têm um contato maior com o sentimento e com a visão das personagens que são oprimidos por aquela forma de governo. Contudo, nesse romance, nota-se muito mais a “interferência” de Saramago, que revela a situação deles mais pela visão do narrador-autor, do que pela “voz” das próprias vítimas dos abusos:

(...) É certo que ninguém se decidiu a ir para o trabalho, mas a consciência da gravidade da situação não tardou a baixar o tom às manifestações de alegria, havia mesmo quem se perguntasse, Alegres porquê, se nos isolaram aqui como se fôssemos pestíferos em quarentena, com um exército de armas perradas, prontas a disparar contra quem pretenda sair da cidade, façam-me o favor de dizer onde estão as razões para alegrias... (SARAMAGO, 1995, p.101).

Esse trecho do romance revela as reflexões por parte desses personagens diante do abandono do governo e estabelece, mais uma vez, a relação com o livro anterior, ao dizer que estão confinados em uma espécie de quarentena – ponto central do outro romance.

Assim, o estado de exceção nessa obra se instala de maneira progressiva: primeiro os habitantes têm seus direitos feridos quando são espionados e têm suas conversas gravadas sem consentimento; neste momento, o governo age à margem do conhecimento dos cidadãos. Depois há a declaração do estado de exceção, quando o resultado da segunda eleição não se altera. É possível perceber nesse ato mais uma relação com o primeiro livro analisado: com a desculpa de preservar a nação “da terrível ameaça que paira sobre as suas cabeças” (2004, p. 36), o governo procura defender os seus próprios interesses, pois considera um descalabro as pessoas votarem em branco e a impossibilidade de manterem-se no poder devido a esse ato.

É somente quando o governo decide abandonar a capital, deixando todos os cidadãos “insurgentes” entregues a si mesmos, sem sua regulamentação, que se pode pensar em uma sociedade voltada ao seu estado natural, pois, embora vivessem um vazio de direito, esse ainda não permitia a configuração de um estado de natureza propriamente dito, uma vez que, sendo a cidade controlada por forças do exército e por meio de decretos baixados pelo governo, havia uma série de regulamentações que os civis deveriam seguir. Contudo, após o abandono não precisam mais seguir nenhuma regulamentação vinda por parte do governo, mesmo porque é esse o objetivo principal dos governantes quando decidem abandonar a capital: queriam que fosse instaurada uma desordem e que, assim, os cidadãos percebessem a necessidade de um governo para restituir a ordem à sociedade.

O que vai diferenciar o enredo desses dois romances é a postura das personagens que representam os cidadãos, estabelecendo-se, assim, a relação direta entre os títulos das duas obras: a cegueira e a lucidez. No primeiro romance, as personagens já sofriam de uma cegueira prévia por não enxergarem que viviam uma condição ruim em razão da falta de participação política. Quando a cegueira começou a se espalhar, os representantes do governo acreditavam ser imunes à cegueira e, ao invés de promover cuidados ou se preocuparem em encontrar a “cura” para a cegueira, optaram por tomar medidas antidemocráticas para se resguardarem, mas, ao se tornarem cegos, perderam o poder sobre as pessoas daquela capital. Assim, tudo o que sofreram durante o período em que estiveram cegos deveria servir de lição para todos, evitando, desse modo, que repetissem suas ações; tal cegueira desaguaria, então, na lucidez do segundo romance.

Entretanto, em *Ensaio sobre a lucidez*, percebemos que a cegueira branca transformou-se em lucidez apenas para aqueles personagens que representariam os cidadãos comuns e que sofreram com os desmandos por parte de seus governantes. Essa é uma questão muito clara no romance de Saramago, uma vez que apenas os cidadãos agem de maneira a não se deixar barbarizar, não permitindo que os governantes os desestabilizem. Sofrem, contudo, novamente com as atitudes antidemocráticas, já que algumas ações são alheias a eles – mais uma vez aparece aqui a crítica aos regimes democráticos, nos quais, segundo Saramago, o povo não faz mais do que eleger esses políticos, sem ter participação real nas decisões. Nesse sentido, apenas aqueles que representam os governantes não

partilham da lucidez alcançada pelos demais, porque agem da mesma maneira como agiram antes de ficarem cegos.

Há, ainda, outro ponto crucial do estilo literário saramaguiano e que encera, assim, esse capítulo da dissertação: trata-se de sua maneira peculiar de escrever, de encadear a sua narrativa e seu estilo irônico que, muitas vezes, beira o sarcasmo.

Para muitos leitores, as obras de Saramago são difíceis de serem lidas e compreendidas, justamente pela forma como ele encadeia os discursos direto e indireto – na verdade, não há distinção entre eles, e não há obediência às regras de pontuação. Trata-se de uma maneira peculiar de escrever do autor e que torna sua literatura ainda mais singular e rica, já que, dessa forma, ele consegue construir a sua narrativa de maneira muito similar às narrativas orais, como se realmente estivesse contando determinada história. Assim, a dificuldade por parte de certos leitores reside no fato de não estarem familiarizados com esse tipo de construção – obstáculo que é transposto com a continuação da leitura; em contrapartida, há por parte de Saramago aproximação ainda maior com as pessoas simples, com os chamados contadores de histórias, justamente em razão do uso dessa técnica.

Em suas narrativas, Saramago não procura separar ou explicitar por meio das conhecidas regras de pontuação, qual é a fala das personagens ou quando é a voz do narrador-autor que fala, tudo se mescla em uma fusão bem construída de forma que haja um encadeamento perfeito, permitindo aos leitores atentos que percebam, mesmo com a ausência dos padrões convencionais, a quem se referem as falas, ponderações, ações.

Os títulos de abertura atraíam a atenção dos curiosos, eram enormes, garrafais, outros, nas páginas interiores, de tamanho normal, mas todos pareciam ter nascido da cabeça de um gênio da síntese titulativa, aquela que permite dispensar sem remorso a leitura da notícia que vem a seguir. Havia os sentimentais como *A Capital Amanheceu Órfã*, irônicos como *A Castanha Rebentou na Boca Dos Provocadores* ou *O Voto Lição À Capital Insurrecta (...)* (SARAMAGO, 2004, p. 99).

Nesse trecho do livro percebemos claramente que não há obediência às regras de pontuação: Saramago intercala o discurso do narrador-autor com as manchetes dos jornais locais, expondo, ao mesmo tempo, a opinião daquele narrador-autor acerca dos fatos. Dessa

maneira, os discursos e falas são separados muitas vezes por vírgulas em detrimento do ponto final, sendo que a marcação da fala de uma personagem que “interrompe” o discurso do narrador é a letra maiúscula. É assim que o autor vai narrando, contando a sua história de forma bem próxima da oralidade, mesmo em se tratando de um romance, no qual estamos acostumados à escrita formal. Para Saramago:

Se usasse constantemente sinais gráficos de pontuação, seria como se estivesse a introduzir obstáculos ao livre fluir desse grande rio que é a linguagem do romance, como se estivesse a travar o seu curso. No fundo, é como se escrever fosse narrar. Claro que tudo isto é sempre subjetivo e podem ser encontradas muitas outras razões para justificar esta técnica. Estas, no entanto, são as minhas e não me parecem de todo más. (SARAMAGO, p. 212, 2010)

Nas duas obras aqui analisadas, que foram escritas muito tempo depois dessa declaração do autor, ele chega ao auge de sua técnica, obtendo uma linguagem fluida.

Por fim, outro traço que concerne ao seu estilo literário e que é claramente percebido em *Ensaio sobre a cegueira* e *Ensaio sobre a lucidez* é a ironia. Ao tratar de temas tão polêmicos, Saramago não deixa de lado a ironia – utilizada, muitas vezes, de maneira sutil – para construir as suas críticas. Em certos trechos desses dois romances, a ironia do autor (que é emprestada ao narrador, ou vice-versa) confere leveza aos episódios dramáticos que estão sendo narrados.

Passados minutos o rapazito estrábico disse, Tenho fome, e a rapariga dos óculos escuros murmurou, Amanhã, amanhã comemos, agora vais dormir. Depois abriu a mala de mão, procurou o frasquinho que comprara na farmácia. Tirou os óculos, inclinou a cabeça para trás e, com os olhos muito abertos, guiando uma mão com a outra, fez pingar o colírio. Nem todas as gotas caíram nos olhos, mas a conjuntivite, assim tão bem tratada, não tardará a curar-se. (SARAMAGO, 1995, p. 61)

Nesse trecho do romance, a ironia de Saramago está presente de forma muito implícita e sutil. Trata-se de um momento em que não param de chegar cegos ao manicômio e a comida começa a não ser suficiente para todos (momento dramático da narrativa), e aqui a ironia surge como um contraponto de leveza: “De qualquer modo, tento não sentimentalizar as situações que pareciam estar fadadas para tal. Desejo tornar mais pungentes pela ironia coisas tão irremediáveis (...)”. (Saramago, 2010).

A ironia de Saramago aparece sutilmente nesse trecho, quando o narrador refere-se à personagem rapariga dos óculos escuros, que vai, a princípio, até o consultório do oftalmologista em razão de uma conjuntivite e acaba sendo uma das primeiras a cegar, passando a fazer parte do grupo principal de personagens. Contudo, mesmo no momento da narrativa referida pelo trecho, no qual ela já está cega, sobretudo passando por tantas dificuldades, a rapariga ainda preocupa-se em cuidar dos olhos pingando, constantemente, colírio e fazendo o uso dos óculos de sol (recomendação médica), ainda que, naquele momento, a conjuntivite não fosse mais de tanta importância. Percebe-se, aqui, ironia por parte de Saramago não apenas no que se refere à atitude da moça que continua preocupada com uma doença “banal”, mas também revela a ironia reforçada pela a cegueira metafórica, uma vez que a personagem continua não enxergando o que é realmente importante naquele cenário.

Por todos esses elementos: a escolha temática de Saramago, as particularidades de seu estilo literário, seja quando se coloca como narrador-autor, permitindo, conseqüentemente, a ironia de certos atos e acontecimentos, seja por meio do seu estilo livre de narrar, as obras de Saramago se tornam ricas e particulares, revelando, de certa forma, a própria postura do autor enquanto cidadão consciente de seus atos e autor consciente do papel de sua literatura.

Capítulo 2: René Girard e o desejo mimético: da má reciprocidade ao sacrifício do bode expiatório

O primeiro capítulo desta dissertação consiste em compreender a teoria de que versa sobre a construção do bode expiatório. Antes de iniciarmos o percurso, no entanto, precisamos indicar as obras de Girard utilizadas para compreender a sua teoria. Para este trabalho, recorreremos a *Mentira romântica e verdade romanesca* (1961), que nos fornecerá a base de análise utilizada por Girard quando olha para os textos literários, e nos inspirará no estudo que faremos dos livros de Saramago; *A violência e o sagrado* (1972), primeira obra do autor que discute, a fundo, as teorias pertinentes a esta dissertação; *Aquele por quem o escândalo vem* (2001), livro que discute o papel da violência na configuração das sociedades; e, por último, *O bode expiatório* (2004) que nos oferece maior abrangência sobre a teoria e o papel do bode expiatório, sendo, por isso, um dos mais importantes para o presente trabalho.

O primeiro passo para este entendimento consistirá em demarcar o ponto em que se inicia a construção do bode expiatório. Procuraremos seguir uma sequência no interior do capítulo que facilite a visualização da teoria de Girard como um círculo que está presente na construção da vítima expiatória. Para tanto, iniciaremos com o surgimento do desejo mimético e seguiremos abordando os conceitos que decorrem desse desejo: a má reciprocidade e a violência; a crise; a escolha do bode expiatório e, por fim, o sacrifício da vítima. Assim, engloba-se, ao término deste capítulo, toda a teoria que nos auxiliará na leitura dos romances de Saramago e que, conseqüentemente, nos permitirá traçar a maneira pela qual o autor português constrói o seu próprio bode expiatório.

Para Girard, “a teoria mimética ou imitativa é uma explicação do comportamento humano e da cultura humana” (2001, p. 10). Essa afirmação, de certa forma, acaba por resumir o objetivo da teoria do pensador, uma vez que ele procura estudar a teoria do desejo mimético para compreender o funcionamento e a fundação das novas sociedades. Mas o que seria, então, o desejo mimético?

Para compreendê-lo precisamos remontar à origem do significado da palavra mimese, que tem por sentido literal a imitação. O desejo mimético carrega em seu cerne o

comportamento imitativo que tem início na imitação do desejo do outro. Para Girard, pelo fato de estarmos inseridos em uma sociedade, por sermos seres sociais, o desejo mimético está presente em todas as nossas relações. Por isso, acaba por se tornar inevitável desejar o que pertence ao outro e rivalizar pela posse do objeto desejado.

Quando discorre sobre o desejo triangular, Girard (1961) revela que há, sempre, pelo menos três indivíduos envolvidos: o primeiro, que tem a posse e que, por vezes, pode ser o mediador do desejo, ditando o objeto a ser ansiado; um segundo que rivaliza pelo objeto e o terceiro é o próprio objeto. Precisamos ressaltar, porém, que nem sempre o objeto de desejo é um indivíduo. No caso dos textos que Girard apresenta em *Mentira romântica e verdade romanesca*, na maioria das vezes, o desejo triangular refere-se às relações amorosas, nas quais, evidentemente, o objeto de desejo será o amor de alguém que é, por sua vez, concretizado na figura de uma pessoa. Porém, o objeto desejado nem sempre é caracterizado pela concretude, ou seja, pode não ser algo meramente físico. Expõe a teoria em outros livros, *A violência e o sagrado* ou *O bode expiatório*, compreendemos que o objeto de desejo também pode ser representado pela subjetividade, marcado pelo poder, por exemplo.

Quando aborda o desejo triangular em *Mentira romântica e verdade romanesca*, Girard nos aponta a maneira como ele aparece nos romances. Para o autor, esses textos, por serem representações da sociedade, são formas de ilustrar a maneira como os indivíduos reais se portam no seio de uma comunidade, por isso a importância de olhar para eles com atenção. Nesse livro, a partir da análise que apresenta de textos e autores do século XIX, Girard revela o mecanismo do desejo triangular presente nas relações afetivas e o modo como o autor de cada texto lida com esse desejo em sua obra. Anteriormente, referimo-nos à necessidade de um mediador no interior do mecanismo do desejo triangular para que fosse ditado, ao outro participante, o objeto de desejo a ser disputado. Dessa maneira, o título do livro de Girard tem relação direta com o uso que é feito do mediador pelos romancistas. Assim, a “mentira romântica” consistiria na ocultação do mediador que é feita, consciente ou inconsciente, pelo autor da obra. Por outro lado, a “verdade romanesca” seria o contrário desse efeito, quando o autor do texto evidencia de forma clara quem faz a mediação do objeto desejado. A presença de um indivíduo que faça a mediação do desejo é, assim, extremamente importante na teoria de Girard, ainda que, por vezes, seja difícil

identificá-lo. Pois, sem a presença do mediador que exalte a importância do objeto desejado, não haveria o desencadeamento de todo o ciclo mimético.

Mesmo que o mediador seja desconhecido e que o objeto de desejo não seja, necessariamente, algo concreto, é importante ressaltar que o desejo mimético é exclusivamente humano. Segundo Girard, da mesma maneira que a paixão, o desejo surge quando o indivíduo, mesmo depois de saciar todas as suas vontades e/ou necessidades primordiais, sejam elas a fome, a sede, o sexo e o sono, passa a desejar algo que não sabe o que é para preencher um suposto vazio que ele também não consegue perceber/explicar de onde vem. Em geral, é a paixão por algo ou alguém que faz com que se desperte o desejo mimético de possuir um objeto ou uma pessoa para si: “O que se chama desejo ou paixão não é mimético, imitativo acidentalmente ou apenas de vez em quando, mas o tempo todo. Longe de ser o que há de mais nosso, nosso desejo vem do outro. Ele é eminentemente social” (2011, p.34).

Vivendo, pois, em sociedade, e sendo todas as relações que os indivíduos estabelecem marcadas pelo contato com o outro e pela reciprocidade das ações, o homem passa a desejar o que é do outro, principalmente quando é destacado um modelo bem sucedido, dotado de prestígio.

Na introdução do livro *Aquele por quem o escândalo vem*, João Cezar de Castro Rocha nos chama a atenção para o perigo de provocar o desejo do outro:

Em vocabulário mais próximo ao cotidiano, tornamo-nos escandalosos ao provocar o outro, martirizando-o com nossos êxitos, celebrando nossos eventuais triunfos de maneira especialmente enfática em sua presença, oferecendo-nos, pois, como autêntico modelo a ser seguido. Sem necessariamente ter consciência do fenômeno que estamos prestes a desencadear, instilamos inveja e ressentimento, pois o modelo de hoje quase sempre se transforma no rival de amanhã (Apud Girard, 2004, p. 13).

O desejo mimético surge, assim, da necessidade que o mediador tem de exaltar as suas conquistas e do vazio que o outro sente por não saber o que desejar. Trata-se, pois, de perceber que no comportamento mimético há um guia que aponta para onde o desejo do outro indivíduo deve se voltar.

Entretanto, aliada à mediação do objeto, temos que observar, ainda, como ela se configura. Girard (1961) estabelece uma diferença na forma como a mediação ocorre, podendo dividir-se de duas maneiras: a primeira seria a mediação externa, caracterizada pela distância que o sujeito imitado mantém das redes de socialização, o que impede, consequentemente, o conflito aberto. A segunda forma de mediação seria a interna, que ocorre quando o modelo é próximo do sujeito mimético, tornando o conflito aberto e, por sua vez, mais fácil de ocorrer.

A partir do momento em que o modelo ou o objeto de desejo foi ditado – e, consequentemente, os indivíduos passam a rivalizar na disputa por ele –, entramos no conceito de reciprocidade, que será, pelo caráter da disputa, a desencadeadora da violência entre os participantes.

Ao mesmo tempo em que defende que o desejo mimético está presente em todas as relações humanas e que ele as estrutura dentro de uma sociedade, Girard apresenta outro conceito que será muito importante para compreender as raízes da violência mimética, e, por conseguinte, a escolha do bode expiatório: o da reciprocidade.

A reciprocidade baseia-se na relação de troca entre dois ou mais indivíduos que participam do desejo triangular (mimético). Para Girard, a relação entre os indivíduos, que se baseia na troca, pode se configurar de duas maneiras diferentes e, por isso, o pensador divide a reciprocidade em boa e má: “A relação pode ser benevolente e pacífica, e pode ser malevolente e belicosa, tudo isso sem nunca deixar, coisa estranha, de ser recíproca.” (2011, p.43).

O que definiria que tipo de reciprocidade está envolvido em cada uma das relações sociais é a forma como as pessoas se relacionam umas com as outras. A princípio, as relações se iniciam com a boa reciprocidade, na qual os indivíduos se tratam de maneira cordial e pacífica; porém, inseridos mais tarde em uma disputa qualquer, basta apenas um “movimento” para que a má reciprocidade surja. Esse movimento, ainda que delicado, é o responsável por fazer com que a linha tênue que separa os dois tipos se desfaça e, a partir

disso, o deslocamento da boa para a má reciprocidade se efetua. Segundo Girard, basta apenas um ato impensado ou distraído para iniciar a imitação mútua da má reciprocidade, fazendo com que os seres envolvidos não mais se entendam.

Para ilustrar a sua teoria, demonstrando de que maneira poderia ocorrer o deslocamento de reciprocidades, Girard apresenta um exemplo bastante simples, mas eficiente. Um sujeito A e outro B, participando de um simples aperto de mãos: se A estende a mão para B e o mesmo hesita, ou simplesmente se nega a participar do ritual, já é motivo para que o sujeito A recolha a mão rapidamente, imitando o gesto do sujeito B, dando início, assim, à má reciprocidade do comportamento e do gesto. Mas o que ocorreria quando um indivíduo se nega a participar da má reciprocidade? Seria interrompido, nesse momento, o início de uma crise? Não necessariamente, uma vez que, agindo contra as convenções sociais, o indivíduo que inicia a má reciprocidade já teria estremecido a relação social com o outro.

Deste modo, a teoria de Girard residiria não apenas no desejo mimético de possuir o que é do outro, copiando o modelo destacado pela sociedade, mas, também, na má reciprocidade, que seria, portanto, a gênese de toda a violência social. É a partir desses pequenos traços de alteração no comportamento que as relações se degradam. Para Girard é esse comportamento que “altera as nossas relações com os outros e que termina por alterar a nós mesmos no sentido em que acreditamos evitá-lo ao nos opormos: a semelhança cada vez maior, a identidade cada vez maior com o rival mimético.” (2011, p. 35).

A partir da afirmação de Girard, podemos considerar que a rivalidade altera a tal ponto as relações humanas que torna oponente e opositor cada vez mais próximos. A individualidade de cada um é diluída, e os participantes tornam-se uma massa disforme, da qual, ao final do ciclo, é difícil distinguir quem é o imitador do desejo de quem.

Essa alteração comportamental pode ser mais bem compreendida quando tomamos por base a configuração das sociedades modernas, na qual os modelos a serem seguidos são ditados sem que consigamos saber, exatamente, de onde eles surgem. As pessoas rivalizam a todo o momento por cargos, poder, status. Disputam valores subjetivos como inteligência, beleza, simpatia e, por mais que saibamos que a mídia tem grande influência na mediação desses últimos desejos citados há, em caráter microssocial, indivíduos que “trabalham” a favor dos verdadeiros mediadores, intermediando os desejos ditados.

O autor também afirma que, se é difícil identificar os mediadores dos desejos que parecem surgir espontaneamente, a tendência social em mascarar o desejo mimético reforça essa dificuldade. Dessa forma, a sociedade moderna se esforça por mascarar o desejo mimético – procurando ir contra o círculo vicioso causado por ele – ainda que inconscientemente, pois é impulsionada à individualização. Esse processo de disfarce está atrelado à negação da mimese e da tendência do indivíduo para a violência, uma vez que ninguém se sente confortável em admitir que deseja (inveja) o que o outro tem e nem as atitudes violentas que seria capaz de cometer para obter a posse do objeto. No entanto, por aproximar os indivíduos e torná-los aquela massa disforme, nenhum dos sujeitos envolvidos se acredita responsável pelo início da violência, já que todos acreditam agir apenas reagindo ao comportamento violento de outra pessoa.

Do mesmo modo, nenhum indivíduo é capaz de tomar para si a responsabilidade pela degradação das relações sociais, deixando de perceber, assim, o que para Girard caracteriza-se por uma “cegueira narcisista” (2011, p. 54): que a violência está tanto nos seres humanos quanto em volta dos mesmos.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que negam as suas tendências, atualmente as sociedades vivem o ápice da violência mimética. Segundo Girard, elas estão condenadas à concorrência e ambição desenfreadas em todos os seus segmentos: político, religioso, social. Dessa forma, estando os seres humanos tão acostumados a revidar sempre a má reciprocidade, essa atitude acaba se tornando um ciclo. Esse ciclo configura-se num círculo vicioso que desencadeia, com isso, uma crise na sociedade, pois, “todas as sociedades humanas, sem exceção, têm a tendência a se transtornar sob o efeito de sua violência interna” (2011, p. 75).

Ainda, para Girard, o mundo ocidental procura rejeitar a sua violência, ignorando suas raízes culturais primitivas. A verdadeira ameaça, porém, segundo o pensador, são as ambições capitalistas que destroem as velhas culturas (2011, p. 70,71) e que desestabilizam, de certa forma, a sociedade como um todo.

Em consonância, Rocha, na introdução do livro *Aquele por quem o escândalo vem* (2011), procurando explicar a que se propõe essa obra de Girard, afirma que “a teoria mimética pretende compreender a dinâmica própria do comportamento humano, e inclusive do surgimento da cultura” (Apud GIRARD, 2011, p. 11). Essa afirmação se faz coerente

porque sintetiza parte das teorias de Girard, que procura, justamente, explicar a violência humana como decorrência da mimese e, conseqüentemente, da má reciprocidade.

Assim, é a partir de pequenos focos de mimese, desencadeados pela má reciprocidade que surge a violência. Do momento em que a violência passa a ser irradiada por toda a sociedade, pelo processo da má reciprocidade, os indivíduos necessitarão de uma solução que os apazigue e lhes devolva a paz. É nesse momento que retornamos à ideia inicial do mecanismo mimético de que o apetite persecutório se dá sobretudo em tempos de crise, e incide exatamente sobre uma vítima escolhida injustamente e injustificadamente, ou seja, o bode expiatório. Porém, antes de iniciarmos a compreensão de como ocorre a construção da vítima expiatória, é necessário compreender como se caracteriza a crise.

A configuração de uma crise é fator fundamental para a continuação do ciclo mimético que desembocará na escolha do bode expiatório. Ainda que as relações sociais estejam alteradas dentro de uma comunidade, e a violência continue propagada entre os seus indivíduos, apenas quando a mesma se torna uma crise de ordem global é que se torna necessária a expiação da violência: “O apetite persecutório se polariza de preferência sobre minorias religiosas, sobretudo em tempos de crise.” (GIRARD, 2004, p. 12).

A crise, no entanto, pode ser desencadeada de duas formas: 1) quando se instala a má reciprocidade entre os indivíduos e eles agem violentamente, irradiando a crise para a sociedade – esse seria um exemplo de causa interna – ou 2) desencadeada por fatores externos: uma epidemia, seca, inundações. A causa interna pode não ser a responsável por desencadear determinada crise, no entanto, ela sempre estará presente.

Quando uma crise decorre de causa externa, como seca ou epidemia, por exemplo, os indivíduos passam a partilhar o desejo mimético e/ ou a má reciprocidade, que ditariam os modelos fortes de como lidar com a situação. Logo, a crise que foi desencadeada por um fator externo passa a comprometer a estrutura interna da sociedade, pois desestrutura as relações entre os indivíduos. Dessa forma, durante a vivência de uma crise há a degradação de laços sociais, fim das regras e até mesmo das diferenças que definem as ordens sociais e ocasiona a violência coletiva.

A violência sempre tem um papel de destaque nos livros em que Girard discute o desejo mimético e o ciclo persecutório. Essa importância reside no fato de que a violência é

condição *sine qua non* para a existência da eleição de um bode expiatório, pois, por meio de sua existência, surgirá a necessidade de aplacá-la.

A respeito da violência, Girard indica que ela tem fruto na afirmação de que o desejo é eminentemente social (2011, p. 34), ou seja, todos nós estaríamos marcados por desejos que nos movem. Porém, nem sempre sabemos o que desejar e, diante da necessidade de nos sentirmos preenchidos, acabamos imitando o desejo de outro indivíduo. Esse passa a ser, então, o mediador do desejo que nos moverá e começaremos a mimetizar não apenas o desejo, mas o comportamento do outro com o objetivo de nos igualarmos a ele e alcançarmos o que desejamos. Como já mencionado, a violência surgirá durante esse processo de imitação, marcado pela má reciprocidade, no qual rivalizamos pelo mesmo objeto.

Em *A violência e o sagrado* (1998), livro no qual Girard discute mais criteriosamente o cerne da violência e a escolha do bode expiatório, o pensador já demonstrava a sua preocupação com a violência não saciada. Para Girard, quando não é satisfeita, a violência acaba por se acumular e transbordar até espalhar-se, causando efeitos desastrosos. É em razão disso que “o sacrifício procura controlar e canalizar para a ‘boa’ direção os deslocamentos e substituições espontâneos que ocorrem nesse momento” (1998, p.22). A escolha de uma vítima expiatória decorre, então, da necessidade de se aplacar a violência. Compreendemos que o sacrifício de um indivíduo seria autorizado em benefício de toda a comunidade, resguardando-a, assim, da violência. Dessa maneira, ainda que seja uma violência, quando exercida sobre a vítima (o bode expiatório) ela é considerada por Girard como essencial para alcançar o retorno da ordem e da paz. A vítima expiatória garante, destarte, a passagem da violência recíproca e fundadora para a unanimidade fundadora. O bode expiatório, desse modo, é o responsável por expiar os males de determinada sociedade, apaziguando e restabelecendo a ordem original.

Por se tratar da violência praticada contra um indivíduo, Girard demonstra preocupação em encontrar uma interpretação e justiça para validá-la, observando a necessidade de resguardar a comunidade abalada pela crise. Por isso, mesmo que o tema abarque questões religiosas, é preciso, segundo o pensador, conceber e explicar o sacrifício em termos humanos. Apenas assim se faz possível compreender o ato diante da sociedade

em que é praticado, pois, o contrário tiraria a função social que o bode expiatório exerce no plano da realidade.

Nas teorias de Girard, apreendemos que o ponto central do apetite persecutório, contudo, estaria não no fim da ação, quando toda uma espécie de violência já teria sido polarizada para uma vítima expiatória. Para ele, o ponto central se funda no início da violência, ou seja, na violência recíproca, ou melhor, na má violência recíproca que ocorre em todas as comunidades. Por conseguinte, a paz, a reconciliação entre os perseguidores não poderia ser explicada por eles mesmos ao final de uma crise, já que eles se utilizaram de todos os mecanismos para desculpar e justificar a perseguição (em maior ou menor grau) que cometeram. Dessa forma, para os perseguidores, toda a iniciativa da violência residiria no bode expiatório, exatamente o contrário do que Girard procura demonstrar.

E os perseguidores apenas conseguem desviar a atenção da violência que praticaram para a vítima expiatória porque, segundo Girard, as representações persecutórias em nossa história são sempre vacilantes e residuais. Ou seja, ainda que se trate de um ciclo já vivenciado em todas as comunidades e que se renova a cada vez que uma crise é deflagrada, as perseguições e violência cometidas para aplacá-la não duram muito tempo no consciente das sociedades. Tal fato permite a repetição do ciclo, em maior ou menor grau, no decorrer da história de todas as civilizações. As mentes vacilantes explicam, também, o fato de a perseguição à vítima sempre abranger o coletivo.

Contudo, ainda há muitos detalhes que envolvem desde a escolha da vítima sacrificial até a sua eliminação física, ou simbólica. No livro *O bode expiatório* (2004), Girard oferece o trajeto percorrido pela vítima sacrificial por meio de diversos textos, sejam eles míticos ou trágicos. Nesse livro, Girard, repetidamente, procura defender e justificar a escolha desses textos para embasar suas teorias e a razão mais forte apresentada por ele é a de que esses escritos revelam a mente do perseguidor, que não escreve tais obras aleatoriamente. Dessa maneira, tais textos revelam o “imaginário específico de homens com sede de violência” (Girard, 2004, p.13), indivíduos esses que procuram dar vazão ao apetite persecutório, pois é mais fácil agir violentamente do que apaziguar o desejo pela violência, seguindo, dessa maneira, uma espécie de instinto responsável por aplacar os seus ânimos.

Para agir violentamente, no entanto, esses perseguidores precisam justificar as suas ações. Girard revela que os perseguidores têm a necessidade de acusar a sua vítima (ou vítimas) por determinados “crimes” para desviar para elas a culpa sobre a crise que foi desencadeada e que incide sobre a sociedade. Desta forma, ainda que as acusações apresentadas pelos perseguidores pareçam absurdas, elas acabam por autorizar e polarizar toda a violência sobre a vítima expiatória.

Um dos textos comentados por Girard, “Guillaume de Machaut e os Judeus”, trata de uma das perseguições mais conhecidas no plano histórico: a perseguição aos judeus durante a peste negra no século XIV. Os indivíduos pertencentes a esse grupo foram considerados culpados pelo ocorrido, como se fossem verdadeiramente responsáveis pela doença que estava acabando com toda a população. Girard procura revelar com seu exemplo o ilusionismo existente por trás da mentalidade persecutória, que é capaz de atribuir a uma pessoa ou grupo de pessoas os acontecimentos mais absurdos – como responsabilizar os judeus pelo surgimento da peste – e que são facilmente discerníveis a um observador atento, uma vez que, nesse caso, havia também judeus morrendo em razão da peste negra.

Esse comportamento ilusionista é o que permite, também, aos perseguidores executar manobras para materializar a culpa da vítima escolhida. Girard utiliza novamente o texto “Guillaume de Machaut e os Judeus” para ilustrar o mecanismo de materialização. Pesava sobre os judeus a acusação de que envenenavam os leitos dos rios. Tratava-se, então, de consolidar um fato para que a perseguição a eles fosse justificada. Acusando-os de um crime concreto, torna-se permitido responsabilizá-los pela peste, ou seja, trata-se de lançar sobre eles a acusação de fatos reais, porque antes não era possível comprovar atos criminosos de autoria deles. O que Girard pretende ilustrar com esse exemplo é que o mesmo procedimento ocorre na escolha de outros bodes expiatórios.

Essa ação é o que Girard denominou de acusação estereotipada: neste caso, para conseguir tornar a sociedade indiferente, os perseguidores passam a cometer crimes de forma que a população se convença da culpabilidade de um determinado bode expiatório. Apesar da fraqueza da vítima escolhida, os perseguidores se convencem de sua culpa e utilizam-se de artimanhas para persuadir os demais de que esses indivíduos (ou apenas um deles) são extremamente nocivos para a sociedade. A multidão tende a se voltar contra toda

a sociedade, reprovando-a, ou apenas contra um indivíduo (ou indivíduos) que lhes pareça(m), de alguma maneira, nocivo(s). Isso ocorre porque, de acordo com a teoria de Girard, não podendo agir sobre as causas naturais que geram a crise, os indivíduos tendem sempre à perseguição, pois procuram uma causa acessível que satisfaça o apetite de violência, unindo-se ao discurso dos perseguidores (tornando-se perseguidores) de purificar a comunidade de elementos impuros que a corrompem.

Todavia, a escolha dos bodes expiatórios não ocorre de forma aleatória; ela obedece a uma infinidade de critérios e condições. Dessa forma, para que sejam eleitas, essas vítimas precisam possuir o que Girard denomina de “marcas vitimárias”. Tais marcas se caracterizam por traços físicos e/ou sociais que fazem com que o indivíduo escolhido destoe do resto da comunidade, permitindo que a materialização de crimes se torne pertinente e as justificativas das violências cometidas contra ele sejam aceitas mais facilmente.

Girard apresenta, assim, os candidatos mais prováveis para desempenhar o papel de bodes expiatórios e revela que eles pertencem, na maioria das vezes, às minorias, sejam elas étnicas, de gênero ou religiosas. Sabemos que é muito mais fácil perseguir uma minoria indefesa do que uma maioria forte. Há ainda, outro estereótipo que marca as vítimas persecutórias: trata-se das deficiências físicas que, assim como as “distorções de comportamento”, acabam por destacar determinado indivíduo de toda a sociedade, fazendo com que toda a atenção esteja voltada para ele.

Ao lado de critérios culturais e religiosos, há os puramente físicos. A doença, a loucura, as deformações genéticas, as mutilações acidentais e até as enfermidades em geral tendem a polarizar os perseguidores. Para compreender que temos aí algo de universal, basta olhar ao redor de si mesmo ou dentro de si próprio. Ainda hoje muitas pessoas não podem reprimir, no primeiro contato, um ligeiro recuo diante da anormalidade física.

[...]

Paralelamente, quando um grupo humano tomou o hábito de escolher suas vítimas em certa categoria social, étnica e religiosa,

ele tende a lhe atribuir as doenças ou deformações que reforçariam a polarização vitimária, caso elas fossem reais. (2004, p. 26 - 27)

Dessa forma, as marcas vitimárias seriam, na ótica de Girard, um fator facilitador na escolha dos bodes expiatórios, já que ajudam a justificar a culpa que é imputada a eles. É mais fácil, pois, acusar e imputar crimes a indivíduos que destoam da sociedade e que, por essa razão, causam menor identificação com os demais. Há ainda, com relação às marcas vitimárias, a questão de que dificilmente um indivíduo sentirá desejo mimético por alguém que possui uma deficiência ou que destoe claramente dos padrões estabelecidos. Ou, em certa medida, podemos questionar se, em alguns casos, não seria justamente o fato de querer ser como o indivíduo destoante da sociedade, que faz com que os demais o persigam. Percebemos que, no caso da escolha dessas vítimas, que se transformarão em bodes expiatórios, as marcas revelam-se mais importantes do que os crimes, ou seja, importa menos verificar a sua culpabilidade do que a pertinência, trazida pelas suas marcas, do crime pelo qual é acusado.

A partir do momento em que convergem para a vítima todas as marcas vitimárias e que se justificam os motivos da perseguição por parte dos perseguidores, existe, segundo Girard, um esquema universal da perseguição. Para ele, as vítimas são escolhidas não pelos crimes que cometeram (ou que foram imputados a elas), mas por tudo o que sugere sua afinidade com a crise. O sentido da operação é o de responsabilizar as vítimas pela crise e destruí-las ou expulsá-las da comunidade que elas poluem. Vale ressaltar a imagem que a palavra poluição exerce em todo o esquema da perseguição e que está presente na mentalidade dos perseguidores. Trata-se, na verdade, de uma falsa ideia que é aceita como verdade pelos próprios perseguidores que estão cientes da não culpabilidade de suas vítimas; torna-se, assim, uma imagem contraditória dentro deste esquema, isso porque se deve considerar que, se a vítima não é realmente culpada do crime de que é acusada, a culpa por poluir aquela sociedade não cabe a ela, e, sendo assim, ainda que destruída ou expulsa da comunidade, o seu sacrifício será em vão no que se refere à realidade da crise, e sua validade enquanto bode expiatório servirá, apenas e tão somente, simbolicamente.

Em contrapartida, para desculpar as suas escolhas, o perseguidores podem tornar-se vítimas, porque, diante da necessidade de se eleger um bode expiatório e perante a ausência

da marca vitimária, que explicaria a escolha de sua vítima, os responsáveis pela escolha acabam atribuindo às suas vítimas deformações – físicas ou de caráter – e enfermidades para reforçar a atenção voltada a elas. Dessa forma, a validade da perseguição se torna injustificável perante a comunidade e os perseguidores podem, então, sofrer graves consequências, tornando-se, por exemplo, o centro de toda a crise.

Essa inversão, de tornar o perseguidor o centro da crise, pode ocorrer porque a escolha das vítimas expiatórias – seja ela feita por meio das marcas vitimárias, ou da escolha por necessidade no meio de uma categoria social – sempre implica em consequências para toda a sociedade. Contudo, os efeitos não são apenas “benéficos”, se levarmos em consideração, principalmente, que a função primária do bode expiatório é expurgar os erros e fundar uma nova sociedade, ou reiterar a paz e a ordem por meio de seu sacrifício. Muitas vezes e, principalmente quando a escolha se dá sem a justificativa das marcas vitimárias, quando ocorre apenas pela perseguição dos excluídos do *status quo* da sociedade, os próprios perseguidores podem sofrer as consequências de sua escolha. É assim que os privilegiados correm o risco de morrer de morte violenta nas mãos da população no ápice da crise social.

Na construção de seu percurso a respeito da escolha do bode expiatório e sua presença em textos históricos, Girard discute a existência dessas vítimas nos textos mitológicos. Segundo o filósofo, tais textos descrevem tão bem o esquema da perseguição que não devem ser tomados apenas como ficção; para ele, nesses escritos é possível enxergar uma vítima real da perseguição, bem como o motivo pela qual ela se torna a escolhida por perseguidores reais, pois Girard não acredita que os estereótipos construídos nos mitos foram reunidos por acaso.

Dessa forma, a história de perseguição nos mitos se repete tantas vezes que Girard acredita poder atribuir esse fato a perseguições que realmente ocorriam (por exemplo no caso dos judeus). O pensador acredita que esses textos são o fruto do inconsciente do próprio perseguidor, ou seja, a ficção seria utilizada para representar perseguições reais e o inconsciente de uma mente perseguidora real. Porém, o modo de interpretar esses textos, de acordo com Girard, não é escolhido em razão da inserção ou não inserção dos escritos em uma rede de conhecimento histórico que os explicaria a partir de fora. Assim, interpretamos os textos não pelo que eles são, mas pelo que os reveste (o que está por fora, explicando-

os). Essa é a sua justificativa para considerar esses textos como reais e a pertinência de utilizá-los na construção de suas teorias.

Dessa forma, ocorre nos mitos o que Girard denomina polarização persecutória, que, nesse caso, significa a perseguição de vítimas que fazem parte de extremos, pessoas doentes e/ou com defeitos físicos ou belas demais. Contudo, há ainda nos mitos outra categoria de pessoas que acaba por polarizar toda a violência, exatamente porque destoa do resto da sociedade: trata-se dos estrangeiros que, nos mitos, muitas vezes desempenharam o papel de bodes expiatórios.

Há, entretanto, uma diferença relevante no que concerne à escolha dos bodes expiatórios entre os textos históricos e os mitológicos. Ainda que ambos se baseiem em marcas vitimárias para escolher suas vítimas e que a convicção dos perseguidores seja menos coerente e mais extraordinária:

(...) nas perseguições históricas ela (a convicção dos perseguidores) não é mais tão maciça para dissimular seu caráter de convicção e o processo acusatório de que ela resulta. A vítima é condenada de antemão, sem dúvida, ela não pode se defender, seu processo sempre já foi feito, mas é bem de um processo que se trata, iníquo o quanto quisermos, mas que não deixa de confessar sua natureza de processo. (...) O mesmo não acontece com o mito. O culpado é de tal modo consubstancial com sua falta que não podemos dissociar esta daquele. (...) Em numerosos mitos, basta a presença do desgraçado na vizinhança para contaminar tudo o que o cerca, passar a peste para os homens e animais, arruinar as colheitas, envenenar o alimento, fazer desaparecer a caça, semear a discórdia a seu redor (GIRARD, 2004, p. 50 - 51).

Pela distinção que Girard estabelece, compreendemos que, no plano histórico, os culpados aparecem sempre de forma distinta dos crimes de que são acusados, ou seja, é possível perceber que não cometeram o crime de fato. Por outro lado, no mito, o culpado tem o seu “crime” muito enraizado, basta a sua presença para que alguma desgraça ocorra.

Girard discorre, ainda, sobre o posicionamento dos pesquisadores diante do elaborado processo de escolha das vítimas que ocorre nos mitos:

A definição das vítimas como culpadas, ou criminosas, é tão segura de si própria nos mitos, o laço causal entre os crimes e a crise coletiva é tão forte que os pesquisadores mais perspicazes ainda não conseguiram dissociar esses dados e descobrir o processo acusatório (2004, p. 51).

Tal dificuldade dos pesquisadores em dissociar o processo acusatório real de todo o mistério que envolve as figuras e os textos míticos reside no fato de se considerar os mitos como algo fantasioso ou imaginário, criando, assim, uma forma de “proteção” para os próprios pesquisadores. Ou seja, as perseguições, tal qual ocorrem nos mitos, não são passíveis de serem levadas a sério. Sendo assim, evitam questões embaraçosas que seriam levantadas se tal ocorresse.

O mesmo não acontece quando as acusações e o apetite persecutório são transportados para as sociedades modernas. Não havendo nada de fantasioso ou imaginário, fica mais fácil compreender como se dá a escolha do bode expiatório e por que fatores são marcadas tais perseguições. Para Girard, a presença de bodes expiatórios nas sociedades modernas apenas é possível porque há uma massa completamente manipulável. Entretanto, há uma diferença sutil entre a mentalidade dos perseguidores do século XIV e a do século XX. Anteriormente, vimos que havia a crença dos perseguidores na culpabilidade da vítima, e ainda que a culpabilidade tivesse sido criada, ou imputada por eles mesmos, o mesmo não ocorre hoje em dia:

(...) no uso moderno (do bode expiatório) elimina o essencial, ou seja, a crença dos perseguidores na culpabilidade de sua vítima, seu aprisionamento na ilusão persecutória que não é uma coisa simples, como vimos, mas um verdadeiro sistema de representação (GIRARD, 2004, p.57).

Assim, Girard defende que em nossa sociedade moderna o inconsciente persecutório quase não existe, ainda que as perseguições tenham aumentado. Isso ocorre em razão da dificuldade moderna que cada indivíduo tem em reconhecer o seu bode expiatório. Vivemos marcados, hoje, por uma série de inimizades que para nós são legítimas, mas que nem de longe consideramos como os nossos bodes expiatórios. O que ocorre hoje é uma distorção nessa concepção; assim, a perseguição ocorre sem que haja “desculpas” para isso, sem que precisemos imputar às nossas vítimas qualquer crime grave ou a culpabilidade por alguma espécie de crise.

Essa inversão na sociedade moderna ocorre, também, devido a uma falha que pode resultar desastrosa na concepção de um bode expiatório moderno, pois, ainda que as massas sejam manipuláveis, caso o perseguidor procure inventar desculpas para justificar a perseguição, procurando, cada vez mais, dissimular a sua perseguição com argumentos absurdos, mais a massa percebe a sua manobra e se volta contra ele, causando, dessa forma, a impossibilidade da criação do bode expiatório.

Em contrapartida, a falta de um bode expiatório em uma sociedade em conflito poderia gerar a sua destruição completa, por isso a necessidade de se desviar cada vez mais das mentalidades persecutórias. Assim, no que se refere à reconciliação dos perseguidores e ao retorno da ordem após o sacrifício do bode expiatório, Girard dá uma clara explicação:

No campo da visão deles (dos perseguidores) há lugar apenas para uma só causa, e ela triunfa de forma absoluta, absorve qualquer outra casualidade, e é o bode expiatório. Nada, portanto, pode acontecer aos perseguidores que não lhe seja imediatamente referido e, se lhes acontece de se reconciliar, isso cabe ao bode expiatório, pois não há mais que um responsável por tudo, um responsável absoluto, e ele será responsável pela cura, porque também é responsável pela doença (2004, p. 60).

Evidentemente, o próprio Girard não acredita na promoção da cura por meio da eliminação física dos bodes expiatórios; contudo “O bode expiatório age apenas sobre as

relações humanas perturbadas pela crise, mas dará a impressão de agir igualmente sobre as causas exteriores, as pestes, as secas e outras calamidades objetivas.” (2004, p.61).

Como já referido, cabe, então, ao bode expiatório eleito em razão de suas marcas vitimárias ou de certa conveniência a responsabilidade por desencadear a crise (por meio da culpabilidade que a ele é imputada) e, em consequência disso, de fazer com que a ordem seja reestabelecida por meio de sua eliminação – física ou não – daquela sociedade.

Após o percurso feito sobre os principais conceitos abordados por Girard para explicar o mecanismo persecutório, percebemos a ideia de sucessão presente em sua teoria e que caracteriza a escolha do bode expiatório. Compreendemos que, aquém da utilização conferida à expressão “bode expiatório”, tão utilizada socialmente para referir-se à culpabilidade de um indivíduo, a escolha do bode expiatório real ocorre de maneira muito mais complexa e implica em consequências muito mais graves do que um simples codinome.

Percebemos também que, apesar da escolha por dividir didaticamente em tópicos os conceitos mobilizados pela teoria de Girard, eles estão profundamente interligados, sendo muitas vezes difícil compreender, exatamente, onde começa e termina cada um dos passos para que se alcance o fim do ciclo mimético. Contudo, o que fica evidente por meio das ideias defendidas por Girard é que todo o ciclo está ligado aos desejos humanos. Por isso mesmo, a má reciprocidade, a violência e a crise decorrentes dela e a escolha do bode expiatório não podem ser observadas e julgadas por outros parâmetros que não sejam os humanos.

Mesmo que a violência seja companhia presente em todas as sociedades modernas e atinja, de maneira universal, os indivíduos que a compõem quando ocorrem atentados, guerras, disputas políticas e especificamente em espancamentos, assaltos, assassinatos, ainda assim nos é difícil, muitas vezes, compreender onde está o seu cerne. Por isso, as obras de Girard nos auxiliam incidindo diretamente sobre o problema: o comportamento violento do ser humano.

Por meio da teoria de Girard também nos é possível compreender que, ao mesmo tempo em que se faz extremamente necessária a escolha de um bode expiatório que aplaque a violência da comunidade, trata-se, muitas vezes, de uma eleição injusta. Ao mesmo tempo em que a escolha é justificada pela necessidade de preservar a sociedade na qual a crise foi

desencadeada, ela se revela corrompida pela impropriedade da escolha. Tal impertinência, como vimos, revelar-se-á tanto pelas marcas vitimárias que o indivíduo eleito possui, uma vez que elas apenas demonstram o caráter peculiar do sujeito que destoa dos demais, quanto pela imputação de crimes que, muitas vezes, não foram cometidos por ele.

O ciclo mimético nos revela, também, a mentalidade persecutória que está por trás desse mecanismo. Acaba por demonstrar, ainda, certa crueldade nas atitudes dos perseguidores que são capazes de plantar crimes atribuindo-os às suas vítimas apenas como forma de materializar a culpabilidade da vítima eleita. E, por fim, que o sacrifício do bode expiatório atinge o seu objetivo apenas simbolicamente, já que a sua eliminação nem sempre configura a reestruturação da sociedade.

Resta-nos agora, a partir desse capítulo primordial para compreender as teorias de Girard, observar como elas nos auxiliam na leitura dos romances de José Saramago.

Capítulo 3: Da crítica à democracia de José Saramago às crises fundadoras do bode expiatório de René Girard

Este capítulo dedica-se a compreender de que forma a crítica feita por Saramago aos governos democráticos relacionam-se com as crises sociais fundadoras, estudadas por Girard e na culminação do bode expiatório dos romances do autor português. Há, de fato, nos dois romances aqui estudados, a ficcionalização de sociedades que vivem sob o regime democrático e a sua revogação quando toda a sociedade encontra-se diante de dois eventos que a colocam em crise: a cegueira branca no primeiro romance e o voto em branco, no segundo.

Contudo, por mais que as formas de governo, a estrutura social e o comportamento dos indivíduos sejam temas recorrentes nos romances de Saramago, é preciso compreender que eles não tratam da luta de classes que envolvem e são discrepantes nesse sistema de governo. Sobretudo é necessário compreender que:

none of his novels is about simplistic class struggle, much less a romanticized working class at vanguard of history. Rather, his writings lament the imperfections of democracy, expose its perversions, and warn against the dangers that threaten its survival (AZUA, 2004, p. 76).

Assim, percebemos claramente que a exposição das imperfeições que Saramago ficcionaliza em suas obras, sobretudo das perversões cometidas pelos representantes dos governantes nos romances, mais explicitamente em *Ensaio sobre a lucidez*, são uma ameaça à sobrevivência desse sistema de governo. Pode-se considerar que a ameaça ao sistema de governo ocorre em dois âmbitos. No romance, porque, apesar de viverem em um sistema democrático, os membros do governo se portam, muitas vezes, de forma antidemocrática com os cidadãos que representam, fato que explica, portanto, a ameaça à democracia dentro da narrativa. Outro acontecimento narrativo que também corrobora para isso é a própria postura do voto em branco, que representa claramente uma insatisfação com essa maneira de governar, ameaçando, então, a sua permanência. Por outro lado, além

da literatura, podemos considerar que a função alegórica das obras pode, de certa forma, modificar a visão dos leitores sobre o sistema de governo que os governa.

A forma descrente de olhar para a democracia é um legado da postura do próprio autor, que é conhecido por sua atitude polêmica frente a assuntos ligados à política. Sendo comunista e ateu confesso, em muitas entrevistas Saramago revelava não acreditar na maneira como a democracia é conduzida em todos os países que a têm como forma de governo: “[na democracia] o poder do cidadão, o poder de cada um de nós, limita-se, na esfera política, a tirar um governo de que não gosta e pôr outro de que talvez se venha a gostar. Nada mais.” (SARAMAGO, 2005, p. 11)

Saramago acreditava que os cidadãos têm uma atitude amputada diante da democracia. Para ele, o poder concedido aos eleitores refere-se apenas ao direito ao voto, enquanto as decisões que dizem respeito à própria organização da sociedade, de seus direitos e melhorias para a condição de vida no interior dela, não competem aos cidadãos, mas sim aos que foram eleitos para representá-los. Dessa forma, a representatividade dos cidadãos na democracia, segundo Saramago, não ocorre de fato. O próprio ato de votar ocorre, por sua vez, de forma já condicionada, já que os próprios políticos desacreditam do ato e não esperam dos eleitores uma postura crítica na votação, mantendo-se seguros de que sempre algum representante será eleito, fato que será abordado, também, por Saramago em *Ensaio sobre a lucidez*. Dessa forma, a representatividade exercida pelos eleitos, na maioria das vezes, atende apenas aos benefícios de quem foi escolhido para guardar os interesses da maioria.

Contudo, é importante notar que Saramago não utiliza os seus romances de forma panfletária, ou seja, não procura, ao fazer a sua crítica, propor a substituição dessa forma de governo por outra, bem como não propõe soluções para os problemas encontrados. Essa convicção partia do próprio autor, que declarou diversas vezes, em entrevistas, a preocupação em deixar isso claro:

Não, não uso a literatura para fazer política, porque conheço muito bem, com muita experiência, os males da demagogia e até que ponto eles podem prejudicar a causa que eu próprio defendo. Uso sempre de extrema vigilância, de autopolicimento, para que a demagogia não se introduza naquilo que faço (SARAMAGO, p.192, 2010).

Embora não faça da literatura panfletos, nunca fiz, qualquer leitor atento perceberá, numa leitura de um romance meu, o que é que eu penso sobre o mundo, sobre a vida, sobre a sociedade (SARAMAGO, p. 208, 2010).

Assim, o que se verifica pela leitura das obras e pelas declarações de Saramago é que ele busca provocar apenas a reflexão em seus leitores por meio da construção de personagens e, no caso das duas narrativas aqui estudadas, mostrar como as personagens que vivem à mercê de um estado democrático cheio de falhas, se comportam.

Por outro lado, conhecendo a posição política de esquerda do autor, percebemos que, ainda que ele não ofereça uma solução para o problema da democracia falha, sobretudo em *Ensaio sobre a lucidez* há uma crítica direta aos partidos de direita:

Não se sabe de onde e nem como, nasceu a ideia, logo aceite por toda a gente, de que os corpos não deveriam ser enterrados nos cemitérios como mortos normais, que as sepulturas deveriam ficar per omnia saecula saeculorum no terreno ajardinado fronteiro à estação de metro. Contudo, **algumas famílias, não muitas, conhecidas pelas suas convicções políticas de direita e inamovíveis da certeza de que o atentado havia sido obra de um grupo terrorista directamente relacionado, como afirmavam os meios de comunicação social, com a conspiração contra o estado de direito**, recusaram-se a entregar à comunidade os seus inocentes mortos. (2004, p. 131 grifos nossos).

No trecho, Saramago indiretamente parece querer revelar, por meio de palavras-chave, que as pessoas ligadas aos partidos de direita não são muitas naquele momento. Podemos, então, inferir que aqueles que votaram em branco e que, portanto são lúcidas, não estão ligadas aos partidos de direita. Por outro lado, ele não as atrela aos partidos de esquerda, uma vez que elas votaram em branco e não nos representantes da esquerda.

A partir do trecho, podemos perceber, ainda, que os poucos eleitores que ele cita, e que estão ligados aos partidos de direita, mantêm o pensamento conservador colocando-se contra o resto da sociedade quando permanecem votando da mesma maneira. Também, por meio de um jogo de palavras, mostra-nos que os eleitores ligados à direita acatavam

cegamente as desculpas e justificativas vindas do governo: de que realmente havia um grupo terrorista que agia contra o estado de direito. Aos leitores que acompanham a narrativa atentamente, Saramago revela ainda mais: que as atitudes cometidas contra o estado de direito partem, na verdade, daqueles que deveriam resguardá-lo, agindo democraticamente.

Do mesmo modo, pensando na forma como Saramago constrói os seus enredos, as falhas predominantes nesse sistema de governo passam a ser percebidas justamente no momento em que estão eminentes crises de ordem social e que geram, conseqüentemente, a crise de ordem governamental, que servirão de estopim para a escolha e eliminação do bode expiatório, diante da necessidade de regresso à ordem. Crise essa por onde passará o desejo triangular e mimético na disputa pelo poder.

Outrossim, ao analisarmos as obras de Girard e suas teorias acerca de todo o percurso que leva à construção do bode expiatório, fica evidente a presença de uma crise na sociedade – em maior ou menor grau –, que desencadeará a escolha de uma vítima expiatória para aplacar a violência, resguardar os indivíduos daquela sociedade, bem como para reestabelecer a ordem desconstruída. A partir dessa constatação, é possível estabelecer uma relação entre as teorias de Girard e a leitura dos romances de José Saramago, uma vez que, em ambos, há a presença de uma crise – gerada por fatores internos e externos àquela sociedade – e que ocasionará, no segundo livro do autor português, a escolha e eliminação do bode expiatório. Torna-se possível, assim, fazer a análise dos romances por meio das teorias de Girard também em razão do fato de as crises desencadeadas nos romances estarem diretamente ligadas à postura dos governos democráticos e de ser esse um dos temas aos quais Saramago faz crítica pesada.

Como se trata de uma continuação, os dois romances mantêm entre si o vínculo e o percurso da escolha do bode expiatório. Assim, em *Ensaio sobre a cegueira*, temos a crise desencadeada a partir da cegueira branca e, em *Ensaio sobre a lucidez*, em razão do voto em branco. Porém, há que se atentar para o fato de que o primeiro romance seria uma espécie de preparação desse bode expiatório – *a mulher do médico* –, enquanto que, no segundo, percebemos de fato a sua escolha explícita e os acontecimentos que disso decorrem. Apesar disso, não se pode afirmar que o preparo dessa personagem tenha sido planejado por Saramago, isso porque não há registro da intenção do autor em continuar o

primeiro romance quando o finaliza. Ou seja, pretendemos atentar para o fato de que, ainda que Saramago não tenha construído o percurso da personagem *mulher do médico*, no primeiro romance, pensando em continuá-lo e em torná-la essa espécie de bode expiatório que aqui estamos discutindo, o fato é que construiu o enredo do segundo romance ciente dos acontecimentos do primeiro. A partir disso, conseqüentemente, ao optar pela retomada das mesmas personagens, principalmente quando coloca novamente em foco a *mulher do médico*, teve de desencadear os acontecimentos e pensar o seu desfecho de acordo com o ocorrido no primeiro romance. Assim, se em *Ensaio sobre a cegueira* há a presença dessa personagem forte, abnegada, que não cega e por isso assume a responsabilidade de “cuidar” dos outras personagens e de testemunhar as atitudes dos governantes, no segundo romance, pode edificá-la como o bode expiatório.

Sendo assim, para compreender como ocorre a elaboração das crises ficcionalizadas por Saramago nos dois romances, faz-se necessário observar atentamente cada uma de suas obras, a ficcionalização dos acontecimentos e das personagens, bem como as críticas presentes em cada uma delas.

No livro *Ensaio sobre a cegueira*, a crise de ordem social é desencadeada a partir de um evento-chave já discutido nos capítulos anteriores: a cegueira branca que ocorre como uma espécie de epidemia e acomete, gradativamente, todos os habitantes da capital de um país (ambos não mencionados ou nomeados) e a decisão tomada pelos governantes de enclausurar os cegos e contaminados dentro de um manicômio desativado. Assim, a princípio, esse seria o único fato responsável por desencadear a crise de ordem social e, conseqüentemente, a escolha do bode expiatório. Contudo, há, nessa obra, uma junção de fatores que culminará no colapso de fato, existindo, dessa forma, um segundo momento de tensão que pode ser considerado o responsável mais direto por essa escolha: trata-se do embate entre os cegos por controle sobre a comida distribuída no local de confinamento.

Esse romance inicia-se com o caso do primeiro homem a cegar que está a conduzir o seu veículo e deixa de enxergar no momento em que espera o semáforo abrir. Ele é levado para a sua casa por outro homem que se oferece para ajudá-lo. Guiando, assim, o carro do homem que havia acabado de cegar, o “ajudante” deixa-o em casa e vai embora – por insistência do primeiro cego que se sente desprotegido e passa a sentir-se ameaçado por não enxergar e ter alguém estranho em sua residência. Contudo, o que se vê depois é que a

precaução do homem de nada adiantou, uma vez que ele e a esposa constatarem, posteriormente, que o prestativo homem que o ajudou a chegar a casa em segurança foi o mesmo que lhe roubou o carro. Essa comprovação ocorre no momento em que a mulher do primeiro cego encontra um médico oftalmologista para levá-lo a uma consulta, desencadeando assim, as relações entre as personagens principais desse romance.

Dessa forma, a partir do momento em que chega ao consultório médico, e em razão do contato do primeiro cego com outros (a secretária, o menino estrábico, o velho da venda preta, a rapariga dos óculos escuros) – que serão centrais para as duas narrativas – no consultório do oftalmologista, esses personagens passam a cegar gradativamente, sendo o médico o próximo a fazê-lo. A preocupação do oftalmologista no momento em que cega advém da constatação de que entrando em contato com o primeiro cego e tendo ele cegado repentinamente, poderia tratar-se de uma cegueira epidêmica ainda que caso igual nunca tivesse sido encontrado na medicina. Diante disso, o médico preocupa-se em afastar-se de sua esposa (com quem havia comentado o caso antes de ficar cego e com quem havia passado a noite, mesmo já estando cego) com receio de contaminá-la. Ela, porém, rejeita o afastamento e opta por ajudar e participar das decisões do marido. Percebe-se nesse momento que essa personagem passa a revelar uma atitude abnegada que muitas vezes destoará das ações dos demais personagens, fato a ser tratado no próximo capítulo.

A partir desse evento, Saramago passa a narrar uma série de medidas tomadas por aqueles personagens que representam o governo e que terão importância crucial para a construção de sua crítica. A primeira atitude do oftalmologista – tratando-se de um médico e da suspeita de um caso de contaminação por uma espécie de epidemia – é avisar as autoridades competentes sobre o caso. Contudo, a reação a que se assiste de um governo democrático, supostamente preocupado com o bem estar dos cidadãos que representa, é contrária ao que se espera. Em um primeiro momento, o médico, revelando-se um sujeito consciente de seus deveres e de seus direitos, tem seus atos contrapostos aos do funcionário do governo que não deu atenção ao relato do oftalmologista, levando-o a refletir sobre o caráter das pessoas: “É desta massa que nós somos feitos, metade de indiferença, metade de ruindade” (1995, p. 40).

Assim, o juízo do médico é uma espécie de antecipação dos acontecimentos posteriormente narrados, uma vez que, diante de três cegueiras constatadas (do primeiro

cego, do médico e do menino estrábico) o diretor da clínica onde o oftalmologista trabalhava comunica ao ministério público o acontecimento. Os representantes do governo, então, agem com postura firme no reconhecimento dos pacientes – rejeitando a ajuda do médico – e proibindo-o de sair de casa. Podemos perceber aqui o primeiro traço de um estado de exceção que será instaurado e ficcionalizado por Saramago, já que o oftalmologista tem o seu direito à liberdade cerceado.

Um estado democrático baseia-se na ideia de distinção entre os três poderes existentes (judiciário, legislativo e executivo), porém no estado de exceção eles se dissolvem. Na ficcionalização de Saramago, percebemos, a partir desse momento da narrativa, que a presença do vazio de direito se torna uma regra, pois, na medida em que as personagens vão cegando, a figura do Estado, cada vez, mais fere os direitos constitucionais dos cidadãos, confinando-os, isolando-os, negando-lhes as condições básicas à sobrevivência. E é a partir do golpe aos direitos dos cidadãos que a crise social ameaça o âmbito governamental. Diante disso, podemos estabelecer uma relação direta com a teoria de Girard, que afirma a necessidade de uma crise para que haja a possibilidade da escolha de um bode expiatório.

É necessário observar em que circunstâncias essa cegueira ocorre. Assim como as doenças epidêmicas nos textos míticos tratados por Girard, a cegueira das personagens de José Saramago não possui nenhum traço físico que permita, de fato, compreender as causas da doença, e ela surge e se dissipa à semelhança das pragas do Egito, ou da peste negra que acometeu metade da população europeia. Essa cegueira, em realidade, como explicitada pelo próprio Saramago, é uma cegueira moral, metafórica da falta de racionalidade dos seres humanos quando estão diante, justamente, de um momento de conflito:

[Ensaio sobre a cegueira] afronta um problema universal: o do comportamento racional ou irracional do homem. Se a finalidade da razão é a de conservar a vida, então a humanidade hoje está andando – racionalmente – contra a sua própria razão. Caracterizei os personagens, não através de grandes escavações psicológicas, mas sobretudo através das suas ações, mesmo porque a situação limite que elas têm de viver

impõe-lhes lutar em primeiro lugar pela sobrevivência (SARAMAGO, p. 287 – 298, 2010).

Nessas palavras do autor, atestamos dois pontos importantes de sua obra. O primeiro é o traço metafórico da cegueira branca que acomete as personagens que são irracionais antes de “cegarem” e ainda mais a partir do momento em que estão confinadas, pois, para garantir e lutar pela própria sobrevivência, passam a agir ainda mais irracionalmente, como discutiremos posteriormente. A partir disso, ressaltamos o segundo ponto, que se refere à relação entre a violência gerada pela manutenção da própria sobrevivência e o traço mimético apontado por Girard em sua teoria que pode aqui ser observado.

Em *A violência e o Sagrado*, Girard discorre que à semelhança das doenças epidêmicas, a violência é propagada em razão do medo do contato com as vítimas:

A violência tem extraordinários efeitos miméticos, tanto diretos e positivos, quanto indiretos e negativos. Quanto mais os homens tentam controlá-la, mais fornecem-lhe alimentos; a violência transforma em meios de ação todos os obstáculos que se acredita colocar entre ela. Assemelha-se a uma chama que devora tudo o que possa lançar contra ela para abafá-la (2008, p. 45).

A partir da afirmação de Girard, é possível estabelecer relação com o universo representado por Saramago. À medida que os cidadãos cegam, o Estado age com violência, enclausurando-os, cerceando os seus direitos e condenando-os a diversas privações. Ao mesmo tempo, os indivíduos que estão confinados agem violentamente, uns contra os outros, procurando garantir a própria sobrevivência. Ou seja, a violência se propaga em todos os setores da sociedade, entre todos os indivíduos, ferindo, assim, o contrato social estabelecido entre eles e que é esperado de um Estado democrático.

Os governantes, ao invés de se preocuparem em encontrar uma solução para o problema que abarcasse não apenas o bem estar dos cegos, mas, acima de tudo uma possível cura para a doença, optam por instaurar uma quarentena forçada e confinar cegos e possíveis contaminados em um manicômio desativado. Assim, o governo revela tanto a

“indiferença” ao tratar do problema, como se eles não fossem capazes de cegar, bem como a “ruindade” pela privação que mais tarde farão as personagens passar. Imediatamente após a decisão de confinar os cegos e contaminados, passam a discutir o melhor local para levá-los. Percebe-se, aqui, mais uma postura que revela a falta de cuidado e a defesa dos próprios interesses:

Agora falta decidir onde iremos meter, senhor ministro, disse o presidente da comissão de logística e segurança, nomeada rapidamente para o efeito, que deveria encarregar-se do transporte, isolamento e suprimento dos pacientes. De que possibilidades imediatas dispomos, quis saber o ministro, Temos um manicómio vazio, devoluto, à espera de que se lhe dê destino, umas instalações militares que deixaram de ser utilizadas em consequência da recente reestruturação do exército, uma feira industrial em fase adiantada de acabamento, e há ainda, não conseguiram explicar-me porquê, um hipermercado em processo de falência, Na sua opinião, qual deles serviria melhor aos fins que temos em vista, O quartel é o que oferece melhores condições de segurança, Naturalmente, Tem porém um inconveniente, ser demasiado grande, tornaria difícil e dispendiosa a vigilância dos internados, Estou a ver, Quanto ao hipermercado, haveria que contar, provavelmente com impedimentos jurídicos vários, questões legais a ter em conta, E a feira, A feira, senhor ministro, creio ser preferível não pensar nela, Porquê, A indústria não gostaria com certeza, estão ali investidos milhões, Nesse caso resta o manicómio, Sim senhor ministro, o manicómio, Pois então que seja o manicómio, Aliás a todas as luzes, é o que representa melhores condições, porque a par de estar murado em todo o perímetro, ainda tem a vantagem de se compor de duas alas, uma que destinaremos aos cegos propriamente ditos, outra para os suspeitos, além de um corpo central que servirá, por assim dizer, de terra-de-niguém, por onde os que cegarem transitarão para irem juntar-se aos que já estavam cegos, Vejo aí um problema, Qual, senhor ministro, Vamos ser obrigados a pôr lá pessoal para orientar as transferências, e não acredito que possamos contar com voluntários, Não creio que seja necessário, senhor ministro, Explique lá, No caso de um dos suspeitos de infecção cegar, como é natural que lhe suceda mais cedo ou mais tarde,

tenha o senhor ministro por certo que os outros, os que ainda conservarem a vista, põem-no de lá para fora no mesmo instante... (SARAMAGO, 1995, p.46).

Nesse trecho da obra, a escolha do local onde ficariam confinados é baseada, sobretudo, nos interesses, tanto dos governantes, quanto de empresários que mantêm relação de interesse financeiro com o governo, uma vez que o hipermercado seria ruim por ter-se nele investido milhões, ao mesmo tempo em que o quartel representaria um custo maior para o governo em razão da segurança. É importante observar, ainda, no discurso do representante da comissão de logística, que eles não pretendem agir dentro do manicômio e que a intenção é que os cegos e contaminados entrem em conflito – sem interferências internas – acabando, assim, com quem está causando problemas e ameaçando a estrutura política daquele país.

Saramago constrói o desencadeamento desses eventos para culminar em uma crise e numa crítica à democracia, posto que são justamente os representantes do ministério da saúde os responsáveis pela decisão de confinar cegos e contaminados, com o discurso de que era para preservarem o resto da população, quando, na verdade, essa atitude revelará a preocupação em se manterem no poder, evitando a própria contaminação ou o que deflagraria um escândalo político. “O importante é que não saiam de lá” (1995, p.45). A declaração do ministro da saúde revela que não há preocupação em resolver o problema, em encontrar explicações para a cegueira, mas trata-se de isolar da sociedade seres que poderiam gerar uma crise no governo.

Posteriormente, os fatos que Saramago constrói a partir desse evento conduzirão, cada vez mais, para o início de uma crise, revelando a postura ditatorial desse Estado que tem como sistema de governo a democracia que teria, a princípio, o dever de zelar pela liberdade humana, bem como de proteger os direitos dos cidadãos, como a liberdade de expressão, o direito à proteção e à oportunidade de organizar e participar da vida política, econômica e cultural; porém, não é o que se percebe diante das decisões que são tomadas. Dessa maneira, a crise que naturalmente deveria ser desencadeada apenas pelos cidadãos no momento em que cegam, advém, principalmente, da própria postura e ação que os representantes do governo tomam diante da cegueira: apenas e tão somente em razão da

postura e opção pelo confinamento é que esses seres sociais desestruturam-se e entram no círculo vicioso da violência mimética.

Da mesma maneira, podemos interpretar que essa cegueira, em razão de ser metafórica, como explicitado anteriormente, é mais um traço mimético dentro da obra de Saramago. Tratando-se, pois, de uma metáfora da irracionalidade dos indivíduos que, diante de um problema, tendem a agir violentamente, podemos entender que a própria cegueira é mimética. Para Saramago,

A cegueira desaparece porque nunca tinha sido uma verdadeira cegueira. As personagens viveram uma experiência em que o uso irracional da razão as conduziu a extremos de violência e de crueldade, semelhantes àqueles que hoje vemos e vivemos no mundo inteiro. O meu romance [Ensaio sobre a cegueira] reflete o horror contemporâneo, não é mais duro do que a realidade que o cerca. Resta perguntar-se – porque no livro não conto – se a experiência vivida pelas minhas personagens as mudou ou não. Eu sou bastante cético, porque penso que os seres humanos não aprendem nada das experiências que fazem. O médico do romance no final lança a hipótese de que as pessoas, na verdade, sempre foram cegas. Denominando, com isso, alguma coisa de similar ao que nos acontece hoje: não vemos quem está ao redor, não estamos em condições de nos ocuparmos das relações com os outros seres humanos. (SARAMAGO, p. 298, 2010).

Trata-se, então, apenas da mimese do mau comportamento do outro indivíduo que torna a todos os indivíduos irracionais e egoístas. Observa-se, aqui, mais um traço de relação com a teoria de Girard quando aborda a linha tênue entre a boa reciprocidade e a má reciprocidade. O que levaria de um comportamento a outro, segundo Girard, seria justamente o primeiro indício de resposta negativa a algum acontecimento ou conduta alheia, sendo no caso da obra de Saramago, justamente o mau comportamento dos enclausurados – ou má reciprocidade – a mimese dos atos que os governantes tiveram com eles.

Consoante a isso, a partir do momento em que decidem confinar os contaminados pela cegueira, o governo toma uma série de medidas que não condizem com um estado de direito. A primeira delas é a imposição de uma quarentena que, descaradamente, diverge daquela a que os cidadãos estão habituados em caso de epidemia. Destarte, como mencionado, não se trata de encontrar a solução para o problema e oferecer tratamento adequado aos cidadãos que acabaram de cegar. Ainda que no caso de uma cegueira não haja remédios ou tratamentos imediatos como em ocorrência de doenças que são transmitidas por meio de vírus, caberia a essas pessoas o direito – mesmo que o padrão recomende uma quarentena – de permanecer em um local adequado para cegos, com acessibilidade e auxílio, principalmente porque precisavam lidar com o período de adaptação de suas rotinas e tarefas diárias. Contudo, não é o que acontece. A narração de Saramago explicita bem os desafios que as personagens encontram para aprender a lidar com a questão de estarem todos cegos, sem auxílio de ninguém, tendo de adaptar-se a um lugar desconhecido em meio à cegueira branca. No entanto, a adaptação do grupo das personagens centrais acaba sendo auxiliada pela personagem central de ambos os romances *a mulher do médico*. Única que não cega durante todo o romance e que se torna uma espécie de guia do grupo central de personagens desse romance.

Os cegos moviam-se como cegos que eram, às apalpadelas, tropeçando, arrastando os pés, não obstante, como se estivessem organizados, souberam repartir as tarefas eficazmente, alguns deles, patinando no sangue pegajoso e no leite, começaram logo a retirar e transportar os cadáveres para a cerca, outros ocupavam-se das caixas, uma por uma, as oito que tinham sido largadas pelos soldados. Entre os cegos havia uma mulher que dava a impressão de estar ao mesmo tempo em toda a parte, ajudando a carregar, fazendo como se guiasse os homens, coisa evidentemente impossível para uma cega (...) (SARAMAGO, 1995, p. 91).

Verificamos, por meio desse trecho, a maneira como os cegos procuravam se organizar para realizar as tarefas básicas, neste caso, para garantirem a sua subsistência que estava sendo negada pelos próprios governantes. Esse episódio, propriamente, é momento o

no qual os soldados, com medo da aproximação dos cegos quando entregariam a comida, abriram fogo contra eles, fazendo com que tivessem de lidar com o desespero para fugir dos tiros, ao mesmo tempo em que se preocupavam em obter alguma das caixas de comida que eram entregues para garantir o alimento que estava escasso.

Na verdade, a ficcionalização criada por Saramago é uma forma de criticar e discutir uma postura antidemocrática que parte de um governo democrático. A atitude de criticar essa forma de governo rendeu a Saramago a alcunha de inimigo da democracia. Sobre isso ele se defende: “Sou comunista e por isso sou tratado como inimigo da democracia. Pelo contrário, eu quero é salvar a democracia e para isso é preciso criticar esse simulacro de democracia em que vivemos” (Saramago, 2006).

Os fatos narrados por ele são construídos de maneira a provocar a reflexão no leitor. Há um cuidado na criação do enredo e no desencadeamento da atitude das personagens, principalmente no início desse primeiro romance com relação aos governantes. Encontramos um exemplo dessa preocupação na citação anterior – o trecho da obra de Saramago – quando o autor narrador revela que o governo decide designar uma comissão de logística e segurança para cuidar do transporte, isolamento e suprimento dos cegos. Há ainda, a presença de militares cercando todo o local e autorizados a abrirem fogo caso alguém tentasse fugir (e o fazem), causando, deste modo, a impossibilidade de comunicação com o mundo exterior, uma vez que, além de confinados eles foram impedidos de levarem seus bens para o local.

Em decorrência desses atos descritos por Saramago nos é permitido estabelecer, diretamente, a relação com o estado de exceção; mais do que isso, compreende-se a iminência de um estado de sítio, ainda que não seja declarado no livro. Esse estado é configurado pela presença das forças militares que passam a controlar determinado Estado ou país, e é exatamente o que ocorre, já que há a presença e o controle rígido por parte do exército, do manicômio onde estão confinados os cegos e contaminados.

Em razão da constante presença, nos romances, dos conceitos de estado de exceção, se faz necessário, nesse momento, recorrer à teoria de Giorgio Agamben. Suas teorias foram utilizadas no desenvolvimento de nossa monografia de conclusão da graduação – que se relaciona diretamente com este trabalho em alguns pontos – e que necessita ser revisitada. Para Agamben, se torna muito complexo determinar o estado de exceção, bem

como a sua execução, pois, para ele, falta uma teoria do estado de exceção no direito público. Assim, o autor revela que os juristas defendem que “o estado de necessidade, sobre o qual se baseia a execução, não pode ter forma jurídica” (2004, p.11). Por isso, entra-se na questão de saber se o estado de exceção deve ser compreendido no âmbito jurídico-constitucional, ou político, já que é instaurado, muitas vezes, devido a crises políticas. O autor explica que é necessário discutir essa questão, pois:

as medidas excepcionais encontram-se na situação paradoxal de medidas jurídicas que não podem ser compreendidas no plano do direito, e o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal. Por outro lado, se a exceção é o dispositivo original graças ao qual o direito se refere à vida e inclui em si por meio de sua própria suspensão, uma teoria do estado de exceção é, então, condição preliminar para se definir a relação que liga e, ao mesmo tempo, abandona o vivente ao direito. (2004, p.11-12).

O filósofo italiano relaciona o estado de exceção à guerra civil, à insurreição e à resistência, já que é a partir de fatos como esses que um governo, com a intenção de estabelecer a “ordem”, instaura o estado de exceção. E é exatamente o contrário que se percebe na instauração do estado de exceção dentro da obra de Saramago, pois, por mais que os governantes justifiquem as suas práticas proclamando o bem-estar da população, em nenhum momento da narrativa o governo toma alguma atitude pensando nos cegos e contaminados. E ainda, se a instauração de um estado de exceção se daria justamente para sanar uma crise, percebemos que tal leitura não pode ser feita na obra de Saramago, pois, em *Ensaio sobre a cegueira*, pelo menos no momento em que os governantes decidem o destino dos cegos, não existia, de forma alguma, a configuração de uma crise. Essa constatação nos permite, mais uma vez, compreender e interpretar que, no romance do autor português, a crise se dará em razão das atitudes violentas do próprio Estado em relação aos seus cidadãos.

A descrição das atitudes dignas de crítica por parte do governo atinge o ápice quando são dadas as orientações que os confinados deveriam seguir dentro do manicômio:

(...) sexto, três vezes ao dia serão depositadas caixas de comida na porta da entrada, à direita e à esquerda, destinadas respectivamente, aos pacientes e aos suspeitos de contágio [...] décimo, em caso de incêndio, seja ele fortuito ou intencional, os bombeiros não intervirão, décimo primeiro, igualmente não deverão os internados contar com nenhum tipo de intervenção do exterior na hipótese de virem a verificar-se doenças ente eles, assim como a ocorrência de desordens ou agressões. (SARAMAGO, 1995, p. 51.)

Observa-se que o governo não queria lidar diretamente com os cegos e contaminados, contudo, ao mesmo tempo, justamente para evitar que uma crise extrapolasse os limites do manicômio, ele procurou estabelecer e impor uma série de regras para as pessoas que ali viviam. E de fato, o que se verifica durante grande parte do tempo em que cegos e contaminados viveram naquele local, é a obediência às regras estabelecidas por um governo que se configura duplamente pelo vazio: o de direito e o físico, uma vez que administra do lado de fora e toma as suas decisões independentemente da participação dos cidadãos confinados.

Assim, ainda que haja a vontade de se estabelecer uma ordem, fica evidente que aqueles cidadãos estão abandonados à própria sorte e, em razão disso, passam a desencadear o que Girard chama de crise de ordem social, que perpassará a mimese, a má reciprocidade e, por fim, a escolha do bode expiatório (no segundo romance *Ensaio sobre a lucidez*). Nesse caso, então, a crise se inicia em decorrência da postura do Estado perante os cegos e contaminados. Além disso, há um fato que merece atenção no romance em relação à postura dos governantes e militares: mesmo parecendo se tratar de uma espécie de epidemia – em nenhum momento essa comprovação se torna explícita ou contundente no romance – eles continuam a agir como se fossem imunes à cegueira. Pior do que isso, agem fazendo distinção e mantendo os privilégios na divisão entre civis e militares, uma vez que eles tinham um lugar separado para serem destinados no momento em que cegavam, assim como ocorria com os membros da aviação e da marinha.

Mas não é essa atitude que desencadeará diretamente a escolha do bode expiatório, uma vez que, confinados, os cidadãos não poderiam participar da má reciprocidade em

relação ao sistema de governo, agindo de forma a atingi-los. Tal impossibilidade decorre, justamente, em razão da não participação deles no “mundo externo” e também pela obediência alcançada por meio do medo e da violência, como a presença dos militares resguardando o local.

Diante da dificuldade imposta pelos governantes na manutenção do local em que se encontram, e perante a necessidade de se organizarem para recolherem os alimentos, para enterrarem seus eventuais mortos, para cuidarem da limpeza do local, o próprio médico reconhece a dificuldade em se tornar uma autoridade dentro do local, uma vez que não poderia dar nada em troca para as pessoas ao receber delas a obediência necessária à sua autoridade e às regras criadas por ele. Percebe-se aqui, indiretamente, a concepção que Saramago tem dos estados democráticos, os quais dão algo para seus eleitores em troca de se manterem no poder. A fala do médico é o reflexo de como o personagem (e quiçá o próprio autor) entende a maneira como se dá a conquista da autoridade, nesse caso por meio de troca de “favores”:

O melhor seria que o senhor doutor ficasse de responsável, sempre é médico, Um médico para que serve, sem olhos nem remédios, Mas tem a autoridade. A mulher do médico sorriu, Acho que deverias aceitar, se os mais estiverem de acordo, claro está, Não creio que seja uma boa ideia, Porquê, Por enquanto só estamos aqui seis, mas amanhã de certeza seremos mais, virá gente todos os dias, seria apostar no impossível contar que estivessem dispostos a aceitar uma autoridade que não tinham escolhido e que, ainda por cima, nada teria para lhes dar em troca do acatamento (...) (SARAMAGO, 1995, p. 53)

É curioso observar a reflexão que parte do médico. Ao mesmo tempo em que tem a consciência de que a autoridade se dá, de certa forma e em certa medida, em razão de uma troca (de favores, interesses) e que reconhece a impossibilidade de se tornar uma espécie de chefe dentro da camarata, por não ter nada a oferecer aos demais, as pessoas que vivem ali dentro e como, o próprio médico, aceitam a autoridade que vem de fora – dos governantes. Contudo, qual seria a troca que os governantes estão oferecendo a eles dentro daquele local? Mais do que isso, tratando-se de uma relação, aparentemente, de benefício mútuo,

como realmente consideram as teorias de formação do Estado, no qual os indivíduos abrem mão de determinadas liberdades em detrimento de uma figura maior que trabalhará por elas, quais são os benefícios concedidos para cegos e contaminados? Aqui, observa-se, na verdade, que a autoridade dos governantes não foi aceita, mas sim imposta por meio da violência. Segundo Girard:

De início há crimes de violência que tomam como objeto os seres cuja violação é a mais criminal, seja de modo absoluto, seja em relação aos indivíduos que os comete: o rei, o pai, o símbolo da autoridade suprema, por vezes também nas sociedades bíblicas e modernas (2004, p. 22).

Ou seja, observamos aqui que justamente os governantes que deveriam resguardar o bem-estar daqueles indivíduos são os primeiros a cometer a violação dos direitos.

Além disso, privados do convívio social e alheios à forma de governo que era praticada fora daquele lugar, as divisões de classe, privilégios e cargos que também são propagadoras de relações beneficiárias tinham a tendência a se dissiparem; porém, não é muito bem o que ocorre. Tendo como modelo as relações estabelecidas pelo estado democrático, eles acabam procurando se organizar, ainda que nem todos apenas pela manutenção da ordem e da adaptação, mas sobretudo para tirar proveito da situação em que se encontram. No entanto, o que se percebe é uma contradição, uma vez que é exatamente no momento em que começam a se organizar dentro do manicômio que a crise social é desencadeada. Em relação às crises sociais, Girard explica que a crise:

(...) é antes de tudo a do social, existe forte tendência de explicá-la pelas causas sociais e sobretudo morais. São as relações humanas que, em todo caso, se desagregam, e os sujeitos dessas relações não poderiam estar completamente alheios ao fenômeno. (2008, p. 22).

As relações humanas passam, então, a se desintegrar entre as personagens do romance, primeiramente porque, quando os cegos e contaminados percebem que os soldados e o governo não estão agindo de acordo com o que havia sido combinado, eles passam a esquecer de parte das ordens que foram dadas e agem de acordo com suas

necessidades, pois percebem que os responsáveis por cuidar do bem estar deles não têm controle do que se passa lá dentro e, mesmo que tivessem, o medo não os deixaria entrar para intervir. E também porque, vinculados e participando de um mesmo ciclo social, surge o desejo mimético – uma vez que ele é eminentemente social – logo a imitação do comportamento, nesse caso não apenas do outro com que se relaciona, mas, acima de tudo, dos governantes que estão de fora do microcosmo social que se instalou dentro daquele manicômio. Percebe-se nesse ponto do romance que a instauração da crise está iminente, pois os próprios confinados começam a se tornar uma ameaça e não mais os governantes e militares que os “resguardam”. Assim como Girard afirma, compreende-se que “as redes de dominância humanas não são estáveis” (2011, p.35), logo, o que temos na narrativa é justamente a desconstrução da rede de dominância por parte dos governantes e a construção de um novo grupo liderado por um dos cegos que passará a exercer o controle sobre os alimentos, exigindo em troca, a princípio, os bens materiais que cegos e contaminados levaram para aquele lugar e, posteriormente, as mulheres e o seu sexo como forma de pagamento.

Neste momento, isolados do mundo exterior e percebendo que não há mais uma regra externa que deva ser obedecida, há uma aproximação ao estado de natureza por parte desses internos. Para ilustrar essa relação, recorreremos a Locke, que afirma:

Qualquer pessoa, da mesma sorte que está na obrigação de preservar-se, não lhe sendo dado abandonar intencionalmente a sua posição, assim também por igual razão quando a própria preservação não está em jogo, tem de preservar, tanto quanto puder, o resto da Humanidade, não podendo, a menos que seja para castigar um ofensor, tirar ou prejudicar a vida, ou o que tende à preservação da vida, da liberdade, a saúde, os membros ou os bens de outrem (1983, p.36).

Assim, é possível interpretar que a má reciprocidade entre aqueles indivíduos decorre, na verdade, da necessidade que eles têm de garantirem a própria sobrevivência. Há ainda outro ponto pertinente da teoria de Locke que nos fornece uma chave para a interpretação das ações das personagens representados por Saramago:

qualquer um tem o direito de castigar os transgressores dessa lei em tal grau que lhe impeça a violação dessa lei, pois a lei da natureza seria vã, como quaisquer outras leis que digam respeito ao homem neste mundo, se não houvesse alguém neste estado de natureza que não tivesse poder para pôr em execução aquela lei e, por esse modo, preservasse o inocente e restringisse os ofensores. E se qualquer um no estado de natureza pode castigar alguém por qualquer malefício que tenha feito, todos também podem fazê-lo (...) (Locke, 1983, p.36).

Desse modo, percebemos que o direito de castigar o outro que tenha cometido algum malefício entre aqueles indivíduos está diretamente ligado com o início da crise. O que ocorre no romance é que, tendo de lidar com as limitações impostas dentro do manicômio, e percebendo a falta de interesse dos governantes, ocorre uma má reciprocidade dentro do local, sendo que qualquer espécie de comportamento, tais como se apoderar da comida, não ajudar a enterrar os mortos, não colaborar na manutenção da limpeza, ou seja, qualquer atitude que atrapalhe ainda mais a convivência e a manutenção de certa ordem dentro do local é considerada como malefício. Assim, para corrigir os outros do malefício que causam, recorrem à má reciprocidade.

Igualmente, a partir da má reciprocidade passa a acontecer a desintegração. Inicialmente, ela ocorre na disputa para ser representante de cada camarata; em seguida, quando as representações já estão definidas, passa a dar-se a disputa pela comida. Ocorre que um dos cegos “malvados” possui uma arma de fogo e consegue, dessa forma, alcançar a obediência dos que se identificam com ele em razão da proteção e dos benefícios que ele pode proporcionar – no caso uma alimentação mais abundante em um local onde ela está se tornando escassa – e dos demais devido ao medo de serem mortos pela arma de fogo ou de morrerem de fome. Percebemos, aqui, a mimese presente no comportamento desse cego (e do grupo que o apoiava) em relação ao comportamento dos governantes, ou seja, da mesma maneira que esses usaram a violência com aqueles, os que agora detêm a arma de fogo se veem no direito de utilizar da mesma violência para garantir seus próprios benefícios, apropriando-se de bens que não são deles, usufruindo da maior parte das refeições e exigindo sexo em troca de comida, uma espécie de semelhança com a maneira como agem os governantes diante dos cidadãos que representam.

Em *O bode expiatório*, Girard faz uma afirmação que ajuda a compreender a atitude dos governantes ficcionalizados por Saramago. Para o autor, é no sentido de enfraquecer ainda mais as relações humanas que são cometidos o que ele classifica de crimes sexuais: “que transgridem os tabus mais rigorosos em relação à cultura considerada” (2004,p. 22).

Trata-se ainda de um caso pior de desvio de comportamento, uma vez que estão todos cegos, abandonados pelo governo em um local onde a riqueza material de nada valeria, mas trata-se, exatamente de viver sob o modelo ao qual estão tão acostumados. Ao invés de se unirem contra o governo, ocorre uma divisão entre eles deflagrada tanto pela existência das camaratas – que dividiam os próprios cegos e os cegos dos contaminados – quanto pela personalidade de cada indivíduo.

A partir da mimese do comportamento dos governantes, passando a viver, assim, sob o domínio desse cego que está armado, inicia-se para os demais o ciclo da má reciprocidade, que será fundamental nessa narrativa para a escolha do bode expiatório. Depois de confiscarem todos os bens materiais (principalmente joias), eles passam a exigir das mulheres relações sexuais para que estas possam obter um pouco de comida. Estando os cegos divididos em camaratas, inicia-se uma discussão moral sobre a pertinência de atender ou não aos caprichos do algoz dos cegos. Parte, contudo, das mulheres a decisão de ceder à exigência, uma vez que, privados de alimentação, todos morreriam de fome. Esse é o episódio mais importante da narrativa de Saramago, pois abre precedente para que a *mulher do médico* seja eleita como bode expiatório no segundo romance. No desenvolvimento da narrativa, após terem relações sexuais, uma das mulheres da camarata à qual pertencem as personagens principais – e conseqüentemente a *mulher do médico* – é assassinada por um dos cegos durante o ato. Sendo a única pessoa capaz de enxergar naquele local e, por isso, de fazer justiça com as próprias mãos, a *mulher do médico* acaba imitando o comportamento do cego e devolvendo a sua atitude com a má reciprocidade, assassinando-o, vingando, assim, não apenas a morte da colega, mas, acima de tudo, a humilhação a que foram submetidas.

Nesse momento, tendo em mente o ciclo na escolha do bode expiatório, tanto a atitude do cego malvado, quanto a da *mulher do médico* acabam por gerar mais violência uma vez que, procurando sanar uma injustiça, ela acaba por cometer um grave crime (ainda que por legítima defesa) e comprometer-se de uma maneira irreversível. Para Girard

(...) mais do que reprovar a si próprios, os indivíduos têm forçosamente a tendência de reprovar tanto a sociedade em seu conjunto, o que não os compromete com nada, como outros indivíduos que lhes parecem particularmente nocivos por razões fáceis de desvendar. Os suspeitos são acusados de crimes de um tipo particular (2004, p 22).

Depois de cometido o assassinato, a *mulher do médico* é capaz de refletir e reprovar sua própria atitude; contudo, a justifica por tratar-se de legítima defesa. Dessa forma, todos os que cometem uma violência e participam do ciclo da má reciprocidade se defendem afirmando que apenas estão “retribuindo” a violência cometida por outra pessoa. Esse ato cometido pela personagem fará com que ela se torne, no segundo romance, a pessoa certa para se tornar o bode expiatório. Assim, todos os acontecimentos descritos e analisados do primeiro romance servem apenas como percurso e preparação para a escolha definitiva dessa vítima expiatória.

Contudo, por ora, interessa-nos apenas discutir a maneira como a crítica aos estados tidos como democráticos está diretamente relacionada à construção que Saramago faz dos mesmos, tornando-os responsáveis por moldar os indivíduos de maneira que continuem agindo sob os mesmos preceitos – que têm por base o interesse e a manutenção do poder – e a sua responsabilidade em tornar aqueles indivíduos tão desestruturados que em suas novas relações sociais estabelecidas, foram capazes de gerar uma crise de proporção ainda maior que a causada pelos governantes quando decidiu confiná-los.

Do mesmo modo, há em *Ensaio sobre a lucidez* o desencadeamento de uma crise que se dá, nesse caso, única e exclusivamente pelas mãos dos governantes e que finalmente culminará na escolha do bode expiatório. Na própria concepção do autor português, esse romance tem como tema principal a democracia e as ações das personagens diante desse tipo de governo:

[Com *Ensaio sobre a lucidez*] quero que as pessoas reajam a uma evidência que considero incontornável – isto a que se chamamos democracia não funciona, é pouco mais que uma fachada. Não quero que as pessoas discutam os ataques diretos à instituição A, B ou C

alegadamente feitos no livro. Peço apenas que examinem um sistema que se tornou intocável. A democracia ocupou o lugar de Deus. Ela é referida a todo instante, mas poucos sabem o que significa. (SARAMAGO, p. 312, 2010).

Realmente, o que José Saramago faz nesse romance é expor, por meio de um evento-chave, a votação em branco por grande parte da população o quanto esse sistema de governo é contraditório. E é exatamente essa contradição que se faz marcante nas ações representadas pelos governantes que, mais uma vez, assim como no episódio da cegueira epidêmica, tratam o voto em branco como uma espécie de doença, de manipulação contagiosa que parte de uma única pessoa e que tem por objetivo prejudicar o *status quo* que impera naquela sociedade. Trata-se, assim, de expor as falhas e contradições desse sistema, pois os governantes agem de maneira antidemocrática o para solucionar uma atitude indiscutivelmente democrática por parte da população.

Contudo, apesar das relações existentes entre os temas dos dois romances, diferentemente do primeiro, *Ensaio sobre a lucidez* pode ser dividido em duas partes: a primeira gira em torno do evento-chave, ou seja, o voto em branco, e o segundo, quando as personagens centrais do primeiro romance são retomados e quando há a escolha e perseguição da vítima expiatória.

Ensaio sobre a lucidez tem início no período eleitoral da mesma capital do mesmo país onde ocorreu a cegueira branca. O dia começa com uma tempestade que se abate sobre a capital e dificulta o acesso dos eleitores aos postos de votação, o que causa desconforto e dúvidas quanto à responsabilidade cívica da população por parte dos representantes dos partidos políticos, ou seja, a preocupação reside no fato de que a população, em razão do mau tempo, não consiga chegar aos locais de votação para exercer a sua cidadania.

Durante a espera pelos eleitores, dois pontos importantes são tratados. O primeiro é que, em razão da chuva, os representantes do partido começaram a cogitar a possibilidade de ter que repetir o processo eleitoral por causa da elevada abstinência que a princípio se verificava. É interessante observar que em nenhum momento esses representantes duvidaram que, de uma forma ou de outra, o processo eleitoral teria o resultado que eles esperavam: a eleição dos candidatos e seus partidos. Ou seja, nunca imaginaram que a repetição se daria, justamente, devido à insatisfação popular. O segundo ponto relevante é

que, enquanto debatiam sobre a abstinência dos eleitores, e se preocupavam com a demora deles para aparecerem nas sessões eleitorais, o secretário simplesmente resolve quebrar os protocolos de votação e saca mão de um telefone móvel para ligar para a esposa a perguntar se ela compareceria à votação ou não. Desse episódio ficam duas informações essenciais: a do desespero em que se encontram aqueles representantes que, temendo a abstenção, passam a interrogar os seus familiares e conhecidos sobre a ausência, ou seja, chegam ao ponto de se tornarem ridículos e a “mendigar” votos; e ainda, em decorrência desse trecho, o narrador menciona que “a mulher do presidente da mesa foi de facto ao cinema e que, pelo menos até este momento, ainda não decidiu se irá votar”. (Saramago, 2004, p. 20). Ainda que Saramago opte por não nomear os seus personagens, ou o local onde se desenvolve a narrativa, esse trecho fornece uma pista. Em Portugal, país de origem do autor, o voto não é obrigatório:

Em Portugal podem votar todos os portugueses maiores de 18 anos, ou, nas eleições para o Parlamento Europeu, todos os cidadãos da União Europeia residentes em Portugal. O voto não é obrigatório, ao contrário do que acontece noutros países. (GOVERNO DE PORTUGAL. A democracia portuguesa.).

Ainda que essa não seja apenas uma característica de processo eleitoral de Portugal, a crítica de Saramago ganha mais força quando se observa o resultado que as eleições desse país fictício terão. Isso porque, em um país onde a população não é obrigada a votar, como ocorre em Portugal, por exemplo, é digna de nota a consciência que esses eleitores demonstrarão. Dessa forma, eles atestaram o espírito cívico entoado pelo representante do partido da direita (p.d.d.), como se verificará posteriormente. Contudo, não da maneira como eles esperavam, pois não elegem ninguém, ao contrário, os eleitores usam o seu voto para protestar contra o governo atual ou contra o próprio sistema de governo, fato que não fica muito bem explicado pelo autor do romance.

Podemos perceber, quando iniciam os processos de abertura dos trabalhos de votação, mais doses críticas em relação ao comportamento dos representantes dos partidos políticos que disputam a eleição, tudo por meio da construção e narração sutis de Saramago. É possível perceber, pela construção que Saramago faz dos acontecimentos,

pitadas de ironia na forma como esses representantes se comportam. Esses trechos iniciam a crítica de Saramago, que será mais explicitada no decorrer do romance, bem como predizem, de certa forma, os acontecimentos posteriores.

Nesse sentido, um dos traços de ironia ocorre quando o presidente da assembleia convida os membros dos partidos representantes para verificar as urnas, comprovando, assim, a legitimidade daquela eleição:

convidou os membros da mesa e os representantes dos partidos a acompanhá-lo na revista à câmara de voto, que se viu limpa de elementos que pudessem vir a desvirtuar a pureza das escolhas políticas que ali iriam ter lugar ao longo do dia. (...)

sejam boas testemunhas de que nenhuma acção delituosa havia introduzido nela, pela calada da noite, os votos falsos que corromperiam a livre e soberana vontade política dos cidadãos (SARAMAGO, 2004, p. 11).

Essas duas falas que partem do presidente da assembleia atestam a crítica feita por Saramago: os eleitores têm somente o poder de votar em representantes dos partidos políticos com os quais mais se identificam, e a própria fala do presidente revela que essa é uma ideia já consolidada. Contudo, ocorre outro fato não previsto que revela a possibilidade de o cidadão, por meio do seu voto, fazer mais do que escolher de maneira mecânica os representantes, que é não escolhê-los. Ou seja, utilizar o voto em branco como mecanismo para revelar o descontentamento dos eleitores tanto com os partidos, quanto com a forma de governar. Há, ainda, um tom jocoso de Saramago ao representar as ações e os diálogos que partem desses personagens. No caso do trecho citado, existe ainda a ironia por trás de todo o ritual da votação. Ritual esse respeitado fielmente, com uma espécie de veneração que fosse capaz de garantir, por si só, tanto o desenrolar das ações posteriores – a votação em si – quanto o resultado definitivo – a escolha dos candidatos e dos partidos eleitos. Em entrevista sobre o livro, Saramago afirmou:

Os defeitos do sistema democrático, a sua incapacidade para ir mais além de uma cerimônia mais ou menos ritualística, essa democracia que se reduz ao formal e é incapaz de ganhar uma substância visível... Tudo isso são males de raiz, portanto pouco tem que ver com os acontecimentos de referência, estes ou outros. O Ensaio sobre a lucidez é uma reflexão sobre a democracia, e o escrevi para que o fosse, o é de maneira radical, isto é, tenta ir à raiz das coisas (SARAMAGO, p. 312, 2010).

É justamente o que se apreende quando analisamos atentamente a forma como as ações que partem dos representantes do governo são construídas e, conseqüentemente, a representação da democracia. Percebemos, no decorrer do romance, que a preocupação com as cerimônias e com as aparências que, teoricamente, fazem do sistema democrático uma democracia, de nada valem no que se refere a atender ao interesse da população. Observa-se que, diante da materialização da substância visível, que é o voto em branco e que revela a insatisfação, o sistema democrático não é capaz de lidar com ela, ou melhor, não quer lidar com a substância visível que poderá modificar o sistema de governo predominante. A partir disso, o argumento do próprio autor, que afirma que a democracia se tornou uma espécie de Deus, a respeito do qual não se discute, não se mexe, apenas se aceita sem maiores reflexões.

Há, ainda, no início do romance, outro diálogo entre os representantes dos partidos que se revelará mais irônica quando se percebe, no decorrer do enredo, o tom das decisões que são tomadas por esses mesmos representantes. Diante da chuva que assola aquela capital, bem como da abstenção da população durante grande parte do dia, os representantes começam a discutir a respeito tanto da credibilidade na responsabilidade cívica dos seus eleitores, quanto do fato de algo tão estranho estar ocorrendo apenas na capital ou em outras regiões daquele país:

O secretário, para quem todos olharam à espera, optou por apresentar uma sugestão prática, Creio que não seria má ideia telefonar ao ministério a pedir informações sobre como está a decorrer o acto eleitoral aqui e no resto do país, ficaríamos a saber se este corte de energia cívica é geral, ou se somos os únicos a quem os eleitores não vieram iluminar com seus

votos. Indignado, o delegado do p.d.d. levantou-se, Requeiro que fique exarado na acta o meu mais vivo protesto, como representante do partido da direita, contra os termos desrespeitosos e contra o inaceitável tom de chacota com que o senhor secretário acaba de se referir aos eleitores, esses que são os supremos valedores da democracia, esses sem os quais a tirania, qualquer das que existem no mundo, e são tantas, já se teria apoderado da pátria que nos deu o ser... (SARAMAGO, 1995, p. 13)

O embate ocorrido nesse trecho do romance possui sutilezas irônicas que revelam a crítica de Saramago. Primeiramente, há o indício de que está a ocorrer, novamente, um fato extraordinário na capital daquele país, onde os eleitores, em razão do mau tempo, não saem de suas casas para votar, causando grande expectativa por parte dos representantes dos partidos políticos, tanto que procuram verificar se a eleição ocorre normalmente em outras partes daquele país – e verificam que sim –, ou seja, a anormalidade se dá apenas na capital. Outro ponto digno de nota é a forma como o secretário se refere ao ato dos cidadãos: “os únicos a quem os eleitores não vieram iluminar com seus votos”. O destaque está na palavra empregada iluminar que faz referência, em um primeiro momento, à cegueira branca que acometeu o mesmo lugar anos antes, mas, com o decorrer da narrativa, percebe-se que os eleitores iluminarão os representantes com o seu voto, contudo trata-se de outra iluminação que será representada pela “brancura” do voto. Por fim, vale ressaltar a forma respeitosa com a qual o representante do partido da direita (p.d.d.) procura referir-se aos eleitores, principalmente quando os coloca como “valedores” da democracia e responsáveis por espantar qualquer indício de tirania, fala que será contraditória com a maneira de agir dos governantes, revelando que os eleitores não podem lidar e muito menos espantar a tirania que se instalará no próprio governo democrático.

Dessa maneira, a importância que o representante do partido da direita dá aos eleitores mudará a partir do momento em que ele percebe o resultado da votação. Quando a chuva que está impedindo que os eleitores se dirijam as suas sessões de votação cessa, eles saem de suas casas, todos por volta das quatro horas da tarde, para votar: “sem se terem posto previamente de acordo sobre suas diferenças políticas e ideológicas, decidiram, enfim, sair de casa para irem votar” (2004, p. 21).

Contudo, o narrador já antecipa a necessidade de se prestar atenção ao curso dos acontecimentos, antes mesmo que os próprios representantes dos partidos se animem com o espírito cívico da população: “Manda a prudência que por algum tempo suspendamos qualquer juízo definitivo e acompanhemos com atenção confiante o desenvolver de uns sucessos que ainda mal principiaram a delinear-se” (2004, p. 21).

É assim que, a partir da contagem dos votos, os governantes percebem que 80% da população votaram em branco. Diante do enfrentamento dessa realidade, o primeiro ministro vai até o meio televisivo para anunciar que, de acordo com as leis vigentes naquele país, as eleições seriam repetidas, com direito à repetição da campanha eleitoral dos partidos. O primeiro ministro ainda acrescenta em tom grave que conta com a consciência política dos eleitores para

exercer o direito cívico com a dignidade e o decoro com que sempre o fez no passado, assim se dando por írrito e nulo o lamentável acontecimento em que, por motivos ainda não de todo aclarados, o habitual esclarecido critério dos eleitores desta cidade se viu inesperadamente confundido e desvirtuado...(2004, p. 28)

A partir desse evento, o discurso dos governantes e dos representantes do partido muda, e os eleitores que eram vistos, anteriormente, como guardadores da democracia tornaram-se, em razão do seu voto em branco, inimigos tanto da forma de governo, quanto dos seus próprios representantes. Assim, se anteriormente o voto exercido por eles era aceito como uma forma de garantir que a maneira de governar, agora era tido como um erro do qual os eleitores teriam o direito de se “redimir” com a repetição da votação.

Outra informação importante do trecho citado e que iniciaria uma série de medidas descabidas e que revelará as perversões dessa forma de governo é quando o primeiro ministro diz que os motivos pelo voto em branco ainda não tinham sido de todo esclarecidos, como se houvesse algum elemento externo responsável pelo acontecimento, invalidando, assim, a postura crítica que os eleitores tomaram ao votar em branco como forma de revelar o seu descontentamento. Nesse trecho, que menciona a intenção de se procurar uma causa externa que explique o voto em branco, estabelecemos um paralelo com as teorias de Girard. Percebemos, aqui, o primeiro indício de que algo ou alguém será

responsabilizado pelo acontecimento, retirando, assim, a culpabilidade/responsabilidade do próprio sistema de governo, ou seja, há a necessidade de uma vítima expiatória que explique o voto.

A partir desse momento, Saramago ficcionaliza em seu romance uma série de medidas tomadas pelos governantes e que se revelarão absurdas, mas passíveis de ocorrer quando se tem em mente que a razão delas é a manutenção no poder e do *status quo*. Dessa forma, no dia em que a eleição estava marcada para se repetir, o governo opta por investigar os eleitores com o objetivo de descobrir algum motim, ou líder responsável por desencadear o voto em branco. Colocam, assim, investigadores com escutas, infiltrados entre a população, no meio das filas de votação, carros com câmeras circulando pelos locais, chegando a levar cidadãos comuns a interrogatório para ver se descobriam algo. Percebemos, aqui, uma atitude declaradamente incompatível com um estado democrático, uma vez que é direito dos cidadãos votarem em branco, sem que precisem ser interrogados a respeito de seus motivos, ou muito menos serem espionados, tendo suas conversas e imagens gravadas sem consentimento. Mais do que isso, ainda que o estado de exceção não tivesse sido deliberadamente declarado – o que ocorrerá posteriormente –, observamos que ele já se aproxima, uma vez que:

O estado de exceção não é uma ditadura (constitucional ou inconstitucional, comissária ou soberana), mas um espaço vazio de direito, uma zona de anomia em que todas as determinações jurídicas – e, antes de tudo, a própria distinção entre público e privado – estão desativadas. Portanto, são falsas todas aquelas doutrinas que tentam vincular diretamente o estado de exceção ao direito, o que se dá com a teoria da necessidade como fonte jurídica originária, e com a que vê no estado de exceção o exercício de um direito do Estado à própria defesa ou restauração de um originário estado pleromático do direito (os plenos “poderes”). Mas igualmente falaciosas são as doutrinas que, como a de Schmitt, tentam inscrever indiretamente o estado de exceção num contexto jurídico, baseando-o na divisão entre normas de direito e normas de realização do direito, entre poder constituinte e poder constituído, entre norma e decisão (AGAMBEN, 2004, p.78-79).

Recorremos, mais uma vez, às teorias de Agamben sobre o estado de exceção para ler como as atitudes dos governantes e a crítica de Saramago são construídas. O que acontece no romance quando o governo opta por espionar os eleitores durante o processo de eleição, para descobrir o que ocorreu e se há de fato um motim por trás disso, é que eles agem à margem da democracia, pois se desfaz a distinção entre o que é da ordem do privado e do público. Portanto, o governo passa a utilizar informações privadas, diálogos entre os cidadãos, como ferramenta pública para justificar o resultado da votação.

Contudo, nenhuma das ações realizadas pelos governantes foi capaz de descobrir outro motivo para o ocorrido que não fosse o já citado, nem teve o poder de modificar a postura dos eleitores. Desse modo, o resultado se repetiu: a maioria da população havia, novamente, votado em branco. Desesperados, os governantes ferem os direitos democráticos dos cidadãos por duas vezes: primeiro quando espionam os eleitores, gravando conversas e imagens sem o consentimento deles e, em segundo, quando o resultado das eleições se repete – a maioria da população continua votando em branco – e eles decidem instaurar o estado de exceção, privando os cidadãos de seus direitos básicos de cidadania, tudo “para que melhor possam proteger-se da terrível ameaça que paira sobre suas cabeças, aos outros, sejam eles culpados, sejam eles inocentes de intenção, para que se corrijam da maldade a que se deixaram arrastar sabe-se lá por quem” (SARAMAGO, 2004, p.36).

Dessa forma, o que se percebe é que o governo, com a desculpa de preservar a nação do que eles intitulam uma “ameaça”, procura, na verdade, defender os seus próprios interesses – mais uma vez, assim como ocorre no primeiro romance, ainda que essa garantia deva ocorrer em detrimento do bem estar dos cidadãos que eles mesmos deveriam preservar –, pois consideram um descalabro as pessoas votarem em branco e a impossibilidade de se manterem no poder que pode vir a ocorrer em razão desse ato.

A construção desse estado de exceção, assim, vai contra as atitudes de um governo democrático, uma vez que, por direito, os governantes podem instaurá-lo quando da necessidade de proteger a nação de ameaças estrangeiras, ou seja, que são externas, o que não ocorre no caso dos romances de Saramago. A contradição presente nas atitudes desses

governantes consiste, justamente, em considerar ameaça um direito dos cidadãos que é garantido por qualquer instituição democrática.

Destarte, as medidas tomadas pelos governantes em *Ensaio sobre a lucidez* comportam um paralelo com as adotadas em *Ensaio sobre a cegueira*. Neste último, elas foram tomadas diante de um mal que assolava toda a sociedade, mas que, de certa forma, não ameaçava a governabilidade – apenas em caso de um dos governantes ser contaminado pela cegueira –, enquanto que, no segundo romance, de fato há uma ameaça à governabilidade. Contudo, mesmo diante de eventos distintos, o governo age da mesma maneira, mesmo tendo a experiência passada, ou seja, sabendo que as atitudes tomadas no caso da cegueira não garantiram a governabilidade, já que todos ficaram cegos. Ainda, em *Ensaio sobre a lucidez*, deve-se levar em conta que a crise proclamada pelo governo não existe para a sociedade, na verdade, trata-se de uma crise unilateral, ou seja, é uma criação do ponto de vista governamental. Tal fato se verificará por meio da tranquilidade com a qual os eleitores continuarão agindo, mesmo diante de todos os descalabros cometidos pelos governantes.

Outro paralelo que deve ser estabelecido é a relação existente entre as “cores” da cegueira e do voto. Depois de tudo que os cidadãos sofreram enquanto estiveram cegos – acometidos pela cegueira *branca* – que os obrigou a lidar com as piores privações, com o instinto de sobrevivência animal, bem como ter que viver em uma sociedade na qual “ninguém mais tinha a visão”, esses mesmos cidadãos ressurgem no segundo romance dotados de uma consciência impressionante. Mais do que consciência, são dotados de espírito cívico e político que os impede de continuar elegendo um governante e aderindo a um sistema de governo que não mais os satisfaz ou representa. É importante observar, ainda, que diferentemente daqueles que representam o governo, que tomam atitudes antidemocráticas – enclausuram, perseguem, privam – contra os seus cidadãos, o mesmo não acontece por parte dos eleitores que apenas usam a “arma” que possuem, o voto. Dessa forma, é direta a relação entre a cegueira em branco que é explicada pelo próprio autor como uma metáfora da irracionalidade, para a racionalidade (também branca) no segundo romance. Contudo, apesar de todos os indícios de transformação das personagens, em um de seus comentários sobre os seus romances, Saramago afirma não acreditar que o ser humano se transforme ou aprenda com determinadas experiências, tal fato explicaria as

atitudes que representam os governantes que não modificam a sua maneira de agir, bem como o denunciante da *mulher do médico*, como se verificará. O comportamento dessas personagens revelaria o pessimismo de Saramago diante do governo e reafirmaria a sua crítica à democracia.

Sendo a intenção propalada pelo governo a de proteger a população de uma ameaça que a priori não existe, ao instaurar, declaradamente, o estado de exceção ele acaba por tentar contaminar os cidadãos com a crise. Isso porque, a princípio, ela existia apenas na esfera governamental. Transferindo as consequências para a população, os governantes dão início ao que seria a crise de ordem social, que será de responsabilidade deles, uma vez que os próprios cidadãos se absterão de participar da desordem.

Contudo, a representação criada por José Saramago vai além do estado de exceção. Quando os governantes percebem que a população, ciente do direito que tem de votar em branco, é capaz de se organizar em passeatas ou de se manifestar contra a atitude do governo, defendendo, assim, o seu direito, tomam uma medida que agrava a situação. Nesse ponto do romance, o presidente, aliado ao primeiro-ministro, decide declarar o estado de sítio, paradigma de governo que consiste no agravamento do estado de exceção. Assim, confirma-se aqui, uma das críticas mais diretas de Saramago, pois ao invés de propor um diálogo aberto com os cidadãos para compreender as razões do voto em branco, procurando fazer um *mea culpa* e modificar a forma de governar, eles optam por adotar mais uma forma de controle. Desse modo, a capital passa a ser controlada por forças policiais e pelo exército.

Outra atitude que passa a fazer parte do controle da sociedade é o impedimento ao direito de locomoção dos cidadãos, pois os habitantes passam a ser impedidos de sair da capital, e os “imigrantes” impedidos de entrarem; os cidadãos que trabalhavam fora da capital não podiam mais se deslocar até o trabalho, fato que ocasionou o descontentamento dos donos das empresas empregadoras e dos próprios trabalhadores. Por meio dessas atitudes, é possível perceber que os próprios governantes pretendem gerar uma crise para fazer com que os cidadãos se desestabilizem e se arrependam da atitude tomada. Percebemos claramente que não se trata de procurar solucionar os problemas ou defender os eleitores da ameaça de dissolução de um governo democrático que, até então, para os governantes vinha dando certo. O objetivo a ser alcançado é a punição dos cidadãos que, ao

exercerem o seu direito, democraticamente protestando contra o próprio sistema de governo, não imaginam que obterão justamente o extremo oposto: um governo ditatorial. Ao passo que tentam desestabilizar e impedir levantes democráticos organizados, os governantes, por meio de suas medidas, alcançam justamente o contrário: a população passa a se organizar em passeatas para declarar que o voto em branco praticado por eles era um direito garantido por lei.

Percebemos, assim, que a crise social vai se agravando gradativamente, uma vez que a representação do estado de exceção também ocorre progressivamente à medida que o governo toma atitudes despropositadas. O objetivo deles com tais atitudes era de estabilizar o poder e se manter na direção da capital a qualquer custo. Por isso, como medida extrema optam por abandonar a cidade, deixando-a isolada e sem abastecimento. Com essa atitude, os representantes do governo queriam que os cidadãos se dessem conta da importância e da necessidade de se ter uma capital regida por um governo. Agem, então, querendo garantir a retomada do que para eles era a democracia:

vos trago aqui é nada mais e nada menos que uma proposta de retirada múltipla, um conjunto de acções que alguns talvez considerem absurdas, mas que tenho certeza que nos levarão à vitória total e ao regresso à normalidade democrática, a saber, e por ordem de importância, a retirada imediata do governo para outra cidade, que passará a ser a nova capital do país, a retirada de todas as forças do exercito que ainda ali se encontram, a retirada de todas as forças policiais, com esta acção radical a cidade insurgente ficará entregue a si mesma (SARAMAGO, 2004, p.75).

É somente quando o governo decide abandonar a capital da cidade, deixando todos os cidadãos “insurgentes” entregues a si mesmos, sem sua regulamentação, que se pode pensar em uma sociedade voltada ao seu estado natural (estado de natureza), pois, embora vivessem um vazio de direito, esse ainda não permitia a configuração de um estado de natureza propriamente dito, uma vez que, sendo a cidade controlada por forças do exército e por meio de decretos baixados pelo governo, havia uma série de regulamentações que os civis deveriam seguir. Contudo, após o abandono, não precisam mais seguir nenhuma

regulamentação vinda por parte do governo. Mesmo porque é esse o objetivo principal dos governantes quando decidem abandonar a capital: queriam que fosse instaurada uma desordem e que, assim, os cidadãos percebessem a necessidade de um governo para impor a ordem à sociedade.

O que ocorre, porém, é que não há a desestabilização da sociedade, pois, do mesmo modo como no primeiro romance, ela continua vivendo segundo as regras às quais estava habituada, ou seja, continua vivendo sob uma “herança democrática”, à “sombra” dela. Dessa forma, pode-se pensar em estado de natureza, apenas na medida em que não há regulamentações e também porque os indivíduos seguem o princípio que é tido como o principal do estado de natureza: vivem em plena harmonia, ainda que os próprios governantes tenham contratado agentes para semear a desordem entre a população procurando desestabilizá-la:

Passaram-se os dias, as dificuldades iam em crescendo contínuo, agravaram-se e multiplicavam-se, brotavam debaixo dos pés como tortulhos depois da chuva, mas a firmeza moral da população não parecia inclinada a rebaixar-se nem a renunciar àquilo que havia considerado justo e que expressara em seu voto, o simples direito a não seguir nenhuma opinião consensualmente estabelecida. Alguns observadores, em geral correspondentes do meio de comunicação estrangeiros (...) comentaram com estranheza a ausência de conflito entre as pessoas, apesar de se terem verificado, e logo provado como tais, acções de agentes provocadores que estariam a tentar criar situações de uma instabilidade (2004, p 70).

Esse trecho ilustra de forma clara que a população continua agindo como se não estivesse vivendo um paradigma de governo, no qual os seus direitos foram suspensos. Assim é que a presença do estado de natureza se dá somente pela retomada de um estágio inicial, pré-social.

Abandonados, os cidadãos passam por dificuldades de ordem prática, uma vez que os requisitos mais básicos como segurança, saúde, suprimento, organização e limpeza da cidade ficam comprometidos, tudo isso aliado a mais um disparate dos governantes, que

optam por infiltrar pessoas para agravar a desordem. No entanto, ainda que haja uma crise social em razão do desmantelamento da democracia e das ordens descabidas do governo, os cidadãos continuam agindo de forma natural, ou seja, não se aproveitam da falta de regulamentação para se beneficiarem. Dessa forma, percebemos que a crise gerada nesse romance está ligada à sua segunda parte do mesmo. Como citamos anteriormente, o livro poderia ser dividido em duas partes, sendo a primeira decorrente do evento-chave e das atitudes tomadas pelo governo e o segundo, pelo que o próprio autor-narrador considera ser uma reviravolta.

Nesse momento do romance, as personagens que representam o governo perdem o receio de relacionar claramente a cegueira branca de anos antes com o voto em branco de agora. Assim, o que era assunto proibido acaba sendo usado como mecanismo do governo para justificar as suas atitudes e para procurar agravar a crise que se estendia pela capital. Para isso, o ministro do interior, com o consentimento do presidente, escreve um comunicado a ser distribuído por toda a capital, no qual relaciona o evento da cegueira com o voto em branco. Trata-se de uma maneira de vincular os dois fatos e de procurar arranjar uma justificativa, inverossímil, para o acontecimento, ou seja, a saída mais fácil foi procurar um culpado externo ao próprio governo.

A segunda parte do romance inicia-se com a retomada das personagens centrais de *Ensaio sobre a cegueira*. Por meio de uma carta de denúncia, escrita pelo primeiro homem que cegou, ele revela que a *mulher do médico* foi a única pessoa que não cegou no período em que todos estiveram cegos, e que ela foi responsável por matar uma pessoa quando estavam confinados – o cego que controlava a comida. Isso faz com que o governo procure ligar a figura dela ao voto branco, tornando-a a única responsável pelo suposto “motim”. A denúncia de que uma pessoa não cegou torna-se motivo de preocupação entre os governantes, pois ela é a única testemunha do abandono ao qual o governo submeteu aqueles cegos e da condição de privação a que chegaram. Dessa forma, encontraram o bode expiatório de que necessitavam para trazer o retorno à normalidade. Diante desse fato, o governo contrata comissários responsáveis para investigá-la e entregá-la ao governo e é o chefe desses comissários que desempenha papel fundamental nessa segunda parte da narrativa.

Percebendo que não pode controlar a insatisfação popular, procurando recuperar a sua popularidade diante da população e também um meio de justificar todas as medidas descabidas que vem tomando por conta do voto em branco, o ministro do interior decide revelar por meio da mídia a culpabilidade dessa mulher, que supostamente teria incitado grande parte da população a votar em branco. Neste ponto, começa a escolha e a pertinência de se considerar essa personagem o bode expiatório do voto em branco, percurso e construção que serão analisados detidamente no próximo capítulo deste trabalho.

Contudo, o comissário responsável por investigá-la e entregá-la ao governo tem um rompante de lucidez e percebe o quão absurda é a acusação feita pelo homem que escreveu a carta de denúncia, bem como a maneira fácil pela qual o governo a acolheu e usa a mesma mídia, que estava sob forte censura e controle do Estado, para revelar a sua versão da história. O que nos interessa, neste momento, é ter conhecimento da atitude dos próprios cidadãos, que não compartilham da visão do governo, ou seja, não aceitam a culpabilidade da *mulher do médico*. O questionamento que podemos levantar é: a partir das teorias de Girard, a multidão tende sempre à perseguição quando ela não pode agir sobre os fatos naturais que causaram a crise (Girard, 2004, p.23). Dessa forma, até que ponto a *mulher do médico* pode ser entendida como um bode expiatório daquela sociedade? Mais ainda, não seria ela apenas o “bode expiatório” dos governantes e, dessa maneira, sua eliminação não atestaria o regresso à normalidade? Tais questões serão retomadas ao observarmos a construção dessa personagem e sua configuração nos romances como bode expiatório.

Por ora, para o objetivo deste capítulo, interessa-nos observar a crítica de Saramago aos governos tidos como democráticos por meio da construção que faz de suas personagens e de como as crises de ordem social que são causadas pelo próprio governo dialogam com a existência de uma crise apregoada por Girard para que seja necessária a escolha do bode expiatório.

Percebemos, assim, que nos dois romances há o desencadeamento de uma crise por meio de dois eventos-chaves criados por Saramago e que servem de ponto de partida, tanto para a narração, quanto para a crítica que ele constrói em seus romances. Crises essas que são desencadeadas única e exclusivamente pela atitude que os governantes tomam, havendo apenas uma diferença na participação dos cidadãos no desencadeamento e/ou manutenção da mesma. Destarte, enquanto no primeiro romance a crise é desencadeada pela decisão de

confinar cegos e contaminados em um manicômio, há a participação dos cidadãos confinados, na medida em que agem de acordo com a herança democrática e, imitando as atitudes dos governantes, passam a participar da má reciprocidade que desencadeia o conflito entre os cegos das camaratas e o conseqüente assassinato do algoz dos cegos. Já no segundo romance, a crise é desencadeada e mantida apenas pelos representantes do governo que instauram paradigmas de governo para se manterem no poder e tomam atitudes extremas e antidemocráticas para garantir a democracia, ao passo que, dessa vez, as personagens construídos atuam de forma diversa, não participando da manutenção da crise e nem da má reciprocidade modelada pelos governantes.

Dessa maneira, nos é permitido estabelecer uma última relação entre os dois romances: a de que a cegueira branca de antes, todas as privações por que passaram tornaram-se caminho para que se estabelecesse um paralelo entre as duas claridades – a da cegueira e a do voto – a de que a cegueira, no segundo romance, tornou-se para os cidadãos a lucidez para não mais agirem de acordo com a sombra do governo.

Capítulo 4: A construção do bode expiatório de José Saramago à luz das teorias de René Girard

Os críticos das obras de José Saramago discutem o caráter fantasioso presente em alguns de seus livros, como é o caso de *Ensaio sobre a cegueira* (1995) e *Ensaio sobre a lucidez* (2004) e como o autor mescla o fantasioso à realidade empírica alcançando, por sua vez, a credibilidade dos leitores. Outra característica da literatura do autor já bastante discutida pela crítica é a presença da alegoria, essa que, de certa forma, apela à conscientização dos leitores. Compreendemos alegoria no sentido de lição de moral, Saramago representa situações, a partir de alguns artifícios, que parecem dizer uma coisa quando na verdade revelam outra. Nos livros aqui referidos não poderia ser diferente. *Ensaio sobre a cegueira* e *Ensaio sobre a lucidez*, por meio da temática política procuram, de certa forma, conscientizar os leitores, não apenas no que se refere aos seus papéis enquanto civis, mas, principalmente, parecem querer alertar-nos dos perigos de uma democracia falha e, porque não dizer, corrupta.

O alerta se torna ainda mais visível ao tratar da postura e comportamento dos políticos envolvidos nessa forma de governo, as atitudes que são capazes de tomar na disputa pelo poder. E, para garantir a eficácia de sua alegoria e chegar à conscientização, observamos a presença, nas obras de Saramago, do mecanismo desvendado e estudado por René Girard: o desejo triangular (mimético) que culmina na escolha do bode expiatório. Ainda que não seja o foco principal do trabalho discutir o aspecto alegórico das obras de Saramago já tão debatidos pela crítica literária, nos é necessário recorrer a esse aspecto para compreender melhor as obras do autor português. A relação entre a alegoria e o objeto de estudo dessa dissertação – a construção do bode expiatório – se estabelece pela crítica que Saramago faz aos regimes democráticos. Em sua crítica ao governo há uma função alegórica, na forma como desenvolve a sua narrativa e as atitudes que atribui ao governo em suas ficções nos permitem identificar o desejo mimético que, por fim, desembocará na escolha do bode expiatório.

Tanto em *Ensaio sobre a cegueira* quanto em *Ensaio sobre a lucidez*, percebe-se que as atitudes cometidas pelos governantes são guiadas pela preocupação que eles têm em manter a “ordem”, ou seja, em preservar a maneira como o governo está sendo conduzido.

Assim, se no primeiro romance o que pode atrapalhar o governo é a cegueira branca que não é de fato uma ameaça direta, mas que pode contaminar os governantes e impedi-los de governar; no segundo romance, *Ensaio sobre a lucidez*, a ameaça também aparece atrelada à cor branca. Contudo, nesse livro é o voto em branco, esse sim se trata de uma ameaça direta, que impede que a eleição decorra normalmente, já que 80% da população votam em branco e impossibilitam que um dos partidos seja vencedor, fato que pode impedir a manutenção do poder. A preocupação dos governantes daquela capital em se manter no poder descortinará relações nas quais o desejo mimético é evidente e, por conseguinte, a má reciprocidade.

Dessa forma, as disputas serão o estopim motivador para que as relações se desagreguem dentro dos dois romances e culminem na escolha do bode expiatório em *Ensaio sobre a lucidez*. O bode expiatório eleito nesse romance é a *mulher do médico* e sua eleição, como perceberemos, apenas atestará a disputa de poder envolvida em todo o processo e ridicularizará ainda mais as atitudes tomadas pelo governo daquela capital, principalmente a figura do ministro do interior, que será de fundamental importância para a compreensão do desencadear dos fatos no romance. A *mulher do médico* tem a sua personalidade construída em *Ensaio sobre a cegueira*, por isso esse romance é crucial para compreender o desfecho dela em *Ensaio sobre a lucidez*.

Observando, então, as relações de poder existentes dentro dos dois romances, percebemos que a disputa existe entre a maioria das personagens, nas mais diferentes esferas e relações sociais. A disputa é baseada na ideia de desejo triangular apresentado por Girard (1961), de que há sempre três pessoas envolvidas na relação. Uma seria o objeto de desejo, outra é a mediadora (que dita) ao mesmo tempo em que rivaliza com a terceira sobre a posse do objeto. Contudo, não são sempre pessoas envolvidas nessa relação de desejo triangular, ou seja, nem sempre o objeto será representado por um indivíduo, como no caso dos romances de Saramago em que ele é expresso pelo poder.

Girard afirma que o desejo triangular está presente na maioria dos romances, desde Cervantes a Proust (Girard, 1961). Podemos, portanto, afirmar que tal conceito é atemporal, fazendo-se presente também em Saramago, escritor do século XX. Embora haja o desejo triangular em diversas partes dos romances de Saramago, eles nem sempre são

problemáticos ou geram crises, basta observar dois casos nos quais podemos identificá-lo sem, contudo, perceber alguma crise instaurada por ele.

Um dos casos em que o desejo triangular não ocasiona uma crise está presente em *Ensaio sobre a cegueira*. No romance, há a presença do desejo triangular entre a *mulher do médico*, a rapariga dos óculos escuros e o médico oftalmologista. Durante o tempo em que estão cegos e enclausurados no manicômio, a rapariga dos óculos escuros chega a se relacionar sexualmente com o médico oftalmologista. No entanto, o fato que era para gerar uma crise entre as duas personagens femininas, apenas reforça o elo entre as duas e atesta o caráter compreensivo e abnegado da *mulher do médico*, que compreende a situação. Aqui temos o médico oftalmologista como o objeto de desejo, a *mulher do médico* sendo a responsável por ditar esse modelo em sua relação exemplar com o seu marido e a rapariga é a que entra na disputa pelo objeto.

Outro exemplo de que o desejo triangular não causa necessariamente conflito e, neste caso, acaba gerando certo benefício ao objeto disputado, ocorre em *Ensaio sobre a lucidez*. O comissário destinado a investigar a *mulher do médico* acaba por se “encantar” com a personagem, sentimento que o impede de acreditar na sua culpabilidade e denunciá-la. Nesse exemplo, a relação é constituída pelo objeto de desejo, que é encarnado na figura da *mulher do médico* e o seu marido que dita o objeto a ser desejado e o comissário que rivaliza com o oftalmologista. Ainda que nessa passagem não haja uma disputa explícita, sabemos que ela está presente. O que difere nessa constituição do desejo triangular é que não é possível identificar claramente o mediador e, para explicar essa configuração, encontramos referência em Girard, que denomina a indeterminação do mediador como a mentira romântica (1961).

O modelo a ser desejado – a *mulher do médico* – não é ditado, ou melhor, exaltado apenas pelo médico oftalmologista, mas também pelos outras personagens que fazem parte das suas relações e aos quais ela ajudou no momento em que estiveram cegos. Todos a idolatram pela ajuda que receberam e sem a qual talvez não fosse possível sobreviver. Tal admiração torna um pouco mais difícil a identificação desse triângulo, bem como a determinação de seu mediador. Apesar do caráter singular dessa disputa, ela não gerará crise entre os indivíduos que participam dela, pelo contrário, como mencionamos, o desejo suscitado no comissário gerará benefício à *mulher do médico* (objeto disputado), que não

será entregue ao ministro do interior pelo comissário. Contudo, notamos que a ausência da crise no interior desse triângulo tem reflexo fora dela, pois o fato de não aceitar participar da eleição da *mulher do médico* como bode expiatório traz consequências graves ao comissário junto ao ministro do interior, que culminará no assassinato desse policial a mando do ministro.

O desejo triangular e mimético está enraizado nos romances de Saramago, assim como nos de Cervantes, Proust, Dostoievski e, porque não dizer, a semelhança nas obras de língua portuguesa como é o caso de *Dom Casmurro* e o *Primo Basílio*, como nos lembra João Cezar de Castro Rocha no prefácio do livro de Girard (2011). No entanto, o desejo triangular presente nos romances de Saramago raramente aparece atrelado às questões amorosas, diferentemente do que ocorre com a maioria dos autores e obras citadas. Podemos afirmar que a literatura de Saramago, como um todo, está marcada pelo desejo mimético, mas que este é quase sempre baseado nas relações de poder. Encontramos exemplo desse tipo em obras como *O Evangelho Segundo Jesus Cristo* (1998), *A caverna* (2000) e *Caim* (2009).

Percebemos, assim, que o desejo triangular em Saramago, quando está atrelado às questões amorosas, não gera conflito, acabando por subverter, de certa forma, a definição que Girard apresenta. Por outro lado, há nos romances de Saramago espaço para o desejo triangular mimético baseado nas relações de poder e que geram conflitos, desencadeando, assim, todo o ciclo que compreende a escolha do bode expiatório.

Isso ocorre em *Ensaio sobre a cegueira* e *Ensaio sobre a lucidez*, nas quais o desejo triangular está sempre atrelado ao desejo pelo poder e há a presença constante do governo nessa disputa, seja pela rivalidade entre os próprios integrantes, seja pela competição com a população que acaba por encarnar os perigos subjetivos contra os quais eles não poderiam lutar a cegueira e o voto em branco.

Quando observamos o ciclo do desejo mimético, percebemos que há sempre o desencadeamento de uma crise que afeta os laços sociais e que culmina na escolha do bode expiatório. Nos romances de Saramago, os dois perigos subjetivos citados são os responsáveis por desencadear as crises, sendo a cegueira o evento-chave do primeiro romance e a lucidez, a do segundo. As duas causas são internas, ou seja, ocorrem dentro da

capital do país, sem que atestemos a presença de um elemento exterior que as desencadeie, e é à cegueira e à lucidez que os desejos triangulares aparecem atrelados.

Ocorre que o desejo triangular, algumas vezes, está camuflado. Não é possível perceber de imediato quem é o mediador do desejo, sem antes analisar todo o percurso mimético. Notamos, especialmente em *Ensaio sobre a cegueira*, esse “disfarce”. Assim, não é possível perceber, muitas vezes, quem é o mediador dos desejos.

Citamos o momento em que todos estão perdendo a visão. Podemos considerar que o desejo é ditado justamente pelos indivíduos que ainda não cegaram. Mas e quando todos estão cegos? Quem seria o mediador desse desejo? Seria apenas o desejo subjetivo de recuperar a visão e garantir a sobrevivência? Por enquanto nos convém considerar que seja apenas esse o mediador do desejo: o próprio desejo.

Enquanto não se apurassem as causas, ou, para empregar uma linguagem adequada, a etiologia do mal- branco, como, graças à inspiração de um assessor imaginativo, a malsonante cegueira passaria a ser designada, enquanto para ele não fosse encontrado o tratamento e a cura, e quiçá uma vacina que prevenisse o aparecimento de casos futuros, todas as pessoas que cegaram e também as que com elas tivessem estado em contacto físico ou em proximidade directa, seriam recolhidas e isoladas, de modo a evitarem-se ulteriores contágios, os quais, a verificarem-se, se multiplicariam mais ou menos segundo o que matematicamente é costume denominar-se progressão por quociente (1995, p. 45).

O trecho revela, ainda que disfarçadamente, essa mediação do desejo pelo desejo, nesse caso, o de conservar a visão. Consoante à preocupação de que a cegueira não se alastrasse contaminando toda a população daquela capital, o governo passa a rivalizar com os cegos e contaminados. Tornam-se rivais por um objeto de desejo cuja posse, independentemente do resultado da disputa, não lhes cabe decidir a quem pertence. Ainda que fique claro que o objeto de desejo seja a conservação da visão e que, de certa forma, desesperada à medida que a cegueira contamina as pessoas, a população que ainda não cegou entra no ciclo da conservação e passa a querer que os cegos sejam confinados, o que

o governo pretende camuflar é o desejo pela conservação do seu poder. Dessa forma, quem seria, então, o mediador desse desejo?

Não é possível atribuir essa responsabilidade a um único mediador, ainda que, de imediato, a resposta seja novamente: as pessoas que ainda conservam a visão e o desejo pelo desejo. Na verdade, a chave para essa resposta reside na *mulher do médico*, que será a única personagem a não cegar e que será a mediadora desse desejo. Contudo, os reflexos dessa mediação apenas serão vividos, ainda que sob outra forma, em *Ensaio sobre a lucidez*, quando de fato é possível compreender todo o ciclo e reavivar a disputa pela visão.

Quando compreendemos todo o ciclo mimético presente nesse romance e quando os governantes, em especial o ministro do interior, descobrem que a *mulher do médico* não cegou, eles passam a rivalizar com ela pelo poder que ela possuía quando não cegou, ainda que, nesse momento, eles não estejam mais contaminados pela cegueira. A disputa pela visão ocorrerá, mais uma vez, de forma alegórica, tornando-se, também, uma disputa entre a cegueira e a lucidez presentes não apenas nos títulos dos romances, mas na ideia de continuidade entre eles.

Compreendemos que, quando há o desejo triangular, não importa apenas o objeto de desejo, se o mediador é implícito ou explícito, bem como as pessoas que fazem parte dessa relação. Importa, sobretudo, o que ele desencadeia, assim que, uma vez iniciado o ciclo do desejo mimético, as outras partes que o compõem serão também desencadeadas. E, nos romances de José Saramago, mais importante ainda do que o objeto de desejo são as atitudes (ou a má reciprocidade) assumidas pelas personagens, pois serão elas as responsáveis por ocasionar um desmantelamento das relações sociais.

A partir do momento em que um objeto de desejo é apontado, as pessoas envolvidas passam a ter uma relação mais contundente e, a partir disso, abrem espaço para que haja a má reciprocidade. Contudo, não é a relação recíproca em si que causa desconforto e que, conseqüentemente, auxilia a desagregar as relações. É o deslocamento da boa para a má reciprocidade o responsável por iniciar atos violentos. Em *Ensaio sobre a cegueira*, por exemplo, a decisão que parte do ministro da saúde de enclausurar os cegos e contaminados proporcionará a oportunidade de fazer com que outros objetos de desejo passem a ser disputados dentro do local de confinamento. Assim, podemos afirmar que a violência

presente tanto em *Ensaio sobre a cegueira*, quanto em *Ensaio sobre a lucidez* está atrelada, direta ou indiretamente, à figura dos governantes.

A forma como Saramago constrói o comportamento das personagens e o desencadeamento das narrativas convergem para a crítica que ele faz indiretamente à democracia e diretamente aos governantes. Assim, as atitudes sobrevindas da má reciprocidade que partem dos governantes são sempre mais caricatas e cruéis do que aquelas advindas dos demais personagens e, quando partem destes, explicitamente fazem referência a um modelo aprendido com o governo. Ainda que haja, certamente a percepção do mau caráter das personagens.

A atitude de enclausurar os cegos e contaminados e que inicia, por sua vez, a má reciprocidade já é, de início, marcada por um discurso violento: “queria dizer que tanto poderão ser quarenta dias como quarenta semanas, ou quarenta meses, ou quarenta anos, o que é preciso é que não saiam de lá” (1995, p 45, 46). Saramago revela, por meio da construção do discurso do ministro da saúde, que não há preocupação com os cegos, nem com os seus direitos, o que interessa, na verdade é evitar que ele próprio cegue.

Há, contudo, uma pequena diferença no que concerne às consequências das atitudes desses dois grupos de personagens (governantes e cegos), mais precisamente nas pessoas que passam a compor o desejo triangular. No caso do desejo triangular que abarca o governo, a disputa que decorre da vontade de conservar a visão, camuflada pela manutenção do poder, é desleal, pois os cidadãos que cegam nada podem fazer contra o governo que os enclausura. Isso ocorre porque, em primeiro lugar, o governo conta com o apoio dos demais cidadãos que ainda conservam a visão, em segundo porque, estando cegos e confinados, eles não têm como retribuir a violência que estão sofrendo dentro do manicômio ao principal causador delas o governo. Assim, a violência acaba por irradiar-se entre os próprios cegos, tendo reflexo na atitude do cego mau que se apodera dos alimentos.

Dessa forma, o reflexo da atitude egoísta do ministro e que, por sua vez, representa de certo modo, a do governo da capital, é sentida e representada em uma esfera menor dentro do manicômio. O algoz dos cegos, aquele que junto com o seu grupo se apodera da comida pedindo em troca bens materiais e, posteriormente, mulheres, age de certa forma sob a sombra do governo – devemos salientar que o controle apenas é possível porque o governo passa a racionar os alimentos, deixando de enviar a quantidade necessária ao

suprimento de todos. Na verdade, o comportamento do cego mau é aprendido através do exemplo do governo que o “ensina” a buscar o poder como uma maneira de se colocar em um grau maior de importância em relação às outras pessoas. A maneira brutal como o cego age, principalmente na violência sexual contra as mulheres, também pode ser considerada reflexo da truculência com que foi tratado pelo governo ao ser confinado. Segundo Girard, são esses crimes sexuais que “transgridem os tabus mais rigorosos em relação à cultura considerada” (2004, p. 22). A atrocidade desse ato é tão perturbadora, que desagrega ainda mais a relação entre as mulheres e seus companheiros, e o seu reflexo será sentido, também, em *Ensaio sobre a lucidez*, especificamente no comportamento do primeiro cego, que escreve a carta de denúncia. Percebemos com esse exemplo como a má reciprocidade se dissemina para todos os lados e não apenas nos indivíduos que diretamente rivalizaram por um objeto.

Podemos reconhecer nesse algoz dos cegos a própria figura de uma espécie de bode expiatório que é responsável por um crime (o sexual), mas que, por ironia, quando sacrificado, acaba por expiar o mal da cegueira daqueles cegos que vivem nas camaratas. Assim, é a partir do assassinato dele, cometido pela *mulher do médico*, que outras mulheres se rebelam e ocorre o episódio do incêndio, responsável por livrar os cegos do confinamento, e é justamente a partir da saída que eles recobram a visão. Nesse sentido, podemos considerar o cego mau como sendo uma espécie de bode expiatório do primeiro romance, uma vez que, a partir de seu assassinato e da recuperação da visão, se funda uma nova sociedade, a sociedade de *Ensaio sobre a lucidez*.

Dentro do ciclo que envolve o desejo triangular até a escolha do bode expiatório, Girard afirma que a violência se torna uma espécie de epidemia e que acaba por contaminar a todos que estão a sua volta. (1972, p 46). De fato, em *Ensaio sobre a cegueira*, todas as personagens entram em contato com a violência e a praticam, com maiores ou menores consequências para o convívio em sociedade. Notamos que, nesse ciclo, a violência acaba não fazendo distinção das pessoas que acomete, assim como ocorre com a cegueira. O fato é que, até as personagens principais que fazem parte do grupo da *mulher do médico* acabam cometendo violência entre si. No início do romance, a rapariga dos óculos escuros desfere um golpe de salto alto na perna do ladrão, causando uma ferida que infecciona, levando-o à morte. Ainda mais importante, a violência acomete a personagem principal dos romances, a

mulher do médico, que acaba por matar o cego mau que detém a comida. Este é o caso de má reciprocidade mais importante no romance, responsável por gerar ainda mais violência e que terá reflexos decisivos em *Ensaio sobre a lucidez*.

Em *Ensaio sobre a lucidez*, todo o percurso do desejo triangular, desejo mimético, má reciprocidade e violência se repete, mesmo que de forma um pouco diversa. Nesse romance, o desejo mimético é muito mais evidente do que no romance anterior, ainda que o mediador nem sempre seja explicitado. O objeto de desejo é marcado única e exclusivamente pela obtenção do poder. Ao contrário dos romances estudados por Girard, os livros de Saramago não têm como tema central as relações amorosas, por isso os objetos de desejo são compatíveis com a temática do autor português, estando sempre relacionadas, nestas duas obras, com a questão política.

Girard expõe que as sociedades estão entregues à ambição e à concorrência frenética:

O espírito da concorrência, que se instala desde há muito tempo nas relações no seio das classes dominantes, propagou-se para toda a sociedade e, atualmente, triunfa mais ou menos abertamente em toda a Terra. (...) A despeito da tensão e da agitação que faz reinar por toda a parte, os ocidentais se felicitam, em conjunto, por ter adotado um espírito de concorrência, pois seus efeitos positivos são consideráveis, a começar pela extravagante riqueza de uma grande parte da população. (2001, p. 39).

As duas obras de José Saramago situam-se no século XX e, tanto pelas datas de publicação, quanto pela temática escolhida pelo autor, a política serve como pano de fundo para revelar o espírito de concorrência dos governantes. Assim, o fato de situar seus romances na capital de um país que não é nomeado, possibilita, por várias razões, a identificação de qualquer leitor ocidental, permitindo que Saramago se valha de, como já dissemos, um dos mecanismos mais conhecidos de suas obras a alegoria. Elaborar suas narrativas a partir de acontecimentos vinculados à política, sobretudo a um sistema de governo muito praticado (a democracia), auxilia o autor português a obter maior êxito em sua missão “pedagógica”. Qualquer leitor atento, a partir do momento em que entra em

contato com os dois romances de Saramago, consegue apreender que o enredo baseado nas ações de um governo democrático, mas que age a todo o momento antidemocraticamente, e a atitude dos cidadãos perante as duas situações a que são expostos (cegueira e voto em branco) são para provocar a reflexão. Ainda que ela ocorra de maneira superficial para aqueles que não são atentos à política, os livros desvendam e criticam, por meio da ficcionalização, a perversão existente nela.

Saramago fornece pistas para montar o quebra-cabeça e conseguir, se não identificar, restringir a alguns países ocidentais a sua crítica. Em determinado momento, o autor chega a fazer menção ao povo português, contudo, rapidamente procura desfazer, ironicamente, qualquer aproximação:

Tratou-se de um mero exemplo ilustrativo, nada mais, do qual, apesar da bondade das nossas intenções, nos adiantamos a pedir desculpa, em especial porque se trata de um povo universalmente famoso por ter sempre exercido com meritória disciplina cívica e religiosa devoção os seus deveres eleitorais (2004, p. 94).

É evidente que a experiência para escrever sobre esse regime de governo advém de Portugal, já que é o país de origem do autor e no qual ele sempre militou junto ao partido comunista. Para os leitores assíduos de Saramago, e para aqueles que conhecem a sua biografia, é notório também que a explicação está carregada de ironia, principalmente quando o autor faz uso da expressão “religiosa devoção”. Neste ponto, Saramago parece atacar as duas instituições que mais lhe causaram problemas em Portugal: o governo e a Igreja.

De fato há uma semelhança entre o cenário representado por Saramago e seu país de origem; contudo, diante da própria negação do autor, seria inadmissível afirmar que a narrativa se passa em Portugal. Por outro lado, qualquer leitor que resida em um país que tenha a política semelhante à praticada em Portugal identifica-se com o romance. O país que Saramago (re)cria é caracterizado por possuir o sistema de governo democrático, porém não presidencialista, visto que há a presença do primeiro ministro que parece governar muito mais do que o próprio presidente:

Tem sempre razão, senhor presidente, os seus olhos veem muito mais longe, Sim mas o maior erro da minha vida como político foi permitir que me sentassem nesta cadeira, não percebi a tempo que os braços dela têm algemas, Consequência de o regime não ser presidencialista, Pois não, por isso pouco mais me deixam para fazer que cortar fitas e beijar criancinhas, Agora veio-lhe às mãos uma carta de trunfo, No momento em que a entregar ao primeiro-ministro, passa a ser dele, eu não terei sido mais que o carteiro (SARAMAGO, 2004, p. 190 - 191).

O próprio presidente desse país reconhece que o seu papel dentro do cenário político é limitado e que tal fato o impede de conduzir a situação a sua maneira. Tal limitação revela-se determinante no modo como a situação foi conduzida diante dos votos em branco. Talvez, se coubesse apenas a ele todas as decisões, a violência e o ferimento aos direitos dos cidadãos não se configurassem tão absurdos e abusivos, visto que, a maior parte das decisões partiu do ministro do interior, e não dele. É a limitação política que acende ainda mais o desejo triangular na esfera governamental. Assim, não é apenas com os eleitores, os “brancos”, que o governo disputa o poder e o controle da capital; há a disputa entre os próprios governantes presidente, primeiro ministro e ministro do interior, sendo o último personagem mencionado o principal responsável pelas fundamentais ações desenvolvidas no interior do romance, sobretudo as antidemocráticas e que desvendam, na verdade, a sua falta de caráter do mesmo que inflama todo o tipo de má reciprocidade.

Segundo a teoria de Girard, a crise é desencadeada a partir do desejo mimético e da má reciprocidade que dele resulta. Sendo assim, o estopim para a crise, em *Ensaio sobre a lucidez* reside na falta de caráter do ministro do interior, aliado à disputa pelo poder entre os três personagens que culminará na escolha do bode expiatório. A ambição desenfreada descrita por Girard, que acaba por desestruturar as relações sociais, é representada com veemência nos romances de Saramago.

A responsabilidade pela desestruturação das relações sociais é sempre fruto da má reciprocidade, que, por sua vez, tem início com a mimese do desejo. Ela pode surgir em uma esfera particular entre dois indivíduos que disputam o mesmo objeto de desejo, mas atinge a universalidade quando as pessoas envolvidas representam instituições, classes sociais ou setores da sociedade. No caso de *Ensaio sobre a lucidez*, a má reciprocidade

ocorre de maneira muito singular e é iniciada pelo voto em branco que, a rigor, não deveria ser encarado pelo governo como um ataque pessoal a cada um de seus integrantes. O voto em branco, que deveria unir os representantes do governo em torno de um interesse comum, a manutenção do poder, acaba por torná-los rivais na busca pelo mesmo objetivo.

Assim, a disputa pelo objeto de desejo acaba corroendo as relações entre esses personagens, sobretudo entre o primeiro-ministro e o ministro do interior, que precisam lidar com a situação de maneira mais imediata. Para Girard,

Pelo fato de desejarmos o desejado por um modelo muito próximo de nós no tempo e no espaço, para que o objeto cobiçado por ele fique ao nosso alcance, nós nos esforçamos para tirá-lo dele, e a rivalidade é então inevitável.

É a rivalidade mimética, que pode alcançar um nível de intensidade extraordinário. Ela é responsável pela frequência e intensidade dos conflitos humanos, mas estranhamente, ninguém nunca fala dela. Ela faz tudo para se dissimular, até os olhos dos principais interessados, e geralmente o consegue (2001, p.34).

A rivalidade mimética no romance de Saramago chega a tal ponto que o ministro do interior, apenas para obter êxito frente aos seus colegas, faz uma insinuação perigosa e extremamente importante para o rumo que a narrativa seguirá:

E então, sim rematou o ministro dos negócios estrangeiros, então poderemos, com muito mais propriedade, falar de cargas de profundidade contra estabilidade do sistema democrático, não simplesmente, não meramente, num país, neste país, mas em todo o planeta. O ministro do interior sentia que se lhe estava a escapar o papel de figura principal a que os últimos acontecimentos o haviam alcandorado, e, para não perder de todo o pé, depois de ter agradecido e reconhecido com imparcial galhardia a justeza dos comentários do ministro dos negócios estrangeiros, quis mostrar que também ele era capaz das mais extremas subtilezas de interpretação semiológica (SARAMAGO, 2004, p. 61).

A disputa entre os integrantes do governo, como se vê, se dá no plano ideológico e até mesmo semântico. A partir desse trecho, para continuar mantendo o foco para o que ele considerava grandes feitos, como as perseguições e os interrogatórios aos eleitores, o ministro do interior passa a explicar o verdadeiro significado de se instaurar o estado de sítio naquela capital. Após declararem o estado de exceção sem nenhum sucesso, quando da decisão do ministro da justiça de se implantar o estado de sítio, o ministro do interior faz uma colocação apenas para se igualar intelectualmente ao ministro dos negócios estrangeiros. É durante essa disputa semântica que ele insinua que o estado de sítio é para proteger os cidadãos de ameaças externas, quando a cidade está sediada por inimigos, mas que, neste caso, os inimigos são internos. A declaração de que os inimigos do governo são internos reacende a luz para culpar e perseguir ainda mais os cidadãos da capital, que votaram em branco.

Para Girard, os textos de perseguição revelam a mente dos perseguidores. Sendo assim, pela constituição dos romances de Saramago, pela presença de um bode expiatório, sobre quem incidirá o desejo de vingança de um ministro do interior que não pode se vingar da sociedade como um todo (até poderia, mas não obteve resultados com as suas atitudes), podemos considerar *Ensaio sobre a lucidez* como um texto de perseguição. Esse romance é central para compreendermos como se estabelecem as relações de poder entre os governantes e, conseqüentemente, qual a ideia que Saramago faz dos políticos que compõem o governo. Percebe-se que o autor português ficcionaliza a teoria do bode expiatório para fazer uma espécie de denúncia contra a democracia e os sujeitos corruptos que a compõem. Por essa construção, podemos afirmar que, se o governo elege a *mulher do médico* como o seu bode expiatório, não seria escusado dizer que Saramago constrói as suas narrativas elegendo o dele: a democracia.

Todavia, podemos afirmar que se trata de um texto de perseguição por dois motivos. O primeiro é porque revela o que pensam os perseguidores da(s) vítima(s) expiatória(s), em segundo porque revela o que poderíamos considerar uma perseguição de Saramago aos governantes. Contudo, até que ponto é aceitável a Saramago expor e colocar os representantes dos governos democráticos, ainda que não sejam especificados, como perseguidores e capazes de atitudes tão atroz? O que o autorizaria a conceber deste modo o seu texto, a sua representação, ainda que seja uma ficção? Podemos considerar que é

justamente a função alegórica dos romances de Saramago que o autorizaria a “julgar” e “expor” os governantes. Não se trata de reduzir a literatura do autor a uma função meramente social ou pedagógica, mas não há como não considerar essa característica. Ao mesmo tempo, outra postura do autor em seus romances ajuda a permitir a posição que ele concede ao governo: ele expõe o ponto de vista dos perseguidores, desautorizando, assim a perseguição e, também revela como as vítimas se sentem e se comportam diante do fato.

Ao tratar das mentes persecutórias, Girard apresenta o texto de Guillaume de Machaut (2004, p. 12 e 13) para contrapor a verossimilhança e a inverossimilhança do texto no que se refere à autorização da perseguição aos judeus. Assim, uma acaba agindo contra a outra na representação de um imaginário, ou seja, o que interessa para Girard é discutir e defender o quanto a inverossimilhança do texto, na realidade, denuncia a verossimilhança com a sociedade. Por mais inverossímil que seja o texto de Machaut, a verossimilhança ocorre porque realmente houve perseguição aos judeus.

Podemos pensar os romances de Saramago sob o mesmo viés. Todo o percurso que ele ficcionaliza entre desejo, má reciprocidade, escolha e perseguição do bode expiatório estão cercados por fatos irrealis para a realidade empírica: a cegueira epidêmica e a maciça votação em branco (ainda que essa segunda seja mais crível). São obras que trabalham com inverossimilhança, pela improbabilidade de ocorrerem os eventos-chave que as desencadeiam, ao mesmo tempo em que representam o imaginário dos perseguidores encenados pela figura dos governantes. Devemos salientar que, os fatos são considerados irrealis porque não são passíveis de acontecer em uma sociedade real, por outro lado, tornam-se reais dentro dos romances a partir do momento em que Saramago os ficcionaliza. O que distancia, então, os textos de Machaut e os de Saramago é que aquele opta por se colocar ao lado dos perseguidores, enquanto esse está inteiramente ao lado das vítimas que cria.

Ao lado das questões de verossimilhança, nos convém interrogar até que ponto e de que maneira as narrativas construídas por Saramago podem ser tomadas como possíveis? Ou seja, em que medida o que ele escreve poderia ser tomado como real, excetuando os eventos-chave, de que seus romances podem ser encarados como metáforas da nossa sociedade? O primeiro traço de credibilidade e verossimilhança em *Ensaio sobre a cegueira* e *Ensaio sobre a lucidez* se dá pela escolha temática: a política. Depois pela

alegoria já referida que envolve os governantes e seus eleitores. Ou seja, as narrativas de Saramago são críveis porque, apesar de possuírem eventos fantasiosos, eles estão inseridos na representação de uma sociedade real, na qual há velhos, médicos, prostitutas, governantes agindo no mesmo espaço. E é essa interação que permite a eles partilhar o mesmo objeto de desejo.

O governo deseja o poder, os eleitores colocam um empecilho a sua manutenção ao votarem, maciçamente, em branco. Contudo, não fica muito claro aqui quem seria o mediador desse desejo. Anteriormente, havíamos considerado a possibilidade de a *mulher do médico* ser a mediadora desse desejo, e ela efetivamente o é. Tal afirmação reside no fato de que ela foi a única personagem a não cegar. Nesse momento, percebemos que o desejo de conservar a visão em *Ensaio sobre a cegueira* e o desejo de manutenção do poder em *Ensaio sobre a lucidez* se relacionam. Por não cegar no momento em que todos estiveram cegos, concluímos que a *mulher do médico* possuía uma espécie de poder, uma vez que tinha a vantagem de enxergar em um lugar onde todos lutavam pela sobrevivência e precisavam se adaptar.

A conservação da visão que, a princípio, pode ser considerada uma vantagem para a *mulher do médico*, precisa ser considerada, também sob outro viés. De fato, enxergar naquele momento foi crucial para a sobrevivência tanto dessa personagem quanto das demais que ela auxiliou. Tornar-se cego ocasiona certas dificuldades por questões óbvias, e Saramago coloca a situação sob um ponto ainda mais delicado quando ficcionaliza essa condição, uma vez que os cegos são confinados em um local que desconhecem e necessitam lidar com a adaptação à sua nova realidade dentro de um local estranho. Nesse sentido, o fato de ela enxergar a priva da necessidade de adaptação; por outro lado ela carrega o pesado fardo de ter que cuidar do marido e guiar as outras personagens. Tal fardo torna-se ainda mais pesado quando ela passa a testemunhar a condição animalesca a que estão chegando os indivíduos:

Quando se tornou insuportável, em qualquer sentido, chegar aonde estavam as sentinas, os cegos passaram a usar a cerca como lugar para todos os desafogos e decomposições corporais. Os que eram delicados por natureza ou por educação levavam todo o santíssimo dia a encolher-se, aguentavam conforme podiam à espera da noite, presumia-se que seria

noite quando nas camaratas havia mais gente a dormir, e então lá iam, agarrando à barriga ou apertando as pernas, à procura de três palmos de chão limpo, se os havia entre um contínuo tapete de excrementos mil vezes pisados, e ainda por cima com o perigo de se perderem no espaço infinito da cerca (...) Estes cegos, se não lhes acudirmos, não tardarão a transformar-se em animais, pior ainda, em animais cegos (1995, p. 134).

Pensando na maneira como os cegos se comportam diante da dificuldade de adaptação e das privações por que estão passando, talvez tivesse sido melhor, para a personagem, cegar do que testemunhar toda a situação. Mais do que isso, a vantagem de ser a única personagem a não cegar faz com que ela seja a única testemunha ocular das atitudes dos governantes, o que torna ainda mais tentadora a possibilidade de escolhê-la como bode expiatório.

A despeito de todas essas considerações, tal vantagem, por outro lado, parece ter provocado a inveja de outras personagens, em particular do primeiro cego, que é o autor da carta de denúncia contra ela e, também, do ministro do interior, que é o responsável pelos piores atos de *Ensaio sobre a lucidez* para manter-se no poder. Pois essa personagem abarca, de certa forma, os dois objetos de desejo dos dois romances: a visão e o poder que isso concedeu a ela naquele momento. A posse desses dois objetos torna-a, forçosamente, a mediadora do desejo, fazendo com que ela participe da rivalidade no segundo romance.

Recorremos mais uma vez a Girard na exposição que ele faz do texto de Machaut e os judeus para procurar compreender a forma como Saramago constrói o bode expiatório de seu romance. Ao analisar os escritos de Machaut, Girard afirma que a veracidade das perseguições de Machaut relata se dão porque todo um conjunto de documentos históricos está por trás e “atesta” a veracidade da peste e das perseguições históricas ocorridas. Podemos considerar que, no texto de Saramago, as perseguições se fazem críveis pelo mesmo fato: as pessoas conhecem como age o governo e, pela história mundial, sabem como ele pode se comportar na disputa pelo poder. O autor, por sua vez, constrói o primeiro romance de forma a expor os atos de violência de que o governo é capaz, e que seria um “documento” que atesta tal veracidade. Podemos ir além para demonstrar a credibilidade dos textos do autor português, pois, ao observar as características e o funcionamento das camaratas que criadas em *Ensaio sobre a cegueira*, como não pensar

nos campos de concentração nazistas? Mesmo não se tratando da mesma forma de governo, o nazismo surgiu em uma época de crise e ocorreu a partir da disputa pelo poder. De forma semelhante, o governo que Saramago ficcionaliza, apesar de ter a democracia como forma de governar, tem atitudes tão antidemocráticas e até autoritárias quanto as dos nazistas. Não apenas o nazismo, mas o fascismo italiano, o franquismo espanhol e até mesmo o salazarismo português configuraram-se como movimentos antidemocráticos que tinham o intuito de conter o crescimento do comunismo. Não seria um erro afirmar que os textos históricos sobre esse período do cenário mundial “atestam” a veracidade dos romances de José Saramago. E, assim como os sobreviventes dos campos de concentração testemunham a crueldade sofrida, no caso do romance de Saramago o documento “vivo” da perseguição e das atitudes antidemocráticas do governo é a *mulher do médico*.

O ciclo persecutório é tão crível nas narrativas de Saramago que, quaisquer que forem os objetos de desejo rivalizados, sejam a manutenção da visão ou a busca pelo poder por meio do controle da comida em *Ensaio sobre a cegueira*, seja a manutenção do poder impedida pelos votos em branco de *Ensaio sobre a lucidez*, todos eles, de alguma forma, passam pela *mulher do médico*.

E, então, quando o objeto de desejo já foi mediado e a má reciprocidade chega a contaminar toda a sociedade, chega o momento em que é necessário eleger o bode expiatório. Para que essa escolha seja feita, os perseguidores se convencem de que um ou mais indivíduos são extremamente perigosos à sociedade. Girard denomina esse processo de acusação estereotipada (2004, p.23). Esta ocorre quando os perseguidores, para conseguir tornar a sociedade indiferente, passam a cometer crimes, atribuindo-os à vítima expiatória, de forma que a população se convença da culpabilidade do bode expiatório eleito pelo(s) perseguidor(es).

O processo de escolha e acusação do bode expiatório ficcionalizado por Saramago ocorre de maneira um pouco diversa, até mesmo porque, nos romances do autor, a escolha revelar-se-a tão absurda quanto a acusação de que os judeus envenenavam os leitos dos rios. Como expusemos anteriormente, o autor português não apenas revela a mente do perseguidor, mas acima de tudo, como se sente a vítima expiatória.

Por essas razões, podemos afirmar que a construção se subverte. Os crimes são cometidos pelos perseguidores antes mesmo da escolha material do bode expiatório. A

perseguição e o interrogatório aos eleitores, a bomba que explode no metrô, os boatos de saque à casa dos eleitores que queriam evadir-se da capital com receio dos “brancos”, todos esses crimes foram cometidos antes mesmo que o bode expiatório fosse, de fato, eleito. O ministro do interior fazia questão de frisar que havia a necessidade de um culpado, não importava quem fosse – lembremos-nos de que tal ideia decorreu da disputa semântica com o ministro dos negócios estrangeiros – e todas as decisões que os governantes tomaram advindas do voto em branco eram uma maneira de fazer com que os eleitores se arrependessem e possibilitassem o restabelecimento do poder.

Segundo Girard, os crimes de violência são cometidos justamente por aqueles cuja violação é a mais criminal (2004, p.22), ou seja, por aquelas pessoas que deveriam, de alguma forma, resguardar as outras reis, pais, padres. No caso dos romances de Saramago, a violação ocorre pelas mãos daqueles que, num momento anterior, foram escolhidos pela população para representar os seus interesses.

Assim, o ministro do interior, apoiado pelos demais membros do governo, procurava tornar a sociedade indiferente e levá-la a crer que, estando fora da proteção dos mesmos, corria perigo. Para tanto, já se utilizava de ações criminosas, pensando em inventar um bode expiatório, que poderia ser tanto um grupo de indivíduos, como um só, e que seria acusado pelo motim do voto em branco. O que decide entre um grupo ou um indivíduo é justamente a carta de denúncia escrita pelo primeiro cego de *Ensaio sobre a cegueira*. Mas o que levaria tal personagem a escrever essa carta incriminando justamente a pessoa responsável por ajudar a ele e a esposa no momento em que estiveram cegos?

Anteriormente discutimos a primeira possibilidade de resposta para essa pergunta, que seria a inveja despertada no primeiro cego pelo fato de ser ela a manter a visão e não ele. Essa inveja seria parte preponderante do desejo triangular entre esses dois personagens. No entanto, outro fato é o principal responsável direto pela atitude do primeiro cego. Comentamos os crimes sexuais que, por serem extremamente perturbadores, enfraquecem as relações entre os indivíduos. No caso do romance, o personagem que se sentiu mais atingido por esse crime foi o primeiro cego. Em *Ensaio sobre a cegueira*, quando as mulheres se dispõem a aceitar a exigência feita pelo cego mau de trocar comida por relações sexuais, o primeiro cego foi o único a se colocar contra, proibindo a sua mulher de

participar da troca. Essa contrariedade é preponderante para o esfacelamento dos laços sociais que ocorrerá no segundo romance com o grupo ao qual ele pertencia:

Pode chamar aqui a sua mulher, perguntou, gostaríamos de falar com ela, A minha mulher não está, Quando voltará, Não volta, estamos divorciados, Desde há quanto tempo, Três anos, Vê algum inconveniente em dizer-nos por que se divorciaram, Motivos pessoais, Claro que teriam de ser pessoais, Motivos íntimos, Como em todos os divórcios. (...) Sou uma pessoa de princípios, começou, Estamos certos disso, saltou o agente sem poder se conter, quer dizer, estou certo disso, tive o privilégio de tomar conhecimento da sua carta. (...) Teve tudo que ver com os tais cegos, não pude suportar que minha mulher se tivesse ido meter debaixo daqueles bandidos, durante um ano ainda aguentei a vergonha, mas por fim tornou-se-me insuportável, separei-me, divorciei-me, Uma curiosidade, creio ter-lhe ouvido que os outros cegos cediam comida em paga das mulheres, disse o inspector, Assim era, Suponho, portanto, que os seus princípios não lhe permitiriam tocar no alimento que a sua mulher lhe trouxe depois de se ter ido meter debaixo daqueles bandidos, para usar a sua enérgica expressão. O homem baixou a cabeça e não respondeu (2004, p. 212 - 213).

O trecho transcrito é parte essencial do romance de Saramago, pois demonstra como age o autor da denúncia, bem como a verdadeira face de seu caráter. Descortina, principalmente, o motivo pelo qual houve a degradação dos laços sociais com o grupo do qual fazia parte. Assim, ser um homem de “princípios” faz com que o personagem não suporte o fato de que sua mulher tenha se oferecido junto com as outras em troca de comida. Por outro lado, isso não impediu que ele se alimentasse da comida conseguida em troca da violação. Tal atitude demonstra que o seu caráter era inviolável apenas no que se referia a benefícios próprios e o fato responsável por esfacelar a relação entre marido e mulher acabou se refletindo na relação com os demais integrantes do grupo:

Mantiveram relações com as pessoas do grupo depois da situação se ter normalizado, Sim, como era natural, E ainda as mantêm, Com exceção

do primeiro cego, sim, Porquê essa exceção, Não era uma pessoa simpática, Em que sentido, Em todos, É demasiado vago, Admito que o seja, E não quer precisar, Fale com ele e faça o seu próprio juízo (2004, p. 231).

O médico oftalmologista, quando interrogado pelo comissário, revela a antipatia pelo primeiro cego. Assim, ao se divorciar da mulher, o primeiro cego acaba por se separar do grupo e, se havia algum pacto de silêncio entre os componentes do grupo que os impedia de falarem sobre o assunto, deixando de revelar a manutenção da visão e o assassinato cometido pela *mulher do médico*, o primeiro cego não era mais “obrigado” a cumpri-lo. Pode-se considerar a carta de denúncia que partiu do primeiro cego como vingança por não pertencer mais ao grupo. E é o fato de se separar da esposa por vergonha e a revelação do segredo da personagem que foi tão fundamental para a sua sobrevivência que fizeram com que ele ficasse desprestigiado perante seu grupo e, até mesmo, entre os investigadores da polícia. Conhecer o caráter do primeiro cego auxiliou os policiais contratados pelo ministro do interior para investigar a *mulher do médico* a não acreditar na culpabilidade da mesma.

Contudo, a carta de denúncia surge precisamente no momento em que o governo precisava encontrar uma justificativa razoável para as ações que vinha cometendo. Unem-se, então, três necessidades do governo: justificar seus atos; encontrar um bode expiatório para acusar; materializar a culpa desse bode expiatório. A partir dessa carta, presenciamos no romance o desencadear do ciclo que irá eleger a *mulher do médico* como bode expiatório.

Portanto, o mecanismo que se faz necessário a partir da eleição do bode expiatório para que o ciclo seja completo é a materialização do crime que ele cometeu. Assim, se durante a peste negra, para materializar o crime, acusar os judeus e persegui-los, os leitos dos rios eram envenenados, a fim de responsabilizá-los pela peste. Ou seja, trata-se de lançar sobre eles a acusação de fatos reais porque, antes disso, não era possível encontrar atividades criminais nos mesmos.

De forma semelhante, tanto a cegueira quanto o voto em branco são vistos pelas personagens de Saramago como uma epidemia que pode contaminar a todos (o que realmente ocorre no caso da cegueira), podemos, então, deslocar essa constatação da materialidade que Girard propõe para a nossa leitura do romance de Saramago, uma vez

que os representantes do governo materializam a culpa no fato de a *mulher do médico* não cegar, relacionando absurdamente esse fato com o voto em branco.

A teoria de Girard sobre o bode expiatório evidencia que, na construção desse ciclo, as violências coletivas ocorrem quando há a justaposição de vários estereótipos. Para ele, as vítimas são escolhidas não pelos crimes que cometeram, mas por tudo o que sugere sua afinidade com a crise. O sentido da operação, da perseguição, é o de responsabilizar as vítimas pela crise e destruí-las ou expulsá-las da comunidade que elas poluem (2004, p.33).

Quais seriam, então, os estereótipos que a *mulher do médico* carrega que permitem ao ministro do interior sugerir a sua afinidade com o voto em branco? No caso dessa personagem, podemos seguramente afirmar que ela abarca diversos estereótipos que são apresentados pela teoria de Girard. O primeiro estereótipo, como já foi mencionado, é a manutenção da visão, porém, não se trata de uma construção estereotipada tão superficial como nos parece à primeira vista. Há a culpabilidade pelo assassinato do cego mau quando estiveram confinados, crime esse ao qual o governo também procura atrelar a responsabilidade pelo voto em branco. Quando se trata da eleição do bode expiatório, importa menos o crime de que é alguém acusado, do que a sua pertinência como bode expiatório. O que ocorre fatalmente com a *mulher do médico* é que não se trata propriamente do assassinato que ela cometeu, mas sim da necessidade do governo de usar alguém para justificar as suas atitudes descabidas.

Ao tratar dos estereótipos, Girard afirma que as minorias étnicas e religiosas são especialmente vítimas das ações persecutórias, bem como as pessoas com deficiência física, e os enfermos que têm a atenção voltada para eles. Pode ocorrer, também, que, em razão da necessidade da escolha de um bode expiatório que aplaque a violência, os indivíduos acabem escolhendo as suas vítimas em certa categoria social, ao mesmo tempo em que atribuem deformações e enfermidades que reforçam a atenção voltada a elas e que justifique a escolha.

Diante de uma sociedade cega, podemos considerar que o diferente, aquele que destoa, é justamente o que enxerga. Seria essa “deficiência física” da *mulher do médico* a visão.

Disse que iria fazer tudo quanto estivesse ao seu alcance para desviar daquele lugar e daquelas pessoas as mais do que inquietantes atenções de seus superiores, mas que não garantia que fosse capaz de o conseguir, disse que lhe haviam dado o curtíssimo prazo de cinco dias para concluir a investigação e que de antemão sabia que só lhe aceitariam um veredito de culpabilidade, e disse mais, dirigindo-se à mulher do médico, A pessoa a quem querem transformar em **bode expiatório**, com perdão da óbvia impropriedade da expressão, é a senhora, e também, por tabela, possivelmente, o seu marido, quanto aos restantes não creio que no imediato corram um perigo real, o seu crime, minha senhora, não foi ter assassinado aquele homem, o seu grande crime foi não ter cegado quando todos nós éramos cegos, **o incompreensível pode ser desprezado, mas nunca o será se houver maneira de o usarem como pretexto.** (2004, p. 251 - 252 grifos nossos)

O próprio comissário responsável por investigá-la reconhece o absurdo em atrelar a manutenção da visão com o voto em branco, mas admite que a escolha já foi feita e que a marca vitimária apenas auxiliará na justificativa da escolha. E denuncia a possibilidade de o marido, o médico oftalmologista, também sofrer as consequências da acusação, o que de fato ocorrerá no desfecho da narrativa. De fato, ele sofre os efeitos de ter a mulher eleita como bode expiatório, ainda que eles não fiquem evidentes. Antes de sua esposa ser assassinada dentro de casa, o médico é levado para “interrogatório” por um policial, ficando evidente a intenção de retirá-lo do local para que o assassinato contra sua mulher seja cometido, sem, contudo, evidenciar o seu destino depois que é levado de casa. Ele pode tanto ter sido assassinado, sofrendo diretamente as consequências da escolha do bode expiatório, como sofrer indiretamente, pela execução de sua mulher.

A *mulher do médico* possui, porém, mais marcas vitimárias além da visão. Outra deficiência que se revelará tão importante quanto o fato de não cegar é o seu caráter. A personagem, desde *Ensaio sobre a cegueira* demonstra caráter e abnegação inabaláveis quando decide ir para o confinamento com o marido, fingindo, para isso, estar cega; o cuidado que ela tem com ele dentro da camarata, ajudando-o a se adaptar; a proteção ao seu grupo, auxiliando-o a se guiar e alimentar – vale ressaltar que nesse romance a personagem

possui um destaque maior, uma vez que é através dela que o leitor pode compreender como se sentem os confinados, bem como o grau de miséria a que chegam.

Em relação às marcas vitimárias e o seu caráter de configuração, Girard explica que “Não é apenas no domínio físico que pode haver anormalidade. É em todos os domínios da existência e do comportamento. E é igualmente em todos os domínios que a anormalidade pode servir de critério preferencial na seleção dos perseguidos” (2004, p. 27).

O caráter da *mulher do médico* seria a sua “anormalidade” que acaba por reforçar uma constante dos romances de José Saramago a presença de uma personagem feminina forte e central. Podemos encontrar outros exemplos, em sua literatura, de mulheres desse tipo, entre outras citamos Blimunda, de *O memorial do convento* (1982), que se coloca em igualdade com Baltazar, contradizendo a ideia de mulher que se submete ao homem, e a Joana Carda, de *A jangada de Pedra* (1986), que, após perder o marido, destaca-se por suas atitudes no interior de seu grupo (outros três homens).

A todo o momento, no decorrer de *Ensaio sobre a cegueira* e *Ensaio sobre a lucidez*, Saramago faz chegar até o leitor, por meio da fala dos outros personagens, o caráter da *mulher do médico*, que é digna de prestígio perante os seus amigos: “Se a senhora, que é tão forte”; “A senhora é muito boa” (1995, p. 100 - 101) – palavras da rapariga dos óculos escuros se dirigindo à *mulher do médico*; e mais:

uma pessoa extraordinária como nunca havia conhecido outra na vida, em tudo fora do comum, tenho a certeza de que se não fosse por ela, não estaria aqui a conversar consigo, salvou-nos a todos, e não foi só por ter nos salvo, fez mais, protegeu-nos, alimentou-nos, cuidou de nós. (2004, p. 238)

Esse trecho refere-se à fala da mulher do primeiro cego, quando interrogada pelo comissário que, posteriormente, parece ter se enfeitiçado pela *mulher do médico*, chegando a referir-se a ela como um “tesouro” (2004, p. 278). No entanto, em *Ensaio sobre a lucidez*, o caráter dessa personagem, que é digno de elogios por parte dos demais, acaba se tornando um desvio. Comportar-se de maneira exemplar, ser lúcida e forte, passa a ser encarado como uma deformação para os integrantes do governo que se revelam, na maioria das vezes, desprovidos de boa índole, como é o caso, principalmente, do ministro do interior.

Essa dualidade entre as duas personalidades da *mulher do médico*, que era “uma pessoa absolutamente fora do comum” (2004, p 243), *versus* o ministro do interior acaba em uma esfera global representando o contraponto entre governantes *versus* eleitores que votaram em branco. Saramago faz questão de ressaltar, também, por meio da observação dos outras personagens o caráter duvidoso do ministro do interior:

Conhecendo o ministro do interior tão bem como conhecia, um pouco menos sanguinário que o drácula, mas muito mais teatral do que rambo...

(...)

Conhecia de sobra o seu ministro do interior e sabia que iria pagar por não ter acatado as instruções que dele tinha recebido, as expressas, mas sobretudo as subentendidas (2004, p. 197, 274).

Quando discute os estereótipos existentes e que marcam as vítimas expiatórias, Girard divide-os em alguns grupos. O fato é que possuir apenas uma das marcas vitimárias já seria o suficiente para que um indivíduo fosse eleito bode expiatório. No caso de *Ensaio sobre a cegueira*, como expusemos, o cego mau acaba por se tornar uma espécie de bode expiatório daquela microssociedade que se forma dentro das camaratas, porque comete o crime de violência sexual que desagrega ainda mais as relações. A marca vitimária dele seria real e única, por assim dizer, tratava-se de um indivíduo realmente culpado de seu crime, sendo isso razão suficiente para acusá-lo e matá-lo, para expiar o mal daquele lugar. Recordemos-nos de que ele foi morto pelo bode expiatório do governo, e esse sim carrega diversas marcas vitimárias, porém, diferentemente do cego que assassina, o crime que cometeu é o que menos importa em sua configuração como vítima expiatória.

Girard aponta que os excluídos da sociedade, os menos favorecidos, também podem ser escolhidos como vítimas expiatórias. Observando atentamente a construção que Saramago faz da *mulher do médico*, encontramos relação com mais esse traço vitimário. Discutimos a excepcionalidade dessa personagem que não cegou, igualmente excepcionalidade do seu caráter. Falta-nos, contudo, apontar para o traço que vai de encontro à característica dos romances de Saramago. Observamos alguns casos de mulheres fortes de seus livros, particularmente nos dois aqui estudados. Contudo, é justamente o seu gênero que também pode ser considerado uma marca vitimária. Nos

romances do autor, ser mulher é uma vantagem perante o autor; contudo essa prerrogativa nem sempre ocorre perante os demais personagens.

O desprestígio de gênero não precisa ser amplamente discutido aqui para que consigamos, sem dificuldades, estabelecer um paralelo direto entre essa marca vitimária e a *mulher do médico*. Dessa forma, o fato de pertencer ao gênero feminino e demonstrando vantagens e a força que os homens da narrativa não possuem, acaba por rasgar o seu “manto de proteção” colocado por Saramago, expondo-a à barbaridade de um homem cruel o ministro do interior. O que, por sua vez, cria um ciclo e acaba por reforçar a “sacralidade” dessa personagem na obra do autor.

Percebemos, então, que a carta de denúncia enviada pelo primeiro cego, atrelada às três principais marcas vitimárias que a personagem possui, são mais do que suficientes para que ela seja eleita o bode expiatório do governo, mais precisamente, do ministro do interior. Contudo, nenhuma das marcas vitimárias que ela possui são tão importantes quanto a carta de denúncia. A denúncia foi feita e o ministro do interior se decidiu pela acusação da personagem. Mas as marcas vitimárias ajudam na construção que Saramago faz do seu bode expiatório e servem para que o governo autorize perante a sociedade a sua perseguição.

que não estava a cumprir essas ordens porque não acreditava que a mulher do médico, pelo facto de não ter cegado há quatro anos, fosse agora culpada de terem votado em branco oitenta e três por cento da população eleitora da capital, como se a primeira singularidade a tornasse automaticamente responsável da segunda. Nem ele acredita, pensou, a ele [o ministro do interior] só lhe interessa um alvo qualquer a que apontar, se falhar este procurará outro, e outro, e outro e tantos quantos forem necessários até acertar de vez, ou até que as pessoas a quem pretende convencer dos seus méritos acabem por se tornar, pela repetição, indiferentes aos métodos e processos usados (2004, p. 254 - 255).

Quando os perseguidores escolhem a(s) sua(s) vítima(s), eles precisam convencer a população do(s) crime(s) cometido(s), materializando-o(s), como já mencionado. Envenenar o leito dos rios foi a maneira encontrada na perseguição aos judeus, bem como

a justificativa de que era necessária a purificação da raça ariana. Naquela época, os cidadãos e, conseqüentemente os governantes, não contavam com a força poderosa e devastadora que no século XX e, sobretudo no XXI, eles podem contar os meios de comunicação.

Reconhecemos hoje a importância que esses meios – seja o rádio, a televisão ou a imprensa escrita – têm de influenciar e mobilizar a população de maneira positiva ou negativa, dependendo do referencial adotado. Na configuração política atual, a imprensa, de maneira geral, serve mais aos governantes do que à população, o caráter imparcial é amplamente debatido em diversos países. Além dos meios de comunicação estatais, que servem diretamente ao governo ao qual estão atrelados, sabe-se dos arranjos e acordos existentes por detrás dessa relação entre governo e imprensa. Tal crítica não poderia passar despercebida por um escritor ligado às questões políticas. Exatamente por isso, a ficcionalização de um governo democrático falho não poderia deixar de atrelar e tratar do uso que é feito dos meios de comunicação em favor daqueles que governam.

Na construção do mecanismo de perseguição, de *Ensaio sobre a cegueira*, a imprensa exerce papel fundamental e serve, de forma geral, como boneco de fantoche na mão dos governantes. Diante da necessidade de justificar as atitudes descabidas que tomou diante do voto em branco a implantação do estado de exceção, do estado de sítio e, por fim, o abandono da capital, deixando a mesma de ser a sede do governo para que essa fosse ser instalada em outro local o governo usa a mídia a seu bel prazer para plantar notícias, fazer comunicados e, conseqüentemente, procurar manipular a população.

Na mesma linha de acção alarmista, um jornal que desde a sua fundação se tinha especializado no ofício de amplificador das estratégias e táticas governamentais, fossem quais fossem as suas cores partidárias, do meio, da direita e dos matizes intermédios, publicava um editorial assinado pelo director em que se admitia como muito provável que a rebeldia dos habitantes da capital viesse a terminar num banho de sangue se estes, como tudo fazia esperar, não viessem a depor sua obstinação (2004, p. 103).

Até o fim do romance, perceberemos que o governo utiliza a imprensa a todo o momento para plantar notícias e comunicados que justificassem as suas atitudes. Contudo, nenhuma das tentativas obteve sucesso diante da necessidade de justificar todas as insanidades cometidas. Por fim, como última cartada, quando a carta de denúncia é enviada aos seus destinatários, surge a ideia de lançar um comunicado à população (que foi jogado na cidade por helicópteros), atrelando o voto em branco à *mulher do médico*, bem como notícias nos jornais da capital. O objetivo era utilizar os meios de comunicação para materializar a culpabilidade da personagem, porém, mais uma vez, a estratégia falha. E é nesse momento que o mecanismo de construção do bode expiatório de Saramago surpreende.

A teoria do bode expiatório explicada por Girard revela todo o mecanismo persecutório como um ciclo, no qual cada uma das fases funcionaria em “efeito dominó”, ou seja, uma aconteceria em decorrência da outra. Sabemos que o início se dá com o desejo triangular (desejo mimético), passando pela má reciprocidade que desencadearia uma crise, a escolha do bode expiatório e a materialização da sua culpa e, por fim, o sacrifício ou eliminação dessa vítima expiatória que expurgaria os “pecados” da sociedade, garantindo, assim, o regresso à ordem. Podemos afirmar que é um “desajuste” na configuração desse mecanismo persecutório que torna a construção de Saramago surpreendente e que, por fim, reforça a nossa teoria de que seus romances são escritos, acima de tudo, para criticar os governantes.

Considerando o mecanismo persecutório descrito anteriormente – ainda que de forma genérica –, esperaríamos que, após a materialização da culpa do bode expiatório, a população aceitasse as justificativas e participasse da perseguição à vítima expiatória. Para Girard, a multidão tende sempre à perseguição, uma vez que, “**não podendo agir sobre as causas naturais**, ela procura uma causa acessível que satisfaça seu apetite de violência, pois querem **purificar a comunidade de elementos impuros que a corrompem**” (2004, p.23 grifos nossos).

No caso de *Ensaio sobre a lucidez*, sabemos que a “causa natural” que desencadeia a crise é o voto em branco. A opção por votar em branco partiu da população que, insatisfeita com o governo, almeja uma mudança. Podemos considerar, dessa forma, que a população poderia facilmente agir sobre o motivo que desencadeou a crise. Para isso,

bastaria que ela, na repetição das eleições, tivesse escolhido um dos partidos, ou ainda, quando já desencadeada a crise, atendesse ao apelo dos governantes e agisse da forma como eles quisessem. É por isso que essa crise se configura de maneira distinta, pois os “responsáveis” por desencadeá-la são perfeitamente capazes de dar um fim a ela, ainda que, para isso, fosse necessário ir contra o que acreditam, ou seja, eles têm controle sobre a causa que pesa sobre eles. Sendo esses cidadãos os “responsáveis pela crise” do voto em branco, conseqüentemente eles não necessitam expulsar nenhum elemento que corrompe a comunidade, uma vez que, para isso, teriam de expulsar 80% da população da capital do país.

A princípio, as duas razões apresentadas seriam suficientes para justificar que a população representada em *Ensaio sobre a lucidez* não teria motivos para tender à perseguição dessa vítima expiatória que, como vimos, foi escolha do ministro do interior. Assim, se no primeiro romance a violência é disseminada à medida que a cegueira se propaga entre os cidadãos, agora ocorre uma inversão: a população se distancia da violência à medida que o governo tenta implantá-la.

Para Girard, é difícil reagir à má reciprocidade, uma vez que “é mais fácil agir violentamente do que apaziguar o desejo pela violência” (1972, p. 12). O que Saramago faz, em *Ensaio sobre a lucidez*, é subverter um pouco a teoria da forma como a conhecemos. O que ocorre então é que, quanto mais violentamente o governo age sob o comando do ministro do interior, quanto mais ele procura rivalizar com os cidadãos na manutenção pelo poder, agindo de maneira violenta e negativa, mais os cidadãos agem civilizadamente, não se deixando contaminar pela violência que cai sobre eles.

Dessa forma, na construção e representação que o autor português faz em seu segundo romance, fica explícita uma inversão e indagação à teoria de Girard. A má reciprocidade é sempre recebida com má reciprocidade? Seria impossível combatê-la sem a existência de um bode expiatório? Levando em conta os romances de Saramago, constatamos que a resposta para a primeira pergunta é negativa e, para a segunda, afirmativa em termos. Vamos justificar cada uma das respostas, por partes para facilitar a compreensão.

Em relação à má reciprocidade, observamos que, em *Ensaio sobre a lucidez*, ela encontra eco apenas nas atitudes dos governantes, uma vez que, na disputa pelo poder eles

agem violentamente entre eles mesmos. Percebemos que entre o presidente, o primeiro-ministro e o ministro do interior um desprestigia as ações cometidas pelo outro, mesmo que para isso, eles precisem agir um contra o outro e, em algumas vezes, contra o próprio sistema de governo.

No entanto, se deslocarmos o desejo triangular para os eleitores e governantes perceberemos que o mesmo não acontece. Ou seja, mesmo o governo agindo violentamente contra a população, a má reciprocidade não é devolvida pelo contrário, quanto mais violenta é a atitude cometida pelo governo, mais pacificamente os cidadãos agem. Na verdade, a ideia do governo era exatamente essa: tratando com brutalidade os cidadãos, os mesmos acabariam por se revoltar e passariam a agir violentamente não apenas contra o governo, mas, sobretudo, contra eles mesmos para que se justificasse a necessidade de alguém que os governasse.

Essa falta de má reciprocidade entre os eleitores e os governantes é o ponto central do mecanismo persecutório encontrado na obra de Saramago, bem como primordial para compreendermos a construção do bode expiatório do autor. Faz-se necessário estabelecermos, neste ponto, um paralelo entre o título dos dois romances e como eles refletem a crítica que Saramago faz ao governo.

Em *Ensaio sobre a cegueira* concluímos, partindo das afirmações do próprio autor, de que se tratava de uma cegueira metafórica – ainda que as personagens tenham se comportado como cegos no decorrer da narrativa, passando pelas adaptações e privações apresentadas –, caracterizada mais pela incapacidade de os indivíduos enxergarem a sua falta de cidadania, bem como os abusos cometidos pelos governantes. O livro é marcado, sobretudo, pela ficcionalização da necessidade de o ser humano contar com o outro, por meio da empatia, solidariedade, abnegação para conseguir sobreviver. Sabendo da intenção alegórica presente nos romances do autor, teremos a continuidade dessas “lições” em *Ensaio sobre a lucidez*. Podemos considerar que esse livro é quase uma função metalinguística do texto. Tendo passado por toda aquela situação de abandono, beirando a animalização, os cidadãos “aprendem a lição” do próprio autor e passam a se comportar de maneira diversa, ou seja, são incapazes de reagir negativamente, pois abandonaram a **cegueira** e passaram a agir com a **lucidez**. A primeira manifestação que essas personagens dão de estarem lúcidas é o voto em branco:

explicar que as intenções das pessoas que haviam votado em branco não eram deitar abaixo o sistema e tomar o poder, que aliás não saberiam que fazer depois com ele, que se haviam votado como votaram era porque estavam desiludidos e não encontravam outra maneira de que se percebesse de uma vez até onde a desilusão chegava, que poderiam ter feito uma revolução, mas com certeza iria morrer muita gente, e isso não queriam, que durante toda a vida, pacientemente, tinham ido levar os seus votos às urnas e os resultados estavam à vista (2004, p. 101).

Podemos agora nos permitir fazer algumas conjecturas sobre os romances do autor. A lacuna de publicação entre um livro e outro é de quase dez anos. Contudo, Saramago diminui essa lacuna no interior de sua ficção. O tempo entre a cegueira de antes e o voto branco de agora é de quatro anos. Sabendo que em um sistema democrático as eleições presidenciais ocorrem no mesmo intervalo de tempo, enquanto leitores podemos criar a nossa própria ficcionalização do que se passou naquele intervalo de quatro anos em que nada nos foi contado. Entretanto, pela maneira como Saramago cria os acontecimentos de *Ensaio sobre a lucidez*, podemos inferir que, assim que recobramos a visão ao final do primeiro romance, o mesmo governo foi mantido. Estaríamos, então, diante da primeira eleição depois do momento em que ficaram cegos? Tal fato explicaria o descontentamento presente entre os eleitores, bem como a reflexão transcrita anteriormente e a atitude que eles têm agora, se negando participar da má reciprocidade a que são convidados pelo governo, pois sabem as consequências de atos violentos. O voto em branco, dessa forma, seria a negação da violência e o protesto contra os abusos cometidos pelos governantes no primeiro romance.

É assim que, cada vez mais, os eleitores ficcionalizados por Saramago frustram o mecanismo persecutório proposto pelo ministro do interior. E isso ocorre antes mesmo que tal ministro tenha recebido a carta de denúncia e eleito a *mulher do médico* como bode expiatório.

Depois de demonstrar lucidez por meio do voto, ratificam-na diversas vezes no decorrer do romance, respondendo sempre de maneira pacífica às atitudes dos governantes: portam-se civilizadamente quando o governo implanta o estado de exceção e,

posteriormente, o estado de sítio; agem da mesma maneira exemplar quando o governo abandona a capital administrativa indo instalar-se em outro local, deixando os eleitores abandonados; quando o ministro do interior manda explodir a bomba no metrô, eles manifestam-se pacificamente; quando os 27% dos eleitores que votaram em algum partido resolvem, também, abandonar a capital e, são obrigados a retornar por ordem do próprio governo, os “brancos” recebem-nos auxiliando-os no regresso à casa.

Para ficcionalizar as atitudes lúcidas dos eleitores, Saramago se vale de algumas “imagens” simbólicas, repletas de significado. A mais significativa delas aparece no momento em que os governantes estão a abandonar a capital:

Às três horas menos quinze minutos, quando ao longo dos vinte e sete percursos já as forças do exército e da polícia se encontravam estrategicamente distribuídas, não esquecendo os carros de assalto que dominavam os cruzamentos principais, foi dada a ordem de reduzir a intensidade da iluminação pública em toda a capital como maneira de cobrir a retirada...

(...)

... À medida que os automóveis iam avançando pelas ruas, acendiam-se nas fachadas, uma após outras, de cima a baixo, as lâmpadas, os candeeiros, os focos, as lanternas de mão, os candelabros, quando os havia, talvez mesmo alguma velha candeia de latão de três bicos, daquelas alimentadas a azeite, todas as janelas abertas e resplandecendo para fora, a jorros, um rio de luz como uma inundação, uma multiplicação de cristais feitos de lume branco, assinalando o caminho, apontando a rota de fuga para os desertores para que não se perdessem... (2004, p. 82 - 83).

Dessa forma, nos trechos transcritos é possível perceber que a ordem de diminuir as luzes, que parte dos governantes, enquanto deixam a capital, seria uma metáfora para o fato de ainda se portarem como cegos, pois o que procuravam encobrir, na verdade, eram os seus atos. Enquanto isso, os eleitores agem às claras, metaforizando a claridade em lucidez, quando não mais precisam esconder os seus atos. Mais do que isso, parecem

querer indicar a lucidez, acendendo as suas luzes para os governantes que estão fugindo da capital.

Sendo a quebra da má reciprocidade por parte dos eleitores o ponto crucial que conferirá à construção do bode expiatório de Saramago um caráter um pouco diverso da teoria apresentada por Girard, a materialização e a aceitação da vítima expiatória por parte dos cidadãos também não poderiam deixar de sê-lo.

Recorremos à imagem do “efeito dominó” para caracterizar o mecanismo persecutório, e podemos afirmar que ele também estará presente, sob outra forma, na construção de Saramago. Traçando o percurso exposto pela teoria de Girard, sabemos que esse seria o momento no qual a população deveria aceitar e acatar o bode expiatório, autorizando, ou até mesmo auxiliando, a sua expiação ou eliminação. Contudo, para indivíduos lúcidos, acreditar na relação entre a manutenção da visão e o encabeçamento do voto em branco por parte da *mulher do médico* seria absurdo. Na verdade, há um erro grotesco na ideia dos governantes ao procurar materializar o crime da vítima expiatória que escolheram: dizer que ela era a responsável pelo voto em branco, justamente para as pessoas que votaram em branco e que sabiam tê-lo feito por vontade própria.

Eu não sei o que o senhor pensa, mas essa história da mulher que dizem não ter cegado parece-me uma aldrabice de marca maior inventada para vender jornais, se eu fiquei cego, se todos ficamos cegos, como é que essa mulher continuou a ver, é uma balela que não entra na cabeça de ninguém, E isso que dizem de ser ela a causadora do voto em branco, Essa é outra, uma mulher é uma mulher, não se mete nessas coisas, ainda se fosse um homem, vá que não vá, poderia ser, agora uma mulher, pfff... (2004, p. 294 - 295).

Toda a sucessão de atitudes tomadas por parte do governo, com a ajuda de alguns meios de comunicação, não alcançou, pelas razões discutidas, o objetivo desejado. O descrédito na culpabilidade da *mulher do médico* se dá por diversas razões, algumas delas representadas na fala do taxista ao conversar com o comissário sobre a notícia plantada

pelo governo, expondo a foto da *mulher do médico* e atrelando ao fato de ela não ter cegado a culpabilidade pelo voto em branco.

Assim, quando o bode expiatório é aceito pela multidão, a consequência seria a perseguição coletiva que o sacrificaria ou expulsaria da comunidade, com o objetivo de regressar à ordem, atitude que seria cometida a bem da comunidade. Mas em uma comunidade que não aceita a culpabilidade do bode expiatório que foi eleito, o que acontece?

Girard explica que “as multidões se voltam contra as pessoas que exerceram sobre elas um empreendimento excepcional” (2004, p 28). Tal afirmação vem de encontro à teoria de Girard segundo a qual quando os perseguidores não conseguem justificar os motivos de sua perseguição, a população acaba por se voltar de forma violenta contra eles. Seria o que ele chama de “santa revolta dos oprimidos” (Girard, 2004, p. 28), que se configuraria justamente por transformar os perseguidores em perseguidos.

Ainda que não se voltem contra os perseguidores de maneira violenta, há uma oposição que é expressa pelas atitudes. Assim, os eleitores vão, a todo o momento, contra aquelas ações praticadas por aqueles que os governam, para demonstrar que não participam da escolha do bode expiatório eleito pelo ministro do interior. Dessa forma, se o ministro do interior não titubeia diante da primeira oportunidade concreta que aparece para que ele justifique as suas decisões e a crise que abalou toda a comunidade – aceitando, para isso, a denúncia absurda advinda de uma carta –, a população age da mesma forma ao acreditar piamente no relatório sobre a espionagem que o comissário escreve e publica no jornal. Assim, se o governo tem um informante da mentira (o primeiro cego que escreve a carta acusando a *mulher do médico*), que procura obscurecer ainda mais os acontecimentos, os eleitores “brancos” também o têm. No entanto, esse informante (o comissário responsável por investigá-la e que não acredita na sua culpabilidade) partilha da mesma lucidez que os cidadãos da capital. Por isso, na configuração do bode expiatório de José Saramago, a população lúcida faz mais do que não aceitar a escolha da vítima expiatória: ela ajuda a desautorizar a escolha, fazendo cópias do relatório de investigação para distribuí-lo a todos os cidadãos, quando o governo manda recolher e fechar o jornal que o publica:

estes homens e estas mulheres que andam a distribuir uns pequenos papéis que as pessoas param a ler e logo guardam no bolso, agora mesmo acabaram de entregar um ao comissário, e é a fotocópia do artigo do jornal apreendido, aquele que tem o título de Que Mais Nos Falta Saber, aquele nas entrelinhas conta a verdadeira história dos cinco dias, então o comissário não consegue reprimir-se, e ali mesmo, como uma criança, desata num choro convulsivo (...) alguém de um andar alto deste prédio lança um punhado de papéis, e outro, e cá em baixo as pessoas levantam os braços para agarrá-los, e os papéis descem, adejam como pombos, e um deles descansou por um momento no ombro do comissário e resvalou para o chão. Afinal, ainda nada está perdido, a cidade tomou o assunto nas mãos, pôs centenas de máquinas fotocopadoras a trabalhar, e agora são grupos animados de raparigas e de rapazes que andam a meter os papéis nas caixas de correio ou entregá-los às portas, alguém pergunta se é publicidade e eles respondem que sim senhor, e da melhor que há (2004, p. 311 - 312).

Quando procura desautorizar a escolha do ministro do interior, se colocando contra a posição dele, a população se vale das mesmas “armas” que os governantes. Primeiramente, o comissário consegue publicar a sua carta em um jornal que não se prestava a favores para o governo – um dos poucos como o narrador faz questão de frisar – assim como o fez os governantes para divulgar a culpabilidade da *mulher do médico*. Posteriormente, quando fazem fotocópias que, à semelhança dos comunicados lançados por aviões a mando do presidente, a população lança os seus do alto dos prédios. O que difere as atitudes de um e de outro lado é a lucidez demonstrada.

Percebemos pela teoria de Girard e pelos textos que ele nos apresenta em seus livros que, quando uma comunidade se vê diante de uma crise, ela tende, geralmente, a se comportar de maneira uniforme. Ou seja, sendo a crise desencadeada por fatores internos ou externos, a comunidade precisa se reorganizar para lidar com ela, ainda que, para isso, tenha que passar por todo o ciclo do mecanismo mimético. Esse caráter postural apresentado por Girard nos permite pensar os romances de Saramago sob esse viés que atestará a teoria que temos de que a construção de seu bode expiatório converge para a crítica que faz aos governantes, sobretudo à democracia.

Em *Ensaio sobre a cegueira*, todos os indivíduos agem, de fato, da mesma maneira quando a crise – cegueira epidêmica – é desencadeada. Ainda que a atitude daqueles que representam o governo seja mais brutal, a cegueira acaba por acometer a todos (quase todos), sem distinção. Dessa forma, percebe-se, no decorrer da narrativa, que os indivíduos cegos, e mesmo a *mulher do médico*, procuram uma maneira de sobreviver à cegueira e todos os acontecimentos decorrentes dela. Pelo fato de tratar-se, como já discutido, de uma cegueira metafórica, as personagens são iguais, pois mesmo aqueles do grupo da *mulher do médico* que demonstram, por vezes, um comportamento mais moral, acabam por cometer suas falhas.

Por outro lado, em *Ensaio sobre a lucidez*, as personagens não lidam da mesma maneira com a crise desencadeada pelo voto em branco. E nesse fato residirá a crítica de Saramago, pois são justamente os governantes que têm dificuldade em aceitar a lucidez, mesmo diante da alegoria proposta pelo autor no primeiro romance. É como se Saramago procurasse, ao mesmo tempo em que narra e ficcionaliza os acontecimentos, dialogar com seus personagens, procurando ensinar-lhes algo. Nesse romance, a princípio, apenas os eleitores que votaram em branco estão lúcidos, uma vez que os outros que escolheram um partido são coniventes com as atitudes tomadas pelos governantes.

Dessa forma, o voto em branco que desencadeia os eventos do romance é compreendido de maneira distinta por governantes e eleitores. O fato de votar em branco para os cidadãos não configura, necessariamente, um problema. Por outro lado, gera uma crise governamental, pois impõe a impossibilidade de manutenção do poder. Enquanto o governo, na tentativa de manter o poder, acaba por tornar o problema maior do que é, a população continua agindo exemplarmente. E, ao invés de dialogar com o povo, procurando entender as reais razões do voto em branco para resolver a crise, ou seja, ao invés de agir de maneira democrática, acaba por agir de forma ditatorial, sem com isso alcançar seu objetivo voltar ao poder pelas mãos da própria população.

A própria lucidez foi encarada pelos diferentes grupos – eleitores e governantes – de forma diferente. Enquanto os eleitores demonstravam a sua lucidez votando em branco, os governantes acreditavam que a lucidez consistia em escolher um partido e votar nele:

Não estamos em guerra civil, o que queremos, simplesmente, é chamar as pessoas à **razão**, mostrar-lhes o engano em que caíram ou as fizeram cair, isso é o que falta averiguar, fazer-lhes perceber que um uso sem freio do voto em branco tornaria ingovernável o sistema democrático. Não parece que os resultados, até agora tenham sido brilhantes, Levará o seu tempo, mas por fim as pessoas verão a **luz**. (2004, p. 107 - 108 grifos nossos).

Além da dicotomia entre o entendimento desses dois grupos no que se refere à lucidez, percebemos que, mais uma vez, ela está ligada à luz. Por outro lado, o governo acredita que os eleitores, justamente no momento em que demonstram por diversas vias terem se curado da cegueira metafórica do primeiro romance, estão a agir como cegos:

o inesperado e irresponsável procedimento de um eleitorado que, enceguecido para os superiores interesses da pátria por uma estranha e funesta perversão, tinha enredado a vida política nacional de um modo jamais visto antes, empurrando-a para um beco tenebroso do qual nem o mais pintado lograva ver a saída (2004, p. 43).

É em razão, também, dessa crise unilateral que é vivida e instalada naquela comunidade que ocorre a impossibilidade de os cidadãos aceitarem a culpabilidade da *mulher do médico*.

Pela maneira como Saramago ficcionaliza as atitudes das personagens que representam cada um dos grupos, podemos afirmar que a escolha do bode expiatório, no romance do autor, é feita única e exclusivamente pelo ministro do interior, uma vez que o presidente e o primeiro-ministro também não conseguem relacionar a manutenção da visão com o voto em branco. Esses dois últimos personagens, quanto mais testemunham as ações cometidas pelo ministro do interior, principalmente no que se refere a culpar a *mulher do médico*, mais parecem aproximar-se da lucidez. Assim, à semelhança do que ocorreu com o presidente da câmara daquela capital, que se negou a compactuar com o ministro do interior – tal fato ocorreu quando ele descobriu que a bomba foi detonada no metrô a pedido do ministro –, o presidente da câmara opta por pedir demissão e juntar-se aos “brancos” na passeata, como se fosse contaminado pela lucidez. Da mesma maneira,

revelando ares de lucidez, o presidente e o primeiro-ministro se voltam, decididamente, contra o ministro do interior.

Contudo, a atitude que parte do primeiro-ministro de demitir o ministro do interior quando esse manda matar o comissário, que se negou a entrar no jogo da culpabilidade da *mulher do médico* e, para justificar tal atitude, colocou a culpa no grupo da personagem, não nos permite, de fato atrelar à figura do primeiro-ministro o alcance pleno da lucidez. Por outro lado, é justamente essa atitude que auxiliará no desfecho do ciclo persecutório.

Quando, então, no romance de Saramago, podemos considerar o desfecho desse ciclo? Se a teoria do bode expiatório nos revela que o assassinato/sacrifício da vítima é necessário para aplacar a violência dentro da comunidade, finalizar a crise e restabelecer a ordem, a morte da *mulher do médico*, na última página do romance, seria a responsável por garantir o regresso à ordem?

Pelo fato de o assassinato do bode expiatório ocorrer ao final do romance, sem nenhum acontecimento posterior que atribua significado a ele, nos cabe levantar duas hipóteses. Para tanto, temos que relembrar que a escolha do bode expiatório, ainda que tenha sido desencadeada pelo primeiro cego, foi feita apenas pelo ministro do interior. Precisamos ter em mente, também, que desse mesmo personagem partem as principais decisões de “atacar” os eleitores da capital.

A partir da ciência desses fatos, podemos, então, discutir a respeito do desfecho da crise e, conseqüentemente, do ciclo mimético na obra de José Saramago. Em primeiro lugar, podemos entender que o final da crise é marcado pela morte do comissário, pois é dela que decorre a demissão do ministro do interior e conseqüentemente, os ataques à população. Tal fato garantiria, assim, o regresso à ordem que foi desfeita apenas pelas atitudes dos governantes, encabeçadas, principalmente pelo ministro do interior. Considerar essa hipótese seria o mesmo que desconsiderar a morte da *mulher do médico*, que sucede logo após a demissão do ministro do interior, como responsável por expiar a crise desencadeada. Para isso, deveríamos, também, pressupor que o primeiro-ministro optou pela demissão do ministro do interior apenas como manobra para obter mais poder dentro do governo, uma vez que assumiria a função do mesmo.

Por outro lado, cabe uma segunda hipótese para o desfecho, e que é mais condizente com as reflexões feitas durante esse trabalho. Aceitamos na teoria de Girard

que a expulsão ou eliminação do bode expiatório é o responsável por garantir o retorno à ordem e, assim, fundar uma nova sociedade. Provamos, também que, apesar de ter sido eleita por apenas um personagem, a *mulher do médico* é o bode expiatório desse segundo romance, primeiro porque é eleita a culpada pelo voto em branco, segundo porque carrega com ela todas as marcas vitimárias necessárias a essa construção. No entanto, observamos que a constituição do bode expiatório de Saramago se dá de maneira um pouco diversa, justamente pela crítica que o autor faz, em suas obras, aos governos democráticos, e revelamos como essa construção serve ao caráter alegórico tão debatido na literatura do escritor.

Sendo assim, continuamos a afirmar que a *mulher do médico* é a única responsável por ocasionar o regresso à ordem e a fundação de uma nova sociedade. Contudo, não é da sua eliminação física que decorrem, necessariamente, esses acontecimentos, mas sim quando ela assassina o cego mau do primeiro romance, pois é a partir desse momento que os cegos saem do manicômio, recuperam a visão e agem de forma lúcida no segundo livro.

Ensaio sobre a lucidez então, já revelaria o surgimento de uma nova sociedade, aquela que passou da cegueira para a lucidez, e que não permitiu, justamente por se comportar e pensar de maneira distinta, os abusos que o governo praticou quando estavam todos cegos, não aceitando, também, participar da má reciprocidade no segundo romance. Dessa forma, podemos considerar que a morte da *mulher do médico* no segundo romance, bem como a do comissário, foi necessária, não para fundar uma nova sociedade diversa daquela existente, mas porque era o elemento final que faltava para que os governantes alcançassem a lucidez, representados pela figura do presidente e do primeiro-ministro e que fizesse cessar, assim, a violência que partia do ministro do interior e recaía sobre toda a comunidade. A morte da *mulher do médico* reforça, na verdade, o caráter alegórico do romance, pois, ainda que a tomada de consciência por parte do presidente e primeiro-ministro não tenha sido alcançada a tempo de impedir a eliminação física do bode expiatório, foi necessária para aplacar a violência. Acresce a isso o fato de que ambas as mortes foram ordenadas pelo ministro do interior, já que foi o mesmo “homem de gravata azul”, que tinha a sua figura atrelada à do ministro, quem fez os disparos. A sua demissão representa, então, a expulsão do indivíduo que se negava a atingir a lucidez e que, por sua vez, poluía a estrutura governamental. Por isso, de certa forma, podemos atrelar, ainda que

de maneira indireta, a eliminação física do bode expiatório à reestruturação da ordem, pois para que o governo “apagasse” as atitudes cometidas por eles, no primeiro romance, e pelo ministro do interior no segundo, era necessário “calar” a principal testemunha dos atos cometidos pelo governo.

A *mulher do médico* representa, então, o bode expiatório de José Saramago no interior dos romances. A escolha dessa personagem reforça o caráter alegórico da obra do autor, pois polariza sobre si toda a violência do ministro do interior, reafirmando e auxiliando, ao mesmo tempo, na construção do bode expiatório real de Saramago: os governos democráticos e seus representantes.

Conclusões

Após o percurso de leitura das teorias de René Girard a respeito da construção do bode expiatório e dos livros de José Saramago, nos foi possível estabelecer aproximações interessantes entre os dois autores. A leitura de Saramago à luz das teorias de Girard nos permitiu compreender melhor *Ensaio sobre a cegueira* e *Ensaio sobre a lucidez*, contribuindo, assim, com a crítica do autor português.

José Saramago e suas obras servem de tema para muitos artigos, dissertações e teses. É possível encontrar uma infinidade de estudos sobre os seus romances, leituras críticas que partem dos mais diversos assuntos. Esperamos, contudo, contribuir de maneira diversa, apontando para uma leitura que procure relacionar aspectos filosóficos às obras do autor. Para isso, marcamos o ponto de partida em Girard que nos forneceu os subsídios para a compreensão teórica sobre o assunto.

Expomos que Girard encontra, principalmente na literatura do século XIX, diversos exemplos do desejo triangular, do desejo mimético e das disputas que dele decorrem. Ele busca em autores como Dostoievski, Stendhal e Cervantes exemplos que ilustrem as suas teorias, e aborda, também, textos históricos que, para ele, revelam a mente dos perseguidores como em Guillaume de Machaut e a perseguição aos judeus. Por meio de suas análises, Girard se vale da literatura para desvendar os mecanismos da perseguição à vítima expiatória. Assim, à mesma maneira que Girard procede, principalmente em *Mentira romântica e verdade romanesca*, procurando encontrar na literatura mundial exemplos que evidenciem suas teorias, procuramos fazer, humildemente, ao ler as obras de Saramago.

Percebemos, então, que, assim como nos autores do século XIX, a teoria mimética continua atual na literatura, se fazendo presente nos romances do século XX, de José Saramago. Há em *Ensaio sobre a cegueira* e em *Ensaio sobre a lucidez*, a presença do desejo mimético e todo o ciclo que dele decorre, e procuramos mostrar que essa presença está diretamente ligada à crítica que Saramago faz à democracia.

Dessa forma, a crise de ordem social que Girard nos expõe, responsável por desencadear a escolha do bode expiatório, aparece, nos romances de Saramago, diretamente atrelada à postura dos governantes diante dos eventos-chave: cegueira e voto

em branco, incidindo sobre os representantes do governo a responsabilidade pela desagregação dos laços sociais e, conseqüentemente das crises que levaram a escolha do bode expiatório.

Averiguamos, nesta dissertação, que a maneira como Saramago ficcionaliza as atitudes que partem dos representantes do governo serve para reforçar a sua crítica ao comportamento deles na vivência da democracia, comportando-se de maneira inábil e muitas vezes antidemocrática diante dos dois episódios que podem ameaçar a sua governabilidade.

Tanto em *Ensaio sobre a cegueira* quanto em *Ensaio sobre a lucidez*, a inabilidade do governo em lidar com os problemas que surgem é revelada pela decisão de confinar os cidadãos. Em *Ensaio sobre a cegueira*, quando constata a cegueira, o governo, mais precisamente o ministro da saúde, opta por enclausurar cegos e contaminados dentro de um manicômio desativado para evitar que a “doença” se espalhe. Não se trata, contudo, de agir democraticamente e garantir aos “doentes” o tratamento e o provimento de suas necessidades básicas. Expusemos que, na verdade, o discurso de preservar a sociedade camufla a preocupação em evitar que os governantes ceguem e percam o poder. Inicia-se, pois, o desejo triangular na disputa pela conservação da visão e do poder. Tal confinamento, como vimos, permite que todo o percurso do desejo a escolha do bode expiatório se inicie.

Da mesma maneira, quando se deparam com o voto em branco em *Ensaio sobre a lucidez*, a decisão de confinar os eleitores retorna sob outra forma, e a inabilidade governamental em lidar com a situação é reforçada pela ficcionalização de Saramago. Diante da inviabilidade de confinar os eleitores que votaram em branco, já que não há justificativa para punir aqueles que se valeram de uma das “armas” da democracia – o voto em branco – e frente à quantidade de pessoas que o praticaram, o governo opta por abandonar a capital. Ainda que não haja no romance, de fato, a discussão para confinar essas pessoas como fizeram quatro anos antes, a relação entre uma atitude e outra é similar. Nos dois romances, os “confinados” perderam as suas garantias constitucionais e seus direitos básicos. Em *Ensaio sobre a cegueira*, o estado de exceção foi efetivamente declarado e, ainda que os cidadãos tenham agido de maneira diversa do primeiro romance, foram afetados da mesma maneira ditatorial pelos representantes do governo.

Compreendemos, no entanto, que o desejo mimético presente em *Ensaio sobre a lucidez* afetará mais os governantes do que a população. Percebemos com isso que, à semelhança das pragas do Egito, da peste negra e da própria cegueira, a o voto em branco foi encarado pelos governantes, e por poucos cidadãos, como uma espécie de epidemia que poderia contaminar a todos, configurando-se, dessa forma, como uma crise unilateral, já que foi encarada assim apenas pelos representantes do governo, pois a população, consciente de seus direitos agia normamente, mesmo sofrendo graves consequências.

Concluimos que a cegueira do primeiro romance é metafórica e que existia antes mesmo da epidemia, impedindo governantes e cidadãos de refletir e modificar a situação em que viviam. As personagens precisaram ser “testados”, levados aos seus instintos mais primitivos dentro do manicômio, para que pudessem, de alguma forma, chegar à lucidez no segundo romance. Contudo, averiguamos que a lucidez não é alcançada por todos e, mais uma vez, esbarramos na crítica de Saramago que incide sobre os representantes do governo: únicas personagens que sofrem certa resistência para agir de maneira consciente e civilizada.

Ainda que as atitudes mais atrozizadas praticadas em *Ensaio sobre a lucidez* contra os eleitores partam do ministro do interior, a presença do desejo mimético entre os representantes do governo na disputa pelo poder já é suficiente para revelar a censura de Saramago à maneira como a democracia é conduzida – alheia aos interesses e longe do conhecimento dos eleitores. Corroboramos, ainda, com a ideia de que as falhas são mais facilmente camufladas pela maneira como o sistema democrático é configurado, mantendo-as dentro da esfera governamental, permitindo que os cidadãos sejam manipulados e enganados mais facilmente. O que ameaça essa estrutura no segundo romance é justamente a maneira como Saramago opta por estabelecer a relação entre os dois romances, por meio da alegoria.

Como atestamos, é justamente o caráter alegórico presente na literatura de Saramago que serve a sua crítica. Dessa maneira, a continuidade entre os dois romances se dá além do plano meramente narrativo, quando ele escolhe a mesma capital e o mesmo núcleo de personagens. A sequência se faz presente, também, com o auxílio da alegoria, sendo essa característica fundamental para reforçar a censura aos governantes, sendo os cegos e contaminados os mais afetados em *Ensaio sobre a cegueira* pelas decisões do

governo confinamento, privação, abusos sexuais, notamos que são justamente eles os responsáveis por agir de maneira civilizada no segundo romance. É como se fosse mantida uma relação inversamente proporcional entre os fatos: quanto maior o abuso sofrido no primeiro romance, maior a lucidez alcançada no segundo. O que nos permite fazer tal constatação é o comportamento praticado por cada um dos núcleos de personagens. Em *Ensaio sobre a cegueira*, a princípio, não há registro de cegos entre os governantes e militares e, quando cegam, o narrador revela que eles recebiam atenção especial, indo para outro tipo de confinamento. Podemos compreender, então, que não sofreram os mesmos abusos e privações que os cegos “normais”, exatamente por isso não atingiram a lucidez necessária para agir civilizadamente no segundo romance.

Verificamos, ainda que o próprio desejo mimético e a má reciprocidades estabelecem relação direta com a alegoria de Saramago entre cegueira e lucidez. Em *Ensaio sobre a cegueira*, a cegueira contamina, progressivamente, a todos. À medida que ela avança, notamos que o desejo mimético e as rivalidades crescem. Da mesma maneira, a má reciprocidade progride entre os indivíduos cegos, que passam a mimetizar o comportamento dos governantes, agindo de maneira egoísta e desumana entre eles. O episódio da comida é um exemplo de como a mimese afeta esses indivíduos: o cego mau rivaliza pelo poder com os outros e desencadeia, por isso, uma série de má reciprocidades que culminará, ironicamente, na sua morte e a libertação dos cegos.

Por outro lado, em *Ensaio sobre a lucidez* a presença do desejo mimético e das rivalidades ocorre apenas no plano governamental. Ainda que haja a rivalidade entre eleitores e governantes, demonstrada pela atitude do voto em branco, percebemos que o ato decorre de uma insatisfação popular contra a maneira com que a democracia e o governo estão sendo praticados, e não se configura no desejo de os cidadãos tomarem o poder. Esse fato fica evidenciado pela construção de Saramago, no momento oportuno que tinham para apoderar-se do poder, quando abandonados dentro da própria capital, não o fizeram. Assim, notamos que a alegoria se completa no interior desse romance, pois os cidadãos são incapazes de agir violentamente, não retrucam as atitudes cometidas pelos governantes de maneira violenta, tampouco agem impetuosamente entre eles.

Em relação ao mecanismo persecutório, constatamos que ele se configura de maneira muito particular nos romances de Saramago. Percebemos que podemos considerar

a existência de “dois bodes expiatórios”, com funções diversas e com maneiras diversas de agir. O cego mau de *Ensaio sobre a cegueira* acaba por se tornar, simbolicamente, uma espécie de bode expiatório porque, a partir do seu assassinato cometido pela *mulher do médico*, ocorre a libertação dos cegos do manicômio (ainda que os fatos estejam ligados indiretamente). E, após a liberdade, os cegos gradativamente passam a reaver a visão, tornando-se, como atestamos, lúcidos no segundo romance.

O que impede de considerar o cego mau como um bode expiatório de fato é que ele não chega a ser culpado pela crise maior que se instaura naquela sociedade: a cegueira. Ele é culpado “apenas” de se apoderar da comida e de abusar sexualmente das mulheres. Sendo assim, o cego mau serve apenas de meio para que a escolha do grande bode expiatório dos romances se torne viável: *a mulher do médico*. É imprescindível, ainda, notar que a importância do fato não recai sobre a morte do cego mau, mas incide sobre *a mulher do médico*, uma vez que apenas pela sua atitude as pessoas adquirem coragem para fugir do manicômio.

Concluimos, porém, que a civilidade dos cidadãos em *Ensaio sobre a lucidez* não impediu que o mecanismo persecutório existisse. Tal fato ocorre, mais uma vez, pelo caráter alegórico e crítico do romance de Saramago, que procura desvendar o caráter abusivo dos governantes. A perversão e a cegueira metafórica ainda estão impregnadas nesses representantes, impedindo-os de olhar para o voto em branco como o descontentamento dos eleitores. Preferem, como cegos, blindar seus olhos contra a insatisfação popular (como mecanismo para evitar a perda do poder) e procurar nos próprios eleitores a culpa para o voto em branco mesmo que, para isso, tenham que agir contra o direito dos cidadãos.

Percebemos, nesse romance, que Saramago expõe, mais uma vez, as perversidades do ser humano e que elas estão diretamente relacionadas com o desejo mimético e a má reciprocidade. Se em *Ensaio sobre a cegueira* as perversidades foram expostas transformando as personagens em espécies de animais na sua luta por sobrevivência dentro das camaratas, em *Ensaio sobre a lucidez*, as perversões ocorrem de maneira mais velada, relacionada, diretamente, com o caráter das personagens que as cometem: o ministro do interior, de quem parte a maior parte das atitudes violentas contra a população, e o primeiro cego, que escreve a carta de denúncia contra a *mulher do médico*.

Atestamos que o desejo mimético pelo poder e a má reciprocidade, para garantir o mesmo, estão tão atreladas à figura desses dois personagens (ministro do interior e primeiro cego), que ambos são os únicos a ignorarem o absurdo de atribuir à *mulher do médico* a culpa pelo voto em branco. O primeiro o faz por necessidade de justificar os seus atos e pela esperança de “recobrar” a lucidez dos cidadãos, o segundo o faz por vingança, por ser afastado do convívio do grupo ao divorciar-se da mulher por não aguentar saber que ela manteve relações sexuais com os outros cegos em troca de comida.

Assim, esperamos mostrar com essa dissertação que o bode expiatório que José Saramago constrói ao longo das duas narrativas também está atrelado à crítica aos governantes. Percebemos que a escolha da vítima expiatória decorre muito mais de uma necessidade do ministro do interior em justificar as suas atitudes, ou seja, da pertinência da escolha, do que pela existência de uma culpabilidade. A *mulher do médico* é eleita apenas pelo ministro e a escolha não é acatada pela população lúcida, nem pelo presidente e pelo primeiro-ministro que, no momento da escolha, já demonstram ares de lucidez.

Notamos, assim, que a construção da *mulher do médico* como bode expiatório se aproxima consistentemente das teorias de Girard, uma vez que o bode expiatório de Saramago é acompanhado da ficcionalização de diversas marcas vitimárias que, a princípio, seriam suficientes para justificar a escolha. Contudo, à semelhança das teorias de Girard, as marcas vitimárias e a materialização do crime dessa personagem importam menos do que a pertinência de sua escolha.

A eliminação física desse bode expiatório, por outro lado, revela o caráter diverso na construção de Saramago. Enquanto Girard esforça-se por demonstrar em suas teorias que a eliminação do bode expiatório é essencial para garantir o retorno à ordem e para a fundação de uma nova sociedade, percebemos que Saramago opta pela eliminação do seu bode expiatório como forma de reforçar o caráter alegórico de sua obra. Assim, o assassinato da *mulher do médico* no final do romance, como constatamos, não chega a ser responsável pela fundação de uma nova sociedade, uma vez que, como vimos, a nova sociedade lúcida já foi fundada pelas mãos do bode expiatório de agora, quando assassina o cego mau. O assassinato dela comandado pelo ministro do interior, antes de sua demissão, apenas reforça a crítica de Saramago aos governantes que demoraram para atingir a lucidez (no caso o presidente e o primeiro-ministro) não conseguindo impedir que

o absurdo da eliminação física chegasse a termo. Por outro lado, indica o retorno à ordem, uma vez que, a partir da demissão do ministro do interior cessariam os ataques e atitudes responsáveis por plantar a desordem na sociedade.

Esperamos, com essa dissertação contribuir, então, para a crítica de José Saramago. Procuramos desvendar as particularidades de sua escrita que obedece a uma cadência própria na pontuação e na construção dos diálogos; expusemos a relação direta que o autor mantém com o narrador, confundindo-se com essa figura para expor as suas opiniões e críticas como exemplificamos; sobretudo revelamos a construção crítica, porém não panfletária, com que o autor discute as relações humanas e as relações de poder que perpassam as sociedades. Demonstramos, por fim, que Saramago utiliza a alegoria em sua literatura como maneira de atingir os seus leitores, expondo, por meio de suas próprias reflexões, suas opiniões sobre a política.

Referências Bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Trad. de Iracy D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGUILERA, Fernando Gómez. *As palavras de Saramago*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- ARNAUT, Ana Paula. *José Saramago*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- ARIAS, Juan. José Saramago: el amor posible. Barcelona: Editorial Planeta, 1998.
- AZÚA, Santiago Real de. *A hollow mandate*. Disponível em: http://www.foreignpolicy.com/articles/2004/11/01/a_hollow_mandate. Acesso em: junho de 2010, 2004.
- BASTAZIN, Vera. *Mito e Poética na Literatura Contemporânea: Um Estudo sobre José Saramago*. Cotia: Ateliê Editorial, 2006.
- BENJAMIM, Walter. O narrador. Disponível em http://www.contacausos.com.br/?page_id=449. Acesso novembro de 2013.
- CALBUCCI, Eduardo. *Saramago*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.
- CASTRO, Rodrigo Campos. "A leste do Éden". In: *Entre Livros*. Ano 2, nº 23 março. São Paulo: Duetto, 2007.
- CORTEZ, Mariana. "Seria uma vez...". In: *Entre Livros*. Ano 2, nº 23 março. São Paulo: Duetto, 2010.
- COSTA, Horacio. *José Saramago: o período formativo*. Lisboa: Caminho, 1997.
- GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. São Paulo: Paz e terra, 1972.
- GIRARD, René. *O bode expiatório*. São Paulo: Paulus, 2004.
- GIRARD, René. *Mentira romântica e verdade romanesca*. São Paulo: E Realizações, 1961.
- GIRARD, René. *Aquele por quem o escândalo vem*. São Paulo: Realizações Editora, 2011.
- GOVERNO DE PORTUGAL. A democracia portuguesa. Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/a-democracia-portuguesa/o-voto/o-voto.aspx>. Acesso em junho de 2013.
- HALPERIN, Jorge. *Conversaciones com Saramago, reflexiones desde lan*. Barcelona: Icaria Editorial, 2002.

- HOBBS, Thomas. *Os elementos da lei natural e política*. Trad. de Fernando Dias Andrade. São Paulo, Ícone Editora, 2002.
- JACOBETTY, LUÍSA. “Memorial de Blimundo”. In: *O Independente*. Supl. Vida 3, n.º157, 17 de Maio de 1991, pp. 10-13, 1991.
- LOCKE, John. “Do estado de natureza”, in: John LOCKE, *Carta acerca da tolerância; Segundo Tratado sobre o governo; Ensaio acerca do entendimento humano*. Trad. de Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro. São Paulo: Abril, 1983.
- LOPES, João Marques. *Saramago biografia*. São Paulo: Leya, 2010.
- LÓPEZ, Óscar. “Continuo a ser um camponês”. In: *Entre Livros*. Ano 2, nº 23 março. São Paulo: Duetto, 2007.
- MENDES, Miguel Gonçalves. *José e Pilar: conversas inéditas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ORNELAS, Jose N. “The Fascist Body in Contemporary Portuguese Narrative”. In: *Luso-Brazilian Review*, nº 2, vol 39, 2002.
- PAVAN, Roseane. “José Saramago e o silêncio de Deus”. In: *Carta na Escola*. Editora Confiança: São Paulo, n 49, pp 14 a 19, 2010.
- POMPE, Carlos. *O pensamento vivo de José Saramago*. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=3297&id_coluna=2. Acesso em: julho de 2010.
- RAYMOND, Williams. *Tragédia moderna*. Tradução: Betina Bischof. São Paulo: Cosac & Naif, 2002.
- REAL DE AZÚA, Santiago. "A Hollow Mandate". In: *Foreign Policy*, nº 145, nov.-dec. 2004.
- ROMILLY, Jacqueline de. *A tragédia grega*. Tradução: Leonor Santa Bárbara. Lisboa: Edições 70, 2008.
- ROVARI, Renato. “Saramago e nossos moinhos de vento”. In: *Revista Fórum: outro mundo em debate*, nº 24 março. São Paulo: Publisher Brasil, 2005.

- ROSSEAU, Jean Jacques. *O contrato social, os princípios do direito político*. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a lucidez*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SARAMAGO, José. *O caderno/ Textos escritos para o blog setembro de 2008 a março de 2009*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SARAMAGO, José. *As palavras de Saramago: catálogo de reflexões pessoais, literárias e políticas*. Sel. e org. Fernando Gómez Aguilera. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SEIXO, Maria Alzira. *O essencial sobre José Saramago*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1987.
- SILVA, Teresa Cristina Cerdeira da. *José Saramago entre a história e a ficção: uma saga de portugueses*. Lisboa: Dom Quixote, 1989.
- VIEIRA, Tiana. “O fabuloso destino do herói modesto”. In: *Entre Livros*. Ano 2, nº 23 março. São Paulo: Duetto, 2007.
- ZANIN, Luiz. “A democracia segundo Saramago”. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/luiz-zanin/a-democracia-segundo-saramago/>. Acesso em: abril de 2010, 2006.
- _____ Revista Entre Livros, Ano 2, nº 23. Duetto, março 2007.
- _____ Revista Fórum: outro mundo em debate, nº 24. Publisher Brasil, março 2005.